**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

ISABEL CRISTINA AYRES DA SILVA MARINGELLI

**REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ACERVOS CULTURAIS: REFLEXÕES
EM TORNO DO DIÁLOGO MUSEOLÓGICO, ARQUIVÍSTICO E
BIBLIOTECÔNOMICO**

**SÃO PAULO
2016**

ISABEL CRISTINA AYRES DA SILVA MARINGELLI

REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ACERVOS CULTURAIS: REFLEXÕES EM
TORNO DO DIÁLOGO MUSEOLÓGICO, ARQUIVÍSTICO E BIBLIOTECONÔMICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Cultura e Informação. Linha de pesquisa: Gestão de Dispositivos de Informação.

Orientador: Prof. Dr. José Fernando Modesto da Silva.

De acordo: _____
Orientador

SÃO PAULO

2016

(Versão corrigida. O original se encontra disponível na biblioteca da ECA-USP)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Maringelli, Isabel Cristina Ayres da Silva.

Representação da informação em acervos culturais: reflexões em torno do diálogo museológico, arquivístico e biblioteconômico / Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli ; orientador José Fernando Modesto da Silva. – São Paulo, 2016.

192 p. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

Orientador: José Fernando Modesto da Silva

1. Representação da Informação 2. Arquivos 3. Bibliotecas 4. Museus I. Silva, José Fernando Modesto da. II. Título.

CDD 020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva

Título: Representação da informação em acervos culturais: reflexões em torno do diálogo museológico, arquivístico e biblioteconômico.

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação

Orientador: Prof. Dr. José Fernando Modesto da Silva.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A Carlos Alberto Ferreira da Silva (*in
memoriam*), que, na sua loucura, me ensinou a
acreditar e lutar pela vida.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Doutor José Fernando Modesto da Silva, por toda paciência e, sobretudo, por ter incentivado e acreditado na pesquisa, fornecendo valiosas contribuições e esclarecimentos nos momentos de dúvidas e incertezas. Aos membros da banca de Qualificação: à professora Doutora Johanna Wilhelmina Smit, pela amizade, pelos textos inspiradores que escreveu e por todo o auxílio sem o qual esta pesquisa não teria sido possível. À professora Doutora Maria Cristina Oliveira Bruno, pelas inestimáveis contribuições dadas e pelo estímulo no prosseguimento do estudo, reconhecendo sua importância e atualidade. Aos docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes de São Paulo, pela solidariedade, trocas e pelos debates e questionamentos que me proporcionaram crescimento. À Juliana Rodrigues Alves, pela amizade e sugestões dadas. Aos amigos da Pinacoteca de São Paulo, em especial ao pessoal da Biblioteca Walter Wey e do Centro de Documentação e Memória, pela colaboração nas discussões cotidianas, que ajudaram a construir esta pesquisa. Agradeço especialmente às amigas Kátia Filipini Neves e Eliane Barbosa, que sempre me estimularam a desenvolver a pesquisa, antes mesmo de ingressar no Programa. Ao amigo André Vieira de Freitas Araújo, pelo carinho, dedicação, amparo nos momentos de incertezas e por dividir a paixão pela discussão sobre o estudo dos documentos e suas implicações. Aos meus pais, por todo incentivo e carinho. E ao Francisco, pelo apoio incondicional e companheirismo infinito.

RESUMO

A partir do pressuposto de que bibliotecas, arquivos, centros de documentação, museus e instituições afins são entidades que compartilham, dentre outros, o objetivo de acumular e/ou colecionar, documentar e preservar bens culturais, deduz-se que aproximações podem ser realizadas a partir da representação da informação. A presente pesquisa teve por objetivo geral explorar os pontos de aproximação entre as áreas da Arquivística, Biblioteconomia e Museologia a partir das metodologias para descrição de seus acervos. A conceituação teórica da pesquisa foi pautada no estudo dos conceitos de informação e documentação oriundos da Ciência da Informação e que permitiram aproximar as áreas no que diz respeito às questões relacionadas ao acesso à informação. Outro aspecto pesquisado foi a influência das novas tecnologias de comunicação e informação em cada área e seus procedimentos. Apresentam-se as origens e formação de cada instituição e seus acervos. É realizada uma análise comparativa entre campos selecionados das normas da Isad(G) para arquivos, o AACR2 para bibliotecas e as Diretrizes do CIDOC-ICOM para museus. O resultado do estudo aponta para a similaridade nas recomendações dadas pelas regras e constata-se que a representação da informação em ambiente digital propicia o deslocamento do foco do objeto informacional para a informação, o que compõe um cenário no qual as instituições coletoras de memória poderão estar aptas a elaborar instrumentos de pesquisa seguindo padrões de metadados comuns.

Palavras-chave: Arquivos. Bibliotecas. Museus. Representação da informação. Normalização da descrição.

ABSTRACT

Starting from the assumption that libraries, archives, documentation centers, museums and similar institutions are entities which share, among other purposes, the common purpose of accumulating and/or collecting, documenting and preserving cultural heritage, one can infer that from the information representation it is possible to perform approximations. The general aim of the present research is exploring the approximation points among the areas of Archives, Library Science and Museology from the methodologies used to describe their collections. The research technical conceptualization was based on the study of information and documentation concepts derived from the Information Science which allowed approximating the areas concerning issues related to access to information. Another aspect object of research was the influence of new communication and information technologies on each area and their procedures. The origins of each institution and their collections are presented. A comparative analysis of the rules of Isad(G) for archives, AACR2 for libraries and the Guidelines of CIDOC-ICOM for museums among selected fields is performed. The study results points to the similarity in the recommendations given by the rules and it is noticeable that the information representation in a digital environment makes it possible the rearrangement of the information object focus towards the information, thus composing a scenario on which the collector institutions might be apt to devise research instruments following shared metadata patterns.

Key-words: Archives. Libraries. Museums. Information Representation. Description of Cultural collections.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Abordagens da Museologia	56
Figura 2 - Arquivo, biblioteca e museu: noções de documento	68
Figura 3 - Processos arquivísticos.....	92
Figura 4 - Modelo dos níveis de arranjo em um fundo	102
Figura 5 - Fases da catalogação	110
Figura 6 - Sistema de documentação em museus	134
Figura 7 - Fichas catalográficas	137
Figura 8 - Esquema estrutural dos Grupos de Informação	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documento e informação	36
Quadro 2 - Definições de objeto de museu	61
Quadro 3 - Instituições de memória estudadas	63
Quadro 4 - Abordagens do documento e da informação	69
Quadro 5 - Instrumentos para descrição de acervos	90
Quadro 6 - Descrição arquivística	93
Quadro 7 - Instrumentos de pesquisa (arquivo)	94
Quadro 8 - Princípios que devem embasar a descrição arquivística	96
Quadro 9 - Isad(G) - Áreas e Elementos de Descrição	103
Quadro 10 - Caracterização do título na Isad(G)	105
Quadro 11 - Caracterização da data na Isad(G)	107
Quadro 12 - Caracterização da dimensão e suporte na Isad(G)	107
Quadro 13 - Caracterização do nome do produtor na Isad (G)	108
Quadro 14 - Marcos históricos da normalização bibliográfica	113
Quadro 15 - Quadro cronológico de criação das ISBD	116
Quadro 16 - Evolução do AACR2	119
Quadro 17 - Estrutura da AACR2	121
Quadro 18 - Estrutura do capítulo 1 - Regras gerais para descrição do AACR2	122
Quadro 19 - Níveis de detalhamento na descrição do AACR2	124
Quadro 20 - Regras para o título principal	126
Quadro 21 - Regras para os títulos equivalentes	126
Quadro 22 - Regras para outras informações sobre o título	127
Quadro 23 - Regras para indicação de responsabilidade	128
Quadro 24 - Regras para data da publicação, distribuição etc.	129
Quadro 25 - Regras para extensão do item	130
Quadro 26 - Evolução das diretrizes do CIDOC-ICOM	140
Quadro 27 - Grupos e categorias de informação das Diretrizes do CIDOC-ICOM	144
Quadro 28 - Grupos de Informação analisados	146
Quadro 29 - Grupo de Informação sobre descrição das Diretrizes do Cidoc	146
Quadro 30 - Grupo de Informação sobre medição das Diretrizes do Cidoc	147

Quadro 31 - Grupo de Informação sobre produção das Diretrizes do Cidoc	148
Quadro 32 - Grupo de Informação sobre título de Objeto das Diretrizes do Cidoc	150
Quadro 33 - Grupo de Informação sobre Parte e Componente das Diretrizes do Cidoc	151
Quadro 34 - Caracterização geral das normas	153
Quadro 35 - Comparação do elemento Título	154
Quadro 36 - Comparação do elemento Data	156
Quadro 37 - Comparação do elemento Nível de Descrição	157
Quadro 38 - Comparação do elemento Dimensão e suporte	158
Quadro 39 - Comparação do elemento Produtor/Indicação de Responsabilidade	160
Quadro 40 - Passarela entre as Normas	161
Quadro 41 - Interfaces com a RDA	164

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AACR	<i>Anglo-American Cataloguing Rules</i>
AACR2	<i>Anglo-American Cataloguing Rules - 2nd. Edition</i>
ABM	<i>Archives, Biblioteker e Museums</i>
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALA	<i>American Libraries Association</i>
ALM	<i>Archives, Libraries and Museums</i>
CBU	Controle Bibliográfico Universal
CCO	<i>Cataloging Cultural Objects</i>
CDS/ISIS	<i>Computerized Documentation System/Integrated Set of Information System</i>
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CIDOC-ICOM	Comitê Internacional de Documentação - <i>International Council of Museums</i>
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CTNDA	Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
DC XML	<i>Dublin Core in XML</i>
DGM	Designação Geral do Material
DOS	<i>Disk Operating System</i>
EAD	Educação à Distância
EAD	<i>Encoded Archival Description</i>
EGAD	<i>Expert Group on Archival Description</i>
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
EUA	Estados Unidos da América
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i>
GLAM	<i>Galleries, Libraries, Archives and Museums</i>
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICA	<i>International Council on Archives</i>
ICOFOM	<i>International Committee for Museology</i>
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>

ISAAR (CPF)	<i>International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families</i>
ISAD(G)	<i>General International Standard Archival Description</i>
ISBD	<i>International Standard Bibliographic Description</i>
ISBD (G)	<i>General International Standard Bibliographic Description</i>
ISBD (M)	<i>International Bibliographic Description for Monographic Publications</i>
ISDF	<i>International Standard for Describing Functions</i>
ISDIAH	<i>International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
JSC	<i>Joint Steering Committee</i>
LAC	<i>Library and Archives Canada</i>
LAM	<i>Libraries, Archives and Museums</i>
LOD	<i>Linked Open Data</i>
MARC	<i>Machine-Readable Cataloging</i>
MINISIS	ISIS para Mini-Computadores
MLA	<i>Museums, Libraries and Archives</i>
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
NYARC	<i>New York Art Resources Consortium</i>
OJS	<i>Open Journal Systems</i>
RAD	<i>Canadian Rules for Archival Description</i>
RDA	<i>Resource Description and Access</i>
SPECTRUM	<i>Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums</i>
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TTD	Tabela de Temporalidade Documental
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPPM	Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico
VRA	<i>Visual Resources Association Foundation</i>
WINISIS	<i>Computerized Documentation System/Integrated Set of Information System for Windows</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 Justificativa	24
1.2 Tipo de pesquisa	25
1.3 Objetivo geral.....	26
1.4 Objetivos específicos.....	26
1.5 Procedimentos metodológicos.....	26
1.6 Estrutura da Dissertação	28
2 ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: RELAÇÕES ENTRE DOCUMENTO E INFORMAÇÃO.....	32
2.1 Documento e informação: pressupostos teóricos.....	33
2.2 Os arquivos.....	36
2.2.1 A Arquivística	38
2.2.2 O documento de arquivo	40
2.3 As bibliotecas e os registros do conhecimento.....	42
2.3.1 A Biblioteconomia e seu objeto	48
2.4 Colecionismo e museus.....	52
2.4.1 A Museologia	55
2.4.2 O objeto de museu	59
2.5 A função do documento no arquivo, na biblioteca e no museu	62
2.6 Proximidades e distinções	67
3 EFEITOS DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA	71
3.1 Arquivos: novas tecnologias, velhos princípios	73
3.2 Bibliotecas: compartilhamento de informações e serviços em rede.....	77
3.3 Museus, a <i>web</i> e os webmuseus.....	81
3.4 Interoperabilidade da informação e acervos culturais: diálogos e convergências	84

4 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E	
MUSEUS.....	88
4.1 A descrição arquivística.....	91
4.1.1 A normalização da descrição nos arquivos	95
4.1.2 Uma proposta de normalização em nível internacional: a Isad(G)	99
4.1.2.1 <i>Escopo da Isad(G)</i>	101
4.1.2.2 <i>Níveis de descrição na Isad(G)</i>	102
4.1.2.3 <i>Estrutura e elementos da Isad(G)</i>	103
4.1.2.4 <i>Elementos selecionados para análise</i>	105
4.2 Descrição bibliográfica e representação descritiva	109
4.2.1 A normalização bibliográfica internacional	112
4.2.2 AACR2: o Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição	117
4.2.2.1 <i>Estrutura e elementos do AACR2</i>	120
4.2.2.4 <i>Transição do AACR2 para a RDA</i>	130
4.3 Documentação em museus e normalização	131
4.3.1 Catalogação e descrição de objetos	136
4.3.2 As Diretrizes do CIDOC-ICOM	140
4.3.2.1 <i>Estrutura e elementos das diretrizes do Cidoc-Icom</i>	143
4.3.2.2 <i>Elementos selecionados para análise</i>	145
 5 COMPARAÇÃO ENTRE AS NORMAS: AFINIDADES E DISTINÇÕES.....	 153
5.1 RDA: possibilidades de diálogo	163
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 167
 REFERÊNCIAS	 172

1 INTRODUÇÃO

Bibliotecas, arquivos, centros de documentação, museus e instituições culturais¹ são entidades que compartilham, dentre outros, o objetivo de acumular e/ou colecionar, documentar e preservar bens culturais. Embora sejam instituições que possuem identidade própria e campos de estudo devidamente definidos, pontos de convergência podem ser observados, sobretudo com a proliferação de publicação de catálogos e acervos na internet, os quais têm incrementado as discussões acerca da função dessas instituições. Algumas fronteiras também são percebidas, porém em certos momentos elas se deslocam e os pontos em comum são evidenciados.

Nesta pesquisa, o ponto de partida para a abordagem das intersecções entre as áreas é o estudo dos documentos que compõem esses acervos. Nessas organizações, não é rara a presença de material que pode ser catalogado como documento de arquivo, material bibliográfico ou objeto museológico. Nesse contexto, são estudados padrões de catalogação desenvolvidos para os museus, bibliotecas e arquivos, para que se possa traçar um quadro comparativo que mostre como esses padrões operam e como se relacionam. O objeto de estudo desta pesquisa, portanto, está relacionado aos aspectos descritivos dos documentos e objetos que podem ser categorizados como acervo bibliográfico, museológico ou arquivístico.

O cerne da fronteira entre arquivos, bibliotecas e museus vai além da discussão em torno das distinções entre os tipos de documentos abrigados por essas instituições e que não é suficiente para problematizar a questão da função e acesso à informação contida nesses acervos. Esta pesquisa buscou contribuir para a reflexão da temática das relações entre a Arquivologia,² Museologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação e se insere nas discussões mais recentes sobre a representação da informação relacionada ao patrimônio cultural e sobre as possibilidades de acesso a ele, tais como o compartilhamento de informações entre instituições.

---

¹ “Estrutura relativamente estável voltada para a regulação das relações de produção, circulação, troca e uso ou consumo da cultura (ministérios e secretarias da cultura, museus, bibliotecas, centros de cultura, etc.).” (COELHO, 1997, p. 219).

² Nesta pesquisa, os termos Arquivologia e Arquivística são considerados sinônimos, tal qual definição apresentada por Camargo e Bellotto (1996, p. 5): “Disciplina - também conhecida como arquivologia – que tem por objeto o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização”.

1.1 Justificativa

As fronteiras entre bibliotecas, arquivos e museus têm sido abordadas sob diversos ângulos. Um dos aspectos enfatizados nesta pesquisa é a questão relacionada à definição de quais documentos e objetos compõem os acervos dessas instituições, tendo em vista que existe material que pode ser catalogado e classificado tanto como documento de arquivo quanto como material bibliográfico ou objeto de museu. Nesse âmbito considera-se importante delinear as intersecções entre as áreas a partir do estudo do conceito do que é documento para cada uma delas e quais as funções que são atribuídas aos respectivos documentos.

O interesse no tema surgiu a partir da prática profissional em uma instituição museológica centenária, que se depara cotidianamente com essas questões, porém onde nem sempre se encontrava o tempo e espaço para aprofundamentos teóricos e conceituais sobre os procedimentos existentes e possíveis. Essa instituição é a Pinacoteca de São Paulo, a qual é provida de um Centro de Documentação e Memória, com acervo arquivístico composto pelo Arquivo Institucional e por Fundos Privados (inaugurado em 2005) e de uma biblioteca especializada, a Biblioteca Walter Wey (fundada em 1959). Somando-se a coleção museológica, a Pinacoteca é formada por três acervos distintos, que convivem sob o mesmo teto e que dialogam e compartilham de missões semelhantes.

Um fato que acentuou o interesse no tema foi a participação no comitê organizador do I Seminário Serviços de Informação em Museu, realizado na Pinacoteca do Estado, em 2010. O evento oportunizou o contato com profissionais e acadêmicos que explanaram diferentes pontos de vista sobre os sistemas informacionais existentes nos museus.

Portanto, as questões que se colocam na pesquisa são: como a Arquivística, Biblioteconomia e Museologia conceituam documento? Quais são os instrumentos de catalogação e descrição aplicados aos documentos dos arquivos, museus e bibliotecas? Como o acesso às informações pode ser aprimorado em decorrência do uso desses instrumentos nesses três ambientes? Quais são as convergências e divergências práticas e conceituais que se produzem a partir do tratamento descritivo dos documentos sob o prisma da Arquivística, Biblioteconomia e Museologia? Qual a influência das novas tecnologias nesse cenário?

Para a compreensão desse processo, faz-se o estudo de alguns dos instrumentos de descrição presentes nessas disciplinas, bem como dos princípios e conceitos que nortearam sua criação. As diferenças de metodologias entre as áreas são estudadas com o intuito de

determinar quais são seus pontos em comum e onde estão as divergências, tendo em vista que cada uma das disciplinas abordadas possui metodologias próprias para organização e representação dos seus documentos.

Inicialmente, são apresentados os conceitos de informação e documento. Essa conceituação visa a verificar em que medida essas discussões realizadas mais frequentemente no âmbito da Ciência da Informação ocorrem nas outras áreas. São abordados estudos sobre a função do documento e suas relações com a informação. Nas seções posteriores, dedica-se ao estudo da origem e formação de cada instituição (arquivos, bibliotecas e museus), a fim de investigar as relações e aproximações levantadas no processo de consolidação de cada campo, individualmente. São explorados os métodos de trabalho e descrição aplicados aos seus objetos, os impactos tecnológicos e os marcos conceituais das áreas.

Se, por um lado, algumas correntes da Documentação (OTLET, 1996; BRIET 2006) pressupõem que, praticamente, qualquer objeto pode ser entendido como documento, as tendências para a discussão da informação sob o ponto de vista de sua função acenam com contribuições importantes para o estudo desse material.

Outro ponto a ser lembrado é que a diferença de metodologias de descrição se reflete na própria modelagem dos sistemas de informação e dos bancos de dados, que são repositórios dos registros utilizados para referenciar as coleções, porém os elementos que norteiam a estruturação dos campos que farão parte dos bancos de dados deveriam ser baseados mais nos conceitos e pressupostos teóricos de representação da informação elaborados por cada área do que nos processos empíricos relacionados às técnicas de organização e tratamento dos documentos.

A Ciência da Informação tem estudos relevantes sobre fluxos informacionais que buscam compreender os processos de produção e circulação da informação que são essenciais para a recuperação de conteúdo, porém os estudos teóricos das metodologias de descrição de acervos são escassos. Nesse contexto, a pesquisa traz contribuições para explorar alguns problemas comuns existentes entre as áreas, considerando-se a especificidade de cada uma no seu próprio método de gerir as informações referentes às suas coleções e às informações nelas contidas.

1.2 Tipo de pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como de natureza descritiva e pretende, por meio de levantamento bibliográfico, descrever o panorama atual da intersecção entre as áreas de

Biblioteconomia, da Arquivística e da Museologia para estudar suas relações sob o ponto de vista da representação da informação e para analisar as possibilidades de aplicação aos documentos que são comuns a todas elas. Dessa forma, busca-se estabelecer relações entre os conceitos de documento da Biblioteconomia, Arquivística e Museologia e as bases conceituais que nortearam o desenvolvimento das respectivas normas para descrição dos acervos. São abordados também aspectos relacionados às tecnologias da informação e comunicação e seus impactos sobre cada uma dessas áreas do conhecimento.

1.3 Objetivo geral

Explorar os pontos de intersecção entre as áreas de Arquivística, Biblioteconomia e Museologia no que diz respeito às diferentes metodologias adotadas por cada área para o tratamento descritivo de seus documentos e objetos. Busca levantar as bases conceituais dos instrumentos de descrição e acesso.

1.4 Objetivos específicos

- a) Analisar as relações documentais e discutir o conceito de documento nas áreas de Arquivística, Biblioteconomia e Museologia e suas relações com a Ciência da Informação;
- b) Examinar padrões existentes para representação descritiva em bibliotecas, descrição arquivística em arquivos e catalogação de objetos em museus e estabelecer as possíveis relações entre eles;
- c) Analisar o impacto das novas tecnologias em cada uma das áreas;
- d) Explorar as possibilidades de conciliar práticas descritivas biblioteconômicas, arquivísticas e museológicas com vistas a melhorar o acesso às coleções.

1.5 Procedimentos metodológicos

A pesquisa caracterizou-se como de natureza descritiva para que se possa problematizar de forma pontual as questões descritas na justificativa. Segundo Gil (2002, p. 42), as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de

determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Por meio do levantamento bibliográfico, busca-se estudar aspectos teóricos que tragam elementos para aproximação entre as discussões sobre as fronteiras entre arquivo, biblioteca e museu e as intersecções presentes nas metodologias de representação do documento e do objeto. Para completar esse universo, dimensiona-se o conceito de documento para cada um desses campos do conhecimento.

A revisão de literatura permitiu identificar as tendências de aproximação entre as áreas por meio da publicação de informações em meio digital e a crescente discussão em torno dos metadados de uso comum na gestão desses acervos. Porém, esse fato não aponta para a dissolução das diferenças e especificidades de cada área, que continuarão a prevalecer devido à natureza própria de cada uma delas. Conceituar o documento para cada uma das áreas implicou conhecer como cada área se formou e os respectivos métodos de tratamento da informação que cada uma delas utiliza para tratar seus acervos.

Foi realizado um levantamento bibliográfico a partir do qual se verificou as origens e padrões utilizados para a descrição desses acervos. Realizou-se um estudo teórico da literatura acerca dos conceitos do documento e objeto sob a ótica de cada uma das áreas.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em catálogos da Universidade de São Paulo (USP) e nas bases de dados de texto integral disponíveis no *site* da biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA). Foram pesquisadas fontes *on line*, disponíveis no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), bem como periódicos da área. Alguns artigos de periódicos estão disponíveis para acesso somente no formato impresso, especialmente os mais antigos. Repositórios digitais também foram pesquisados, pois as discussões em torno da interlocução entre arquivos, bibliotecas e museus têm sido mais frequentes na última década, tendo sido, portanto, publicadas apenas de forma *on line* em repositórios como BENANCIB, que concentra o material apresentado nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB). Outra contribuição importante foi a participação nos eventos da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), especialmente nas reuniões do Comitê de Catalogação (*Cataloging Section*).

Após a reflexão teórica a partir do levantamento bibliográfico, foi realizada a comparação dos códigos e normas descritivas de acervos arquivísticos, museológicos e bibliográficos. As normas estudadas são a *General International Standard Archival Description* (ISAD-G) para arquivos, as *Anglo-American Cataloguing Rules - 2nd edition*

(AACR2) para acervos bibliográficos e as Diretrizes do CIDOC-ICOM para objetos de museu. A partir do estudo das normas, desenhou-se um quadro comparativo para identificar o modo como cada especialidade propõe a descrição de seu objeto/documento. A escolha buscou privilegiar as normas e recomendações das organizações profissionais de cada área. Para a área de arquivos, foi escolhida a norma desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA); para a área de museus, as diretrizes elaboradas pelo *International Council of Museums*; e para a área de bibliotecas, foi escolhido o código criado pelo *Joint Steering Committee* (JSC), que, embora não seja uma organização internacional como as instituições mencionadas, é uma organização formada por diversos órgãos representativos da área: *The American Library Association*, *The British Library*, *The Canadian Committee on Cataloguing* (*Association pour l'avancement des sciences et des techniques de la documentation*, *The Canadian Library Association*, *Library and Archives Canada*), *The Chartered Institute of Library and Information Professionals*, *The Australian Committee on Cataloguing* (*The Australian Library and Information Association*, *The National Library of Australia*) e *The Library of Congress*.

1.6 Estrutura da Dissertação

No primeiro capítulo é mostrada a *Introdução*, a qual contextualiza os motivos e significações da pesquisa desenvolvida. Apresentam-se os elementos que compõem a justificativa, o tipo de pesquisa, objetivos e procedimentos metodológicos adotados.

No segundo capítulo, *Arquivos, bibliotecas e museus: relação entre documento e informação* foi realizada a análise das relações documentais entre as áreas. Foram apresentadas abordagens para documento e informação oriundas da Ciência da Informação para a constituição de uma sustentação teórica, na qual se infere qual função atribuída aos documentos está relacionada aos significados que eles adquirem. Os meios nos quais os documentos são produzidos, e onde circulam, influenciam as funções sociais e culturais que são atribuídas a eles, influenciando também sua representação nos sistemas de informação.

A abordagem da função do documento em arquivos, bibliotecas e museus é balizada pelo estudo das origens de cada entidade. O estudo da formação e metodologias que surgiram para organizar cada campo, seja teórico ou relacionado às práticas, revelou semelhanças entre as áreas desde o início, trazendo também fatores de aproximação. A necessidade de armazenamento de documentos se dá nas bibliotecas e arquivos e museus a partir da organização da informação registrada, seja em documentos necessários à vida

cotidiana (arquivos), em documentos que visavam à disseminação da produção intelectual humana (livros e impressos); ou documentos (objetos e artefatos) que são testemunho da produção humana ou proveniente de elementos da natureza. Sintetizamos a seguir os elementos teóricos relacionados aos conceitos de documento e informação das entidades estudadas:

- a) Arquivo: tendência atual aponta para o foco na informação, preservada a importância do documento físico, mas não limitando sua função de evidência de um fato; aspectos de contextualização são fundamentais ao documento de arquivo.
- b) Biblioteca: concepção de lugar de saber, que armazena conhecimento e possui informação que gera conhecimento; dotada de função educacional; ampla gama de tipologias documentais; foco na informação.
- c) Museu: coleções privadas simbolizam *status*; objetos exibidos publicamente contribuem para a formação cultural e científica do homem; foco na documentação, conservação e comunicação.

A função social dessas instituições tem um impacto inegável na formação cultural e no desenvolvimento socioeconômico, devendo, portanto ser levada em consideração no processo de gestão da informação. Alguns sistemas de informação ainda estão focados nos processos internos, o que é de relevância, porém o foco deve ser deslocado para o usuário, pois essas instituições não estão isoladas e se relacionam com a sociedade..

Sob o ponto de vista da organização da informação, os documentos são considerados objetos informativos, ou potencialmente informativos. A informação registrada e institucionalizada, portanto, já classificada como possuidora de valor, é passível de organização (isso também se aplica aos arquivos, pois a guarda permanente de documentos decorre da aplicação das tabelas de temporalidade). A origem das coleções nos mostrou que a posse de obras era um fator de distinção na sociedade. Tal pensamento talvez ainda esteja presente em algumas coleções e acervos, que se preocupam mais em guardar do que em promover a extroversão dos acervos; e é nesse ponto que os sistemas de informação devem atuar: tornar acessível o que está inacessível. Um bom sistema de informação também fornece subsídios para a conservação, mas o ponto que deve ser lembrado é que os arquivos, bibliotecas e museus devem servir à sociedade. Nesse cenário, a Ciência da Informação traz elementos que contribuem a aproximação entre as áreas, a partir do conceito de informação apresentado.

O terceiro capítulo, *Efeitos das Tecnologias de Informação e Comunicação em instituições culturais*, apresenta reflexões em torno dos impactos das tecnologias nas instituições estudadas. Sendo também as tecnologias um produto cultural, todas as áreas foram afetadas, em maior ou menor grau, e em tempos diferentes.

Um dos conceitos apresentados, o da sociedade em redes, ou sociedade da informação, é essencial para a compreensão das novas formas pelas quais a informação tem sido produzida e das maneiras pelas quais circula, principalmente quando pensamos nas bases de dados de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos que são publicadas na internet.

Não apenas os meios de comunicação se modificaram com a internet, mas os próprios acervos também passaram a se configurar nesse formato, seja por meio dos documentos nato-digitais ou digitalizados. Em face desse acontecimento, arquivos, bibliotecas e museus se veem diante da necessidade de adaptação e reavaliação de seus serviços e conceitos. Temas como a preservação digital e autenticidade digital se colocam como questões a serem incorporadas na rotina das instituições.

Os benefícios das TIC para as instituições culturais foram significativos, pois a automação de acervos trouxe facilidades para a gestão e acesso, como também possibilitou, sobretudo no âmbito das bibliotecas, o compartilhamento de informações e serviços e a possibilidade de catalogação cooperativa. Os arquivos e museus também se beneficiaram da automação, ainda que em momento mais tardio. Estes últimos se deparam com modificações no modo de extroversão de seu acervo e interação com visitantes virtuais aos acervos virtuais. Esses acervos alargaram o conceito de patrimônio, desvinculando-o da matéria e dispensando, em alguns casos, a visita e consulta presencial, sendo que alguns acervos físicos foram questionados quanto à sua existência e preservação, mas está claro que a preservação de acervos análogos convertidos em acervos digitais e os documentos nato-digitais ainda propõem desafios a serem superados.

A conceituação da representação descritiva e análise das normas de descrição selecionadas, a partir de um recorte preciso em torno dos campos comparados, estão contidas no quarto capítulo, *Representação da informação em arquivos, bibliotecas e museus*.

O estudo das normas de descrição de acervos abordadas nesta pesquisa evidencia a necessidade de interlocução das recomendações dadas pelas regras com os recursos tecnológicos que responderão a determinadas demandas de acesso e compartilhamento. Considerando que a representação da informação é responsável por referenciar o acervo, por meio dos registros das bases de dados, não tendo, portanto, a pretensão de substituir o

documento em si, inferimos que as bases conceituais e especificidades de cada área não são afetadas nesse processo, pois as estruturas internas de cada metodologia de organização são preservadas.

No capítulo cinco, *Afinidades normativas: reflexões em torno de conceitos comuns* foi possível desenvolver a comparação entre as normas, sinalizando o que as distingue e o que as aproxima. Por fim, o capítulo seis apresenta as *Considerações finais*, contendo conclusões decorrentes do exame e das aproximações entre a Arquivística, a Biblioteconomia e a Museologia, seguidas das referências utilizadas na pesquisa.

2 ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: RELAÇÕES ENTRE DOCUMENTO E INFORMAÇÃO

A história dos museus, arquivos e bibliotecas revela que o ato de colecionar teve início sob os mesmos princípios, os quais dão sentido à evidente convergência e entendimento entre as instituições, que têm como atividade comum o tratamento da informação (MARQUES, 2010, p. 7).

Essa afirmação é corroborada por Smit (2000, p. 30), que afirma que as especificidades das áreas não se sustentam apenas a partir do paradigma do acervo, e sugere que a ênfase deve ser deslocada para o usuário e, consequentemente, na informação e em como ela será disponibilizada.

Este capítulo apresenta um panorama dos arquivos, bibliotecas e museus e tem como objetivo identificar elementos que distinguem essas instituições, bem como fornecer subsídios que favoreçam sua aproximação e possibilidades de cooperação. O enfoque visa a examinar o conceito de documento para cada área, pois se trata de elemento que atua como delimitador de seu objeto de estudo. Nessa medida, serão examinados alguns aspectos da evolução teórica e conceitual que forneceram os alicerces de cada campo.

Embora a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tenham se firmado como campos independentes, mantendo suas especificidades, são evidentes as afinidades existentes nas suas origens e funções. Pretende-se desenvolver uma reflexão que permita conceituar cada instituição para demarcar aproximações entre os campos. Não se pretende, porém, fazer uma abordagem exclusivamente histórica ou cronológica do desenvolvimento dos paradigmas de cada uma das áreas, o que seria tarefa árdua, pois cada uma delas foi objeto de transformações substanciais ao longo de suas trajetórias.

A partir dessa investigação, busca-se abrir um diálogo entre as áreas com base na comparação entre os conceitos de informação e documento estudados e a institucionalização de documentos/objetos que nelas ocorre. Ao fazer uma análise entre esses elementos, pretende-se evidenciar aproximações entre as áreas e embasar a discussão que acontecerá no quarto capítulo, relativa às metodologias de representação e descrição dos documentos que compõem o acervo dessas entidades.

2.1 Documento e informação: pressupostos teóricos

Os estudos sobre o conceito de documento têm recebido abordagens múltiplas em diversas áreas do conhecimento, como a História e a Sociologia. No âmbito da Ciência da Informação, diversas perspectivas têm sido desenvolvidas nas últimas décadas e constata-se, dentre outras, uma tendência na abordagem da teoria do documento e na documentação. Esse movimento teria se originado na década de 1980, no mundo anglófono e escandinavo, como forma de balizar as discussões que originaram as ideias em torno da formação da Ciência da Informação e também como uma possível alternativa ao paradigma centrado na informação (LUND, 2009, p. 18). Descreve-se a seguir algumas das principais vertentes teóricas sobre a noção de documento e abordagem da informação.

Otlet, um dos pioneiros na discussão da Documentação como disciplina, propõe uma definição genérica para *livro* e *documento* como sendo “um suporte de certa matéria e dimensão, eventualmente de dobras e inscrições, no qual se incluem signos representativos de certos dados intelectuais” (1996, p. 43). Ao introduzir a noção de que o documento representa algo, ele indica o que seriam os primeiros indícios da abordagem funcional do documento. Outra contribuição essencial no pensamento de Otlet é a ampliação para o uso do termo documento de forma a incluir também materiais não textuais, como os documentos iconográficos e a música. Ele dedica uma seção de seu tratado à descrição dos diversos tipos de objetos existentes (1996, p. 217).

Os tipos de objeto são classificados em cinco categorias: a) *naturais* (matéria e estrutura); b) *artificiais* (criados pelo homem para de acordo com as suas necessidades); c) *objetos portadores de pegadas humanas*, pois servem para interpretação e têm significados; d) *objetos demonstrativos*, também criados pelo homem, porém para representar e demonstrar seus pensamentos; e e) *objetos de arte*.

Briet (2006, p. 11) apresenta a noção de documento “como a evidência de algo, evidência esta atribuída ao registro ou objeto” e estabelece dessa forma o conceito de documentos primários — os objetos em si, e de documentos secundários, criados a partir dos primeiros. O exemplo do antílope explicita essa relação na qual o animal correndo não é documento, mas o animal empalhado sim, sendo considerado um documento primário. Os estudos realizados a partir da observação desse documento primário vão gerar outros documentos, chamados secundários (desenhos, relatórios, fotografias, filmes, dentre outros), que, por sua vez, darão origem a outros documentos, pois serão copiados, analisados, traduzidos. Para Briet, os animais vivos habitando na natureza não são considerados

documentos, porém, se forem classificados e mostrados em um zoológico ou museu, passam a ser considerados como tal.

Buckland (1991) apresenta um conceito de materialidade que se aproxima da ideia de evidência de Briet (2006). Ele identifica três possibilidades de usos da palavra informação: “informação-como-processo” (implica no ato humano de ser informado); “informação-como-conhecimento” (indica o que é assimilado no item anterior); e “informação-como-coisa” (atributo dos objetos considerados informativos, incluindo aí os documentos, objetos, pessoas, eventos, edifícios e dados, entre outros), e afirma que essa possibilidade é a mais tangível, pois apenas a informação-como-coisa pode ser armazenada nos sistemas de informação. Ele retoma o pensamento da autora francesa e elenca alguns elementos que devem estar presentes para que o objeto tenha *status* de documento. São eles: materialidade, intencionalidade, processamento e posição fenomenológica. Nesse contexto, é sugerido que: a materialidade é importante, mas, por si só, não é condição para que o objeto seja documento; a intenção de ser indício de algo deve ser explicitada; ele deve ser organizado e processado; e que a ênfase deve estar voltada para a “construção social do significado” e no modo pelo qual o observador percebe o significado e característica de evidência presente nos documentos (BUCKLAND, 1997, p. 806-807). Em suma, o autor infere que Briet introduz a noção de atribuição de significados aos documentos:

Buckland resgatou o termo evidência utilizado por Briet, segundo o qual a intencionalidade atribuída ao documento pode ser resumida da seguinte maneira: o documento é aquilo que traz uma evidência (Briet), sob forma de signos e esses signos nunca são objetos naturais. Ou seja, os signos não constituem uma propriedade natural, que pode ser procurada e encontrada nos objetos, mas uma propriedade atribuída aos objetos (naturais ou artificiais) (SMIT, 2008, p. 14).

Lund (2009) propõe a abordagem do documento sob três ângulos complementares: físico, social e mental. Nesse sentido, o que se torna mais relevante é a compreensão das diferentes maneiras pelas quais os documentos interagem, o que depende dos ambientes sociais, cognitivos e físicos nos quais a documentação é realizada. O autor ressalta a importância dos contextos onde os documentos circulam, pois eles influenciam na função social ou cultural que o documento adquire em decorrência dessas interações.

Frohmann (2008) evoca os enunciados de Foucault para falar dos conceitos de documento e documentação em um contexto contemporâneo e elucida o caráter público da informação. Ele defende a hipótese de que a ideia de materialidade é o elo entre o conceito de informação e as práticas públicas, sendo essencial para analisar as consequências e efeitos

sociais implicados nos processos de documentação e sistemas de informação ou, nas palavras do autor, nos regimes de informação. Ele afirma que, uma vez que o documento “nomeia a materialidade da informação”, então os estudos de documentação são imprescindíveis para a compreensão e estudo da informação. Com relação à documentação, o autor afirma que as “práticas documentárias institucionais lhe dão peso, massa, inércia e estabilidade que materializa a informação de forma tal que ela possa configurar profundamente a vida social” (2008, p. 25). Em outras palavras, é por meio da institucionalização dos documentos realizada nas rotinas e processos nos quais as instituições os documentos circulam que eles revelam sua energia e capacidade de causar efeitos sociais, em alguns casos de forma totalitária.

Hjørland não considera a informação como coisa, porém afirma que todas as coisas têm potencial informativo, sendo, neste caso, denominadas *documentos*. Documentos considerados importantes são colecionados, organizados e difundidos por bibliotecas, arquivos, museus e outros tipos de instituição de memória (2000, p. 35). O autor atenta para o fato de que quer se use “Documentação” ou “Ciência da Informação”, é importante se levar em conta o fato de que estamos estudando objetos informativos, o que implica o estudo das funções informativas que eles possuem, independente de suas naturezas intrínsecas. É sugerido que a Ciência da Informação deve considerar os contextos sociais nos quais os significados e as necessidades que geraram esses objetos foram construídos.

A proposta de Smit para delimitação da informação no campo da Ciência da Informação implica duas premissas: a primeira é de que a informação precisa estar registrada e, como consequência, é passível de organização e preservação nas instituições coletoras de informação. Nessa condição, a informação torna-se então institucionalizada, ou legitimada, pois passou por uma seleção e foi preservada: “A decisão segundo a qual certa informação, na medida em que considerada potencialmente útil, deva ser preservada, é determinada pelas condições culturais que prevalecem no momento da decisão” (2012, p. 85). Nesse contexto, a abordagem funcionalista da informação é sugerida como forma de compreender a legitimação da informação nessas instituições e de ampliar os recursos de organização da informação.

Sem a pretensão de esgotar a discussão conceitual em torno do tema, essa explanação sobre alguns conceitos de documento e informação tem como objetivo balizar algumas das questões que são discutidas nos próximos capítulos. O Quadro 1 sintetiza os principais elementos abordados:

Quadro 1 - Documento e informação

Elementos	Autores	Definição
Noções de Documento	Otlet	Inclui impressos e objetos (naturais ou artificiais) Representam dados intelectuais
	Briet	Evidência de algo Atribuição de signo Documentos primários x secundários
	Lund	Contextos de circulação dos documentos e função social e cultural do documento
	Smit	A função do documento é atribuída no processo de institucionalização
	Frohmman	Potência dos documentos para causar efeitos sociais
Abordagens da Informação	Buckland	Informação como processo, como conhecimento e como coisa
	Frohmman	Possui caráter público e é “materializada” através da documentação institucionalizada
	Smit	Institucionalizada, organizada, disponibilizada
	Hjorland	Potencial informativo dos objetos e contextos e necessidades que os geraram

Fonte: Compilado pela autora.

O resultado da comparação do quadro acima nos permite elencar alguns traços comuns entre as abordagens propostas pelos autores. Documentos representam algo (OTLET) e a eles são atribuídos signos, ou seja, a atribuição de sentido não se dá de forma natural, antes ela necessita de uma construção (BRIET); a materialidade não é elemento suficiente para que o objeto seja documento (BUCKLAND, BRIET); a função social do documento é delimitada pelos contextos onde ele circula (LUND; FROHMANN, HJORLAND); a informação se materializa através da documentação e da institucionalização dos documentos, processo que tem efeitos sociais profundos e deve haver intencionalidade em transformar o objeto em documento (FROHMANN); todos os documentos têm potencial informativo (HJORLAND); a institucionalização da informação ocorre em meios culturais e contextos que determinam sua guarda e preservação, de acordo com decisões que revelam a função que a informação exerce naquele meio (SMIT).

2.2 Os arquivos

O estudo da história dos arquivos, segundo Gagnon-Arguin (1998), enfrenta certas dificuldades, como as questões que envolvem a terminologia utilizada, a qual é baseada em conceitos modernos, consolidados no século XIX, e que são comumente aplicados na abordagem dos documentos antigos, produzidos antes da era cristã, por exemplo. Outro ponto crítico apontado é a falta de estudo do papel social dos arquivos em conjunto com a história das mentalidades.

A origem dos arquivos remonta à origem da escrita, a qual, segundo Higounet, “é o fato social que está na base da nossa civilização”, o que justifica a aproximação da sua evolução com os movimentos de progressão do espírito do homem. Segundo o autor, ela surge a partir de uma necessidade de expressão humana permanente e opera como um instrumento de manifestação do pensamento por meio da fixação da palavra e da reprodução da linguagem articulada, permitindo a percepção do pensamento para além do tempo e do espaço (HIGOUNET, 2003, p. 10).

O homem passou a registrar informação em suportes que foram se modificando no decorrer da história e, graças a isto, é possível observarmos a evolução desses suportes, o tipo de informação registrada e as metodologias de tratamento dessa informação ou, em outras palavras, podemos acompanhar a origem e história do ofício de registrar essas informações (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 29). Para a autora, o estudo da história dos arquivos implica o conhecimento dos diversos momentos históricos, além da localização geográfica e as estruturas de poder vigentes em cada época. Se, no Egito Antigo, o poder era centralizado na figura do faraó, a necessidade e produção de documentos eram menores, enquanto na Grécia Antiga, de regime político mais democrático, a participação dos cidadãos na política trazia outra característica na produção de documentos. A Idade Média foi marcada por profundas transformações políticas, que tiveram impacto nas estruturas administrativas e, consequentemente, na necessidade de criação e circulação de documentos, enquanto a Igreja Católica, no mesmo período, adquire papel importante na vida política.

É a partir do surgimento da escrita que os arquivos tornam-se realidade, pois eles surgem a partir de necessidades existentes tanto na vida pública quanto na vida privada. A existência dos arquivos remonta às tábuas de lei do Tabernáculo de Jerusalém, e há provas de sua existência no Egito Antigo e também na Grécia, onde havia o *archeion*, local de guarda de documentos públicos, o que atesta os princípios fundadores do arquivo como local de conservação de testemunhos escritos e também o surgimento da figura do tabelião, que trabalhava com documentos privados. Um dos marcos na história dos arquivos ocorre entre os séculos XII e XV, devido ao surgimento de novas instituições jurídicas e administrativas e de mudanças na vida social, como o surgimento de núcleos de comércio. Embora a tendência de concentração de documentos se inicie com o Arquivo Imperial de Viena (1749) e com o Arquivo das Índias, em Sevilha, o marco mais relevante para o estudo da história dos arquivos foi a Revolução Francesa, ocorrida em 1789 (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 105-108). Nesse contexto, Gagnon-Arguin atesta que:

Assim começa um modo de administração diferente onde o documento já não desempenha apenas um papel jurídico, mas constitui um instrumento do poder cujo acesso é o sinal do poder do povo. Esta revolução irá ter um impacto determinante nos arquivos com a criação de uma instituição nacional cujo papel é o de assegurar a guarda dos arquivos (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 31).

Ao afirmar que, ao “longo das épocas e dos regimes os documentos serviram para o exercício do poder, para o reconhecimento dos direitos, para o registro da memória e para sua utilização futura”, Gagnon-Arguin (1998, p. 32) resume as principais funções do documento ao longo da história. Um exemplo emblemático dessa afirmação está na Revolução Francesa, já citada, que deu origem ao Arquivo Nacional Francês, instituição que centralizaria os documentos produzidos sob o novo regime, com a preocupação de construção da memória. Esse fato evidenciou os primeiros problemas de classificação dos documentos, problemas esses que começaram a vislumbrar uma solução apenas no século XIX, com a aparição dos princípios arquivísticos, descritos mais adiante, e com a proliferação de publicação de manuais de arquivística. Nesse sentido, a Arquivística é uma disciplina empírica que aparece no século XIX para orientar a organização e conservação dos arquivos (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 28).

2.2.1 A Arquivística

A Arquivologia Clássica compreende o intervalo entre 1789 e meados da década de 1940 e corresponde ao período no qual os manuais e princípios teriam sido criados, estabelecendo as formas e métodos do *fazer* arquivístico e consolidando também os princípios arquivísticos norteadores da área, os quais serão descritos neste capítulo. Depois da Segunda Guerra Mundial, inicia-se a fase dos Arquivos Modernos, onde os documentos administrativos, produzidos em larga escala, colocam-se como desafios à Administração Pública (SCHMIDT; SMIT, 2014).

A criação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1948 foi um marco para a área. Tendo como principal função promover a preservação, tratamento e uso dos arquivos em âmbito internacional, o Conselho se dedica à proteção e garantia de acesso aos arquivos. Para tornar isso possível, são promovidos eventos para profissionais da área, bem como realizado o desenvolvimento de normas de descrição e ferramentas como tesauros e softwares *open-source*.

Em linhas gerais, podemos definir as normas fundamentais da disciplina em quatro princípios: a) *proveniência* - vínculo ao órgão produtor do documento; b) *unicidade* - caráter único dos documentos; c) *organicidade* - conexão com outros documentos do mesmo conjunto; d) *indivisibilidade* - a integridade dos fundos deve permanecer. Esses princípios estão presentes na definição dos fundos arquivísticos, apresentada a seguir:

Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim (BELLOTTO, 2007, p. 128).

A dimensão tríplice da arquivística (arquivos, documentos de arquivo e informação) sugerida por Heredia Herrera assevera que a informação deve ser abordada apenas na terceira dimensão do objeto da arquivística, que é o documento de arquivo, sendo, portanto, impraticável substituí-lo pela informação isolada, pois ambos estão unidos de forma indissociável (1991, p. 129). Nesse aspecto, o estudo sobre a aproximação da Ciência da Informação com a Arquivologia, elaborado por Fonseca (2005, p. 10), relembra o fato de que a disciplina da Arquivística não teria considerado a informação como “objeto privilegiado da arquivologia”, pois a informação é “uma consequência do documento de arquivo, que por sua vez é visto como um elemento do arquivo”.

Por outro lado, em sua análise do processo de mudança do paradigma da arquivologia clássica³ para o que ele chama de novo paradigma, Thomassen (1999) desloca o foco do item físico para a informação e defende que o objeto da Arquivologia é dotado de duas faces: a informação arquivística e seu contexto de geração. Em oposição ao pensamento clássico, que tinha como principal objetivo o controle físico e intelectual dos documentos, o novo está focado na acessibilidade, e vai mais além, pois engloba o que ele chama de “qualidade de arquivamento”, que garante transparência e vínculo entre a informação e os processos que a geraram. Se, no paradigma anterior, a metodologia estava vinculada à aplicação do “princípio de proveniência e da ordem original”, a nova metodologia deve garantir a permanência das relações entre os documentos de arquivo e seus produtores, para que a fidedignidade dos registros possa ser analisada e mantida.

---

³ O autor faz referência à proposta apresentada na obra: MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, 1973.

Cook enfatiza a transformação do objeto físico que constitui o documento para se tornar um “objeto” conceitual de informação, pois ele passa a ser controlado por metadados, e passa a combinar “conteúdo, contexto e estrutura para fornecer evidências de atividade ou função de algum criador” (2012, p. 144).

Os argumentos apresentados apontam para uma configuração da Arquivística contemporânea que desloca o foco do documento para a informação. Contudo, essa não é a única questão apresentada pela contemporaneidade, pois, como afirma Cook (2012), os próprios princípios arquivísticos terão de ser discutidos para que alguns preceitos possam ser reformulados e atualizados com relação às práticas sociais atuais.

2.2.2 O documento de arquivo

Bellotto afirma que o documento de arquivo é um “produto social” e evidencia a preocupação de alguns estudiosos contemporâneos com relação à questão do princípio da proveniência e da organicidade, sobretudo no que diz respeito aos documentos digitais, que necessitam de novos instrumentos para assegurar que a contextualização não se perca. Outro conceito essencial para o estudo dos arquivos é o ciclo vital dos documentos, que permite observar as transformações que o documento experimenta desde o momento em que é produzido (fase corrente), tendo, portanto, a função comprobatória ou de registro de ações administrativas (fase intermediária), até o momento em que, sendo considerado de guarda permanente, passa a servir como fonte de pesquisa histórica. A autora descreve os passos do documento desde a sua gênese até tornar-se documento de arquivo. Segundo ela, em linhas gerais, o documento é gerado em razão de uma necessidade da sociedade e, após sua gênese, dependendo dos princípios legais que o permeiam, ele tomará determinada forma e será então difundido, por meio de publicação oficial ou não. Depois dessa fase, ele passa então a ser documento de arquivo e fonte de informação:

Com sua estrutura e substância bem definidas, o documento de arquivo já gerado, legitimado e tramitando ou vivenciando seu valor/uso primário, e posteriormente o seu valor/uso secundário, passa a cumprir sua função: prova e testemunho, em ambos os casos informação (BELLOTTO, 2010, p. 172).

O estudo da gênese documental é um processo fundamental para compreender a função e contexto de produção, e o documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu (BELLOTTO, 2007, p. 45). Em outras palavras, o documento, na

Arquivística, não é avaliado como um elemento isolado do contexto onde foi gerado. É importante relacioná-lo ao conjunto de atividades que deram origem a ele e sua relação com os outros documentos que compõem o fundo arquivístico ao qual pertence:

Ao contrário do bibliográfico, o documento arquivístico não dispõe de autonomia, nem prescinde da relação que mantém com seu contexto de origem. Para além do suporte, do formato e do conteúdo, característica passível da modalidade de identificação típica da biblioteconomia importa conhecer o vínculo orgânico entre o documento e a ação que nele se materializa a título de prova ou evidência (CAMARGO, 1998, p. 170).

Schellenberg (2002, p. 43), ao tratar dos arquivos permanentes, comenta as diferentes características existentes entre os documentos de biblioteca e de arquivo ocorre de duas maneiras: “a) ao modo pelo qual se originam; e b) ao modo pelo qual entram para as respectivas custódias”. Para o autor, os manuscritos, por exemplo, não podem ser diferenciados pela forma, autoria ou valor, pois reconhece que há uma sobreposição de interesses, tanto da biblioteca quanto do arquivo, por esses documentos. Ele propõe então que a distinção seja feita com base “no modo pelo qual os manuscritos vieram a existir” e, para isto, sugere que apenas os manuscritos “criados em consequência de uma atividade organizada — como, por exemplo, os de uma igreja, de uma firma, ou mesmo de um indivíduo — poderão ser considerados arquivos”. Com relação à custódia, ele ressalta o caráter colecionista da biblioteca em contraposição com o caráter de órgão receptor dos arquivos.

Silva (2000, p. 28) afirma que, a partir do momento em que o documento (armazenado em arquivo histórico ou público) é passível de reprodução, após ter deixado a esfera reservada onde circulou, ele passa a ser acessível a um número de maior de indivíduos, e afirma que os arquivos “assumem o papel que desde Gutenberg vem sendo assumido pelos impressores-editores: criar um espaço (e um mercado) aberto de acesso à informação socialmente produzida e contextualizada”. Ele destaca também o valor cultural associado ao papel dos arquivos públicos, afirmando que a “produção de conhecimento científico anda assim articulada com a promoção e difusão culturais” (SCHELLENBERG, 2000, p. 29).

Ao que se pode observar, é possível definir algumas características essenciais para a identificação de documentos de arquivo: é necessário que ele tenha desempenhado suas funções relativas às necessidades que o originou (como produto social, ele se origina em função de necessidades específicas); após essa etapa pode ser considerado documento de guarda permanente e, portanto, com valor histórico e probatório (BELLOTTO); ele não pode

ser desvinculado do seu contexto de produção (princípio de proveniência e organicidade), pois, dessa forma, ele perderia seu sentido (CAMARGO); a informação é indissociável do documento (HEREDIA HERRERA).

Diante do exposto podemos observar um primeiro elemento que marca distinções entre as áreas, pois a Arquivística é o único campo no qual não existe o conceito de coleção, pois seu acervo é formado tendo por base a acumulação de documentos.

Nesse contexto, cabe mencionar, ainda, que, de forma breve, a importância da Diplomática, disciplina “que ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial” (BELLOTTO, 2007, p. 45), para os documentos públicos. Duranti (2015, p. 197) afirma que “a forma de um documento revela e perpetua a função a que serve” e menciona a existência da forma física e da forma intelectual, sendo a primeira responsável pelo estudo dos elementos extrínsecos ao documento, ou sua aparência externa, e a outra relacionada ao modo de apresentação do conteúdo, sendo ambas essenciais para a classificação e identificação das tipologias documentais geradas e as funções que originaram os documentos.

Smit (2003) conclui que “se na arquivologia a função do documento é definidora de sua entrada no sistema de informação e posterior organização, na biblioteconomia enfatiza-se sua função no momento da saída do sistema”. Dessa forma, a definição do documento de arquivo está intimamente relacionada à função que o originou, enquanto na biblioteca a função é pensada quando o documento já está disponível para acesso e uso, ou seja, depois de catalogado e classificado, sendo, portanto, já conferido de um valor cultural e patrimonial para a sociedade. Vale lembrar que, embora nem todo documento adquira estatuto histórico, e tendo em vista que as políticas de eliminação de documentação constituídas pelas Tabelas de Temporalidade Documental (TTD) indicam o que deverá ser transformado em documento de arquivo, a Teoria Arquivística presume que “todo documento produzido ou recebido carrega poder informacional” (SMIT, 2012, p. 87).

2.3 As bibliotecas e os registros do conhecimento

Dois mitos antagônicos povoam a história das bibliotecas: o mito da Biblioteca de Babel⁴ e o mito da Biblioteca de Alexandria. O primeiro está relacionado à infinitude das palavras e pensamentos existentes na biblioteca, lugar onde não se pode exercer nenhum

---

⁴ BORGES, Jorge Luís. A biblioteca de Babel. In: BORGES, J. L. **Ficções**. São Paulo: Abril, 1972.

controle intelectual, e onde a biblioteca funciona com “metáfora do infinito”. O outro mito, ao contrário, evoca a destruição, morte e esquecimento (JACOB, 2008a, p. 11).

Dentre as grandes bibliotecas da Antiguidade, uma das mais famosas é a Biblioteca de Alexandria, que se situava no Palácio Real, que abrigava também o Museu de Alexandria, tendo sido fundada no início do século III a.C., a qual se estima ter possuído cerca de 500 mil volumes. Infelizmente, restaram poucos documentos sobre essa biblioteca, mas é digna de nota a opção por acumular em um mesmo lugar todos os livros produzidos pela humanidade (JACOB, 2008b, p. 46). O autor relembra que a primeira ideia de coleção de livros surge com Aristóteles, o qual teria ensinado aos chefes de Estado do Egito como uma biblioteca deveria ser organizada, mostrando que, além da acumulação de material, era essencial construir um projeto intelectual que conferisse sentido à coleção. Os efeitos da cultura grega na criação da Biblioteca de Alexandria são observados na semelhança que possui com o Liceu da Grécia Antiga:

Segundo Estrabão, a Biblioteca de Alexandria é o enxerto bem-sucedido de uma ideia ateniense, nascida na escola filosófica de Aristóteles, o Liceu: uma comunidade de intelectuais que se dedica à pesquisa e ao ensino e encontra na biblioteca um de seus instrumentos de trabalho, em domínios tão diversos quanto a poética, as ciências, a história, e naturalmente a filosofia (JACOB, 2008b, p. 46).

Para os filósofos contemporâneos de Aristóteles, o livro⁵ era considerado suporte da informação, sendo comum a prática da leitura de escritos antigos ou contemporâneos para buscar a solução de problemas e inspiração para novas reflexões acerca deles. As duas instituições, porém, têm diferenças bastante explícitas, pois se, em Atenas, a biblioteca estava integrada a uma escola filosófica independente, em Alexandria a biblioteca estava erguida sob a égide do Estado. O projeto enciclopédico da cidade egípcia tinha por objetivo acumular todo saber registrado pela escrita e, para isto, eles se utilizavam de tradutores, revisores e editores. O acervo era formado por escritos originais gregos ou textos de línguas bárbaras traduzidos para o grego. Jacob dá ênfase às atividades intelectuais que se manifestavam nesses processos, pois, mais do que uma biblioteca de consulta, lá havia uma intensa atividade de leitura e pesquisa nas fontes existentes que dava origem a novos escritos. Ele afirma que o caráter enciclopédico da biblioteca “tende a reificar os conteúdos de saber e a torná-los móveis,

---

⁵ O livro mencionado não corresponde à ideia de livro que pode ser folheado, mas corresponde ao livro em forma de rolo. Os acervos das bibliotecas da Antiguidade eram formados por tábuas de argila ou rolos de pergaminho, papiro e também pelos rolos de manuscritos, que perduraram até o ano 300, aproximadamente, até o surgimento do códex, que era formado por páginas (MARTINS, p. 80).

traduzíveis, permutáveis, independentemente mesmo dos textos originais e dos autores que os produziram” (2008b, p. 73).

Para Battles (2003, p. 36), “A Biblioteca de Alexandria foi, assim, a primeira com aspirações universais e com sua comunidade de estudiosos, tornou-se o protótipo das universidades da era moderna”. Outro fato a ser lembrado é que, embora o caráter das coleções fosse universalista, o processo de escolha do que seria copiado ou traduzido já implicava a permanência ou não da obra para as gerações posteriores, o que já seria certa forma de censura e seleção. Conquanto se fale na destruição da biblioteca devido a um incêndio provocado pelo califa Omar, não há indícios de que isso tenha ocorrido de fato. O autor argumenta que a extinção da Biblioteca teria se dado de forma lenta, onde as pessoas teriam perdido o interesse e afinidade com o idioma grego, já que os alexandrinos cristãos não dominavam esse idioma:

(...) tudo indica que os rolos foram sendo danificados por períodos alternados de umidade e aridez, devorados pela fauna e flor e daninhas que evoluíram adaptando-se ao interior das bibliotecas, ou ainda roubados, perdidos e, sem dúvida, queimados (BATTLES, 2003, p. 38).

Do mesmo período, destacam-se as bibliotecas públicas romanas, sendo as mais famosas a Ulpiana e a Palatina. Ao todo, existiam 28 bibliotecas públicas em Roma no século IV (MARTINS, 2001, p. 78). Battles (2003, p. 61) afirma que, em Roma, o processo de enfraquecimento das bibliotecas também foi fruto da influência dos cristãos romanos, que “construíram uma identidade cultural que se definia por oposição à literatura e à arte da antiguidade pagã”.

No que diz respeito às bibliotecas medievais, elas podem ser classificadas em três tipos: monacais, universitárias e particulares. No âmbito das bibliotecas monásticas, é dado destaque à Ordem dos Beneditinos, a qual teria uma identificação maior com o livro, fosse ele eclesiástico ou profano. Ainda que muitas obras consideradas heréticas tenham sido destruídas, os monges copistas desta Ordem realizaram um trabalho exemplar e minucioso para reproduzir itens da literatura profana ou pagã, sem o que muitas delas não seriam conhecidas no nosso tempo (MARTINS, 2001, p. 85).

A instituição das universidades no período medieval foi um marco na história do conhecimento, pois, com elas, deu-se início o processo de laicização da cultura ocidental, como foi o caso da Universidade de Oxford, dentre outras, que criou a Biblioteca Bodleiana em 1334. O ressurgir das bibliotecas públicas (não no sentido de estarem acessíveis a um

público amplo, mas sim de ser o lugar onde os nobres e poderosos exerciam suas autoridades) teve lugar em Florença, por meio da criação da Biblioteca de São Marcos, inaugurada por Cosimo de Medici, em 1437 (BATTLES, 2003, p. 72).

A partir da Renascença, as bibliotecas foram naturalmente acompanhando a evolução social da cultura, que assistiu a mudanças como o desaparecimento das monarquias de direito divino e das universidades monásticas e a transformação do livro de objeto sagrado para “um instrumento de trabalho disponível para todos” (MARTINS, 2001, p. 323), configurando a biblioteca como uma instituição aberta e democrática.

Também se constitui um marco do período a invenção da imprensa de Gutenberg, no século XV, que colaborou para reduzir o preço da produção de livros e para disseminar o conhecimento. Esse fator foi determinante para o aumento da produção das publicações e da ampliação das bibliotecas, o que acabou por gerar a necessidade de criação de novos métodos de organização das coleções para possibilitar o acesso ao acervo que crescia de forma intensa (MILANESI, 2002, p. 26-27).

No século XVII, Gabriel Naudé apresenta seu conceito de biblioteca como uma instituição pública que deveria estar disponível para todos, pautada por um caráter universal que permitisse acolher obras de todos os autores. Naudé apresenta o conceito do uso das bibliografias como instrumentos que pudessem possibilitar o acesso a obras que não estivessem disponíveis fisicamente na biblioteca. Estaria formado, então, o paradigma da pesquisa, que não pode prescindir da consulta ao conhecimento já produzido e acumulado (COELHO, 1997, p. 75).

O século XIX também assistiu a um vertiginoso crescimento na quantidade de publicações e na diversidade de gêneros publicados. A obrigatoriedade do depósito legal, instaurada nas bibliotecas nacionais da Inglaterra e da França, fizeram com que seus acervos aumentassem substancialmente no período. A figura do bibliotecário também se transforma e ele passa a influir na escolha do leitor, em vez de ser mero guardião das obras. O aumento de publicações é fruto da inserção da produção em massa do livro, típica da Revolução Industrial. Nesse contexto, algumas sociedades, como a britânica, passaram a exigir bibliotecas públicas, e o problema de organização de padronizações na catalogação começava a dar sinais — vale notar que o primeiro catálogo impresso da Biblioteca do Museu Britânico⁶ foi publicado em 1810, sob a administração de Antonio Panizzi, defensor de maior abertura da biblioteca para os leitores. Em meados do século XIX, com a pobreza espalhada pela

---

⁶ Atual Biblioteca Britânica.

Inglaterra, há um movimento expressivo para a consolidação da biblioteca pública naquele país (BATTLES, 2003, p. 125, 132). Esse efeito também se deu em outras partes do mundo e a biblioteca pública passa então a ser uma instituição reconhecidamente necessária para o desenvolvimento e acultramento dos indivíduos.

O autor distingue quatro processos na história das transformações das bibliotecas:

- a) Laicização: ocorrida a partir da Renascença e da invenção da imprensa. Até então, as bibliotecas conservavam “seu caráter religioso, não pela matéria dos livros que continham, mas pela natureza dos seus órgãos mantenedores e administradores”.
- b) Democratização: com o desaparecimento das monarquias e das universidades monásticas, “o livro perde seu caráter de objeto sagrado e secreto para se transformar num instrumento de trabalho posto ao alcance de todas as mãos”.
- c) Especialização: com um público maior do que as bibliotecas criadas com propósitos sectários ou aristocráticos, começaram a surgir diversos tipos de bibliotecas (especializada, pública, escolar *etc.*) para atender às demandas diversificadas que surgiam⁷.
- d) Socialização: nesse processo, a biblioteca “não apenas abriu largamente as portas, mas ainda sai à procura de leitores”, ou seja, ela se imbuíu de um dinamismo que revolucionou a forma de circulação dos livros e da informação.

O caráter da biblioteca como instituição de serviço para os cidadãos é enfatizado por Milanesi, que afirma que a “nova biblioteca tinha uma determinada função educativa, caracterizando-se como um presente filantrópico que se dava aos segmentos populares, os mais necessitados de ilustração” (1983, p. 22). Segundo o autor, o século XX atribui nova função à biblioteca, entendida como um dos locais do saber responsável por sistematizar o acesso à informação, que passa a ser encarada com um bem, algo que adiciona valor. De qualquer forma, às bibliotecas foram imbuídas funções sociais que persistem até hoje, sendo que algumas dessas funções estão relacionadas a certas tipologias de bibliotecas existentes, porém nesta pesquisa abordaremos a biblioteca pública, de uma forma mais geral.

Em seu Manifesto para Bibliotecas Públicas, a IFLA, em conjunto com a UNESCO, define algumas atribuições para essa instituição, dentre as quais destacamos a

---

⁷ É válido mencionar que a Special Libraries Association (SLA), organização sediada nos EUA, foi fundada em 1909.

concepção da biblioteca pública como uma “porta de acesso local ao conhecimento”, que deve favorecer o aprendizado contínuo de modo que os indivíduos e grupos sociais possam se desenvolver culturalmente. É declarada a crença na biblioteca pública “enquanto força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres”. O Manifesto afirma que todos os públicos de todas as faixas etárias devem ser atendidos e afirma que as “coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriadas assim como materiais tradicionais” (MANIFESTO DA IFLA/UNESCO, 1994).

Outro fato que modificou a forma de atuação das bibliotecas e merece ser mencionado é o surgimento das bibliotecas digitais. Conceito surgido nos anos 1980, teve força somente após o aparecimento da *web*, nos anos 1990, que, no início, eram coleções de documentos digitais (SAYÃO, 2008). O conceito, porém, se ampliou, graças à tecnologia da informação, e um dos pontos de destaque foi o aumento na capacidade de atendimento, que não se restringia apenas a uma comunidade que tinha acesso físico à biblioteca (SAYÃO; MARCONDES, 2008, p. 134).

Diante de tudo o que foi dito, constata-se que transformações profundas ocorreram no campo das bibliotecas nos últimos séculos. Paradoxalmente, a biblioteca de hoje tem sido alvo de questionamentos quanto à sua função e existência, fato devido ao mito de que ela poderia ser substituída pela informação disponibilizada na internet. É sabido que ainda carece de políticas públicas que possibilitem o acesso e apropriação da informação. Fica evidente, contudo, que as questões que se apresentam para as bibliotecas estão mais relacionadas às suas funções e metodologias do que à delimitação dos documentos que devem fazer parte de seu acervo, ainda que o livro seja seu objeto por tradição.

Deixar o acervo acessível, porém, não garante de apropriação da informação e produção de conhecimento, como já foi demonstrado no capítulo dedicado ao documento e à informação. As relações entre informação e conhecimento têm sido estudadas no âmbito da Ciência da Informação, porém estas questões não são o foco desta pesquisa. O foco é o estudo dos aspectos descritivos dos acervos das instituições culturais estudadas e apresentamos uma síntese da biblioteca sob o ponto de vista historiográfico e não epistemológico o que nos levaria a percorrer os caminhos das discussões da Ciência da Informação, que têm se detido, em maior ou menor grau, nas questões de fluxo e circulação da informação, bem como nas relações entre informação e conhecimento, tão caras às questões de apropriação da informação e, conseqüentemente, para o desenvolvimento socioeconômico.

2.3.1 A Biblioteconomia e seu objeto

As bibliotecas da Antiguidade já haviam começado a desenvolver seus métodos de organização dos acervos, e a Biblioteconomia pode ser definida “como a área que realiza a organização, gestão e disponibilização de acervos de bibliotecas” (ORTEGA, 2004). A autora cita ainda a Bibliografia, fonte secundária de informação formada por listas que descreviam o conteúdo de outros livros. A Bibliografia, porém, tem uma longa história e teve início no século XVI, com o autor Conrad Gesner, precedendo, portanto, as disciplinas de Biblioteconomia e Documentação (ARAÚJO, 2015, p. 119).

Para Ortega (2004), foi Gabriel Naudé, já citado, quem colaborou para a fundação da “Biblioteconomia Moderna”, pois apresentou modos de produção de bibliografias que introduziram formas novas de se fazer uma pesquisa. A autora relembra, porém, que o termo “biblioteconomia” aparece apenas em 1839, “na obra intitulada ‘Bibliothéconomie: instructions sur l’arrangement, la conservation e l’administration des bibliothèques’, publicada pelo livreiro e bibliógrafo Léopold-Auguste-Constantin Hesse”, tendo ocorrido nesse século a consolidação das práticas e técnicas bibliotecárias. É mencionada, ainda, a estreita relação entre o desenvolvimento da Biblioteconomia e da Documentação, que perdurou até o final do século XIX.

Shera e Egan afirmam que a Documentação, como disciplina separada da Biblioteconomia, tem início com Paul Otlet e Henri de La Fontaine, que, ao atribuírem um valor intrínseco à informação, valorizando mais o conhecimento e o acesso à informação, instituíram a Documentação como possibilidade de realizar o relacionamento entre as informações, construindo-se, dessa forma, redes conceituais ou informacionais:

No início a documentação, a biblioteconomia e a custódia de arquivos eram a única e mesma coisa. Muito cedo, porém, forças sutis começaram a dividir os que se interessavam por essas três atividades em grupos separados que acabaram por adotar entre si uma atitude de intolerância (SHERA, EGAN, 1961, p. 24-25).

Dentre as diferentes metodologias adotadas, Le Coadic (2001, p. 15) afirma que ao “contrário da Biblioteconomia e da Arquivística, a Documentação adota técnicas não convencionais de organização e análise, não mais apenas de livro, mas de qualquer tipo de documento”. Ortega (2009a, p. 30) argumenta que “os princípios documentários configuram-se como parte basilar dos fundamentos da Ciência da Informação e são emblemáticos de sua unidade identitária”, entendendo a “Documentação como corrente que contribui para a

consolidação epistemológica da Ciência da Informação”, opinião corroborada por Tálamo e Smit (2007, p. 47), as quais discordam da leitura parcial do pensamento de Otlet, no qual a Documentação é vista apenas como técnica. As autoras argumentam que ela se constitui em um “vértice conceitual da Ciência da Informação”. Elas atentam ainda para o fato de a CI se enunciar de modo fragmentado e concebem uma abordagem do modo da produção do conhecimento na sociedade contemporânea (ou pós-moderna), na qual é proposto o direcionamento da CI para que possa lidar com as questões relacionadas à informação e à produção do conhecimento. O campo teórico deveria ser organizado, então, em torno de elementos que possam, dentre outros, possibilitar o “desenvolvimento de estratégias de uso e de mediação da informação”.

De modo geral, pode-se afirmar que as relações entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação são análogas às relações entre a Documentação e a Ciência da Informação, no sentido de que perpetuam as oposições e divergências que existem entre as referidas disciplinas. Uma das críticas à Biblioteconomia seria a dificuldade da área em adotar uma atitude mais reflexiva e dotada de caráter intelectual e político na qual fosse possível unir o pensamento teórico às práticas. As atividades de preservação e, posteriormente, a atribuição da função social e educativa às bibliotecas conduziram o campo para o exercício e desenvolvimento de práticas muito bem sucedidas, tais como a catalogação cooperativa e proliferação de equipamentos públicos. Porém, nesse contexto, as relações da informação e contexto de produção e uso nem sempre foram considerados (ORTEGA, 2004).

Um fator a ser considerado nesse âmbito é a divisão da Biblioteconomia proposta por Dias (2000, p. 71), baseada na visão norte-americana e segundo a qual haveria uma Biblioteconomia tradicional e outra especializada. A primeira se ocuparia das práticas essenciais ao funcionamento da biblioteca, tais como desenvolvimento de coleções, processamento técnico e serviço de referência. A Biblioteconomia especializada estaria mais próxima aos conceitos de documentação, no sentido de lidarem com uma diversidade mais ampla de tipologias de documentos, além de focarem na questão da disseminação de informação. Em outras palavras, a faceta tradicional está relacionada a informações mais genéricas, ao passo que a especializada deveria tratar de informações especializadas, para um público específico.

Em consequência das proximidades entre a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação, não é tarefa simples determinar qual o objeto da primeira. De uma perspectiva histórica, a biblioteca é a instituição cujos serviços informacionais de originaram com o formato livro, que tem sua origem na palavra grega *biblion*. Porém, se as atividades de

organização dos acervos das bibliotecas tinham como objetivo principal prover o acesso aos livros, pode-se argumentar que, na realidade, o intuito era disponibilizar a informação contida nos livros, um dos primeiros documentos produzidos pela humanidade para registrar informação (GUTIÉRREZ CHIÑAS, 2013, p. 144). Nessa direção, a biblioteca é compreendida, então, como uma instituição que abriga diversos tipos de material:

A biblioteca é, pois, uma instituição que agrupa e proporciona o acesso aos registros do conhecimento e das idéias do ser humano através de suas expressões criadoras. Como registros entende-se todo tipo de material em suporte papel, digital, ótico ou eletrônico (vídeos, fitas cassetes, CD-ROMs, etc.) que, organizados de modo a serem identificados e utilizados, compõem seu acervo. Sem fins lucrativos, objetiva atender à comunidade em sua totalidade (BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p. 17).

Miksa (1996) define o acervo da biblioteca de forma a abranger o que ele chama de objetos informativos, sejam eles em formato de texto, arquivo de áudio, documentos iconográficos e mapas, dentre outros. O autor propõe a abordagem da biblioteca como “uma expressão de um contexto cultural e social no qual é originada” e sugere que o legado mais significativo da biblioteca reside no seu caráter utilitário como instituição que organiza e disponibiliza informações necessárias à sociedade. A ampliação do acervo bibliográfico é comentada por Le Coadic: “À biblioteca tradicional, que conservava apenas livros, sucedeu uma biblioteca que reúne acervos muito mais diversificados, tanto por seus suportes como por sua origem: imagens, sons, textos” (2001, p. 13). Por outro lado, se as bibliotecas “nunca foram depósitos de livros”, mas sim “centros do saber”, os livros também podem coexistir tanto no suporte papel quanto no suporte digital (DARNTON, 2011, p. 16). Entendida como “concentração de esforços de ordenamento da produção intelectual do homem”, a biblioteca estará sempre associada ao desenvolvimento, e ainda que se transforme, ainda que seja “real ou virtual”, ela “nunca acabará” (MILANESI, 2002, p. 12).

Um dos desafios da biblioteca é a disponibilização de acervos em ambientes digitais. As estratégias para oferta desse tipo de serviço são diversas daquelas presentes no processo de aquisição e armazenamento de acervo impresso, por exemplo. Os ambientes digitais trazem novos paradigmas de aquisição — em alguns casos, não se adquire o conteúdo, mas sim o acesso ao conteúdo, e por um tempo determinado. O mercado de publicações digitais tem regras próprias, que, por sua vez, influenciam o ciclo da comunicação científica, que é mensurada por mecanismos de avaliação que nem sempre consideram as revistas de acesso aberto, restringindo-se, portanto, a um universo que não contempla toda a produção científica sobre um determinado tema. As universidades podem

adquirir acesso às bases de dados que contêm textos completos de periódicos, além de *e-books*, mas ainda resta uma parcela significativa de produção científica, de acesso aberto, que está fora desse mercado.

Iniciativas como o *Open Journal Systems* (OJS), *software* livre que tem sua versão em português mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), formam um importante marco para o acesso a essas publicações. Com a utilização desse sistema, é possível formar uma rede colaborativa na qual as bibliotecas podem exercer um importante papel de apoio às instituições e departamentos que desejam publicar seus textos em regime de acesso aberto.

Nesse contexto, quais poderiam ser as ferramentas de busca que pudessem dar conta de uma pesquisa nessa vastidão de informação digital? Algumas ferramentas, como a busca federada, podem ambicionar o auxílio o pesquisador, que poderia pesquisar em diversas fontes de forma simultânea. Porém, novamente, elas não podem prescindir de um sistema que esteja voltado para as necessidades do usuário, formado por dados padronizados e indexados. Latour comenta sobre as bibliotecas e afirma que “esses lugares silenciosos, abrigados, confortáveis, dispendiosos, onde leitores escrevem e pensam se ligam por mil fios ao vasto mundo, cujas dimensões e propriedades transformam” (2008, p. 21-44). O mais importante, porém, é que as bibliotecas, arquivos, centros de documentação e instituições culturais devem olhar em volta e perceber que não estão isoladas de um mundo que está em constante mutação e desenvolvimento.

Para Buckland (1992), o propósito central das bibliotecas é prover o acesso à informação. Nesse contexto, o deslocamento do suporte físico para o conteúdo dos documentos, bem como o surgimento das novas tecnologias, são questões que têm afetado as bibliotecas de forma irreversível. Esse processo, embora já estivesse presente nas origens da Documentação e tenha conquistado espaço nas discussões da Ciência da Informação — a qual tem aprofundado os estudos do fluxo de produção e circulação da informação, o que inclui os produtores e usuários da informação —, também estão presentes nas questões das bibliotecas.

Essas questões estão no centro das discussões contemporâneas acerca da Ciência da Informação, porém esses tópicos não serão aprofundados nesta pesquisa. Interessa-nos explorar o campo da Biblioteconomia para relacioná-lo com a Arquivologia e Museologia, com o objetivo de obter elementos que nos permitam delimitar seus objetos.

2.4 Coleccionismo e museus

A história dos museus não pode ser dissociada da história do colecionismo. Na Antiguidade Grega, os templos possuíam locais onde eram oferecidos sacrifícios e nos quais era comum a presença de objetos e artefatos que poderiam ser vistos pelo público. Porém, essas coleções eram de cunho religioso. Embora a origem da palavra venha do grego antigo, o conceito de museu naquela época era bastante diverso do que conhecemos hoje, pois “na Grécia antiga, *mouseion* designava antes uma instituição filosófica, lugar de contemplação onde o pensamento, livre de outras preocupações, poderia dedicar-se às artes e ciências” (COELHO, 1997, p. 268).

Na Roma Antiga, o colecionismo foi iniciado a partir das esculturas e quadros que eram saqueados da Grécia e levados como troféus, formando as coleções dos chefes de guerra e que, primeiramente, exibiam as peças em praças públicas e, posteriormente, as exibiam nas próprias residências, o que consolidou essa prática. Na ausência de peças originais, encomendavam-se cópias, muitas das quais são conhecidas até hoje, e fica evidente que, possuir coleções privadas desta natureza evidenciava prestígio cultural. Foi Marco Agripa, estadista do Império Romano, quem apreendeu que as obras retiradas de seu contexto original deveriam ser reagrupadas e exibidas em conjunto para a população, o que introduziu a noção do valor de uma coleção como patrimônio cultural comum. No período bizantino, houve uma produção de obras em larga escala, pois o cristianismo havia se beneficiado do uso das imagens para expandir sua doutrina. Dessa forma, na Idade Média, o ato de colecionar ocorre em dois polos: de um lado, o colecionismo da Igreja, única forma de museu público, e, de outra parte, as coleções dos objetos frutos de saques. Nesse período, algumas coleções particulares se sobressaíram, como a coleção da família Médici doada ao estado em 1743 (LEÓN ALONSO, 1978, p. 19-22). Os tesouros das igrejas eram formados por pedras preciosas, achados curiosos e relíquias cristãs, que, além de serem objetos sagrados, representavam também uma preciosa “mercadoria turística” (ECO, 2010, p. 173).

Já no período do humanismo, a história do colecionismo foi renovada, pois, ao valor econômico e hedonista que os objetos adquiriram na Antiguidade, é adicionada a capacidade de contribuir na formação cultural e científica do homem, que era proporcionada com o contato com as obras do passado. Nesse período, os membros das cortes e os cidadãos burgueses são os principais clientes e conhecedores de obras de arte (LEÓN ALONSO, 1978, p. 23).

A partir do Renascimento, no século XVI, o colecionismo passa por transformações. É dessa época a *Wunderkammern* ou os chamados “gabinetes de curiosidades”, formados por objetos que despertavam a curiosidade científica:

(...) as câmaras das maravilhas ou gabinetes de curiosidades, precursores dos nossos museus de ciências naturais, onde alguns tentavam reunir tudo aquilo que se deve conhecer e outros tentavam colecionar o que pudesse soar extraordinário e inaudito, inclusive objetos bizarros ou achados estupefacientes como os crocodilos empalhados que pendiam de uma chave de abóbada, reinando sobre o ambiente (ECO, 2007, p. 203).

Os primeiros museus públicos, de caráter enciclopédico, surgiram no final do século XVII, como é o caso do Museu de Ashmolean, na Universidade de Oxford, que é considerado o primeiro museu público no mundo, pois foi estabelecido pelo Poder Público para a benfeitoria pública. Eles foram influenciados pelo “espírito enciclopédico” do iluminismo europeu. No século XVII, outros museus desse caráter foram criados, dentre os quais citamos o Museu Britânico (criado por decreto parlamentar) e o Museu do Louvre, em Paris, fruto de um desejo de democratização das coleções, advindo com a Revolução Francesa (LEWIS, 2004, p. 1). O autor afirma que o museu do século XIX adquiriu a função de propulsor da construção da identidade nacional, surgida, primeiramente, na Europa. Dessa forma, foram surgindo os museus nacionais, como o Museu Nacional de Budapeste (1802) e o Museu de Praga (1818).

O século XIX também trouxe um novo ator no cenário: os Estados Unidos da América. Naquele país, surgiram colecionadores particulares dos mais diversos ramos empresariais, que construíram coleções significativas como a coleção de A. Mellon, que deu origem à *National Gallery* de Washington (LEON ALONSO, 1978, p. 44). Pode-se afirmar que, nesse período, foram consolidados dois padrões de museu: os de caráter nacional, como o Louvre, e aqueles surgidos no bojo do desenvolvimento científico, como o Museu Britânico (JULIÃO, 2006, p. 20). Para a autora, os museus enciclopédicos foram superados, a exemplo do que aconteceu com as teorias evolucionistas que os davam suporte e que entraram em declínio no início do século XX.

Os museus do século XX herdaram o caráter do século antecessor, no qual o aspecto de conservação e preservação de coleções era o foco principal. Estes museus não se aproximavam do público, pois o sentido de permanência e mitificação da arte foi sendo substituído por novos valores. Isso se refletiu na constituição do *International Council of Museums* (ICOM), que ocorreu em 1946, órgão que pretendia fazer pesquisas na área, além de ser uma entidade que pudesse contribuir o desenvolvimento profissional dos museus. Um

destaque do museu do século XX é o deslocamento do ato de colecionar para o foco no uso que se faz desse acervo ou, em outras palavras, essa teoria dá ao homem uma preponderância sobre os objetos, o que pressupõe um novo tipo de humanismo (LEON ALONSO, 1978, p. 56-57).

Desvallées e Mairesse (2013, p. 23) sugerem que, para definir o que é museu, é necessário levar em conta diferentes abordagens possíveis, as quais podem conduzir a diferentes definições:

- a) abordagem conceitual (estudo do museu, patrimônio, instituição, sociedade, ética, museal);
- b) reflexão teórica e prática (Museologia, Museografia);
- c) funcionamento (objeto, coleção, musealização);
- d) atores (profissionais e público);
- e) abordagem funcionalista - análise das funções que decorrem de sua ação (preservação, pesquisa, comunicação, educação, exposição, mediação, gestão, arquitetura).

O conceito de museu estabelecido pelo ICOM, embora seja genérico, traz elementos que delimitam algumas de suas principais funções, além de assentar as questões relacionadas às coleções nas atividades centrais dos museus e de introduzir a capacidade testemunhal dos objetos:

Os museus são instituições permanentes, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, preservam, pesquisam, comunicam e expõem, para fins de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2009).

Couto (2013), em seu discurso proferido na 23ª Conferência do Icom, evoca suas memórias de infância para relatar as relações entre o homem, o museu e o tempo, e defende a ideia de que, longe de serem locais sacralizados, os museus devem ser locais vivos, “que respeitem as culturas e os tempos que são nossos”.

É bom recordar a origem dos museus que aconteceu em geografias diversas, e eu já falei aqui desse primeiro museu, que nasceu na Babilônia, mas posso falar de um outro, que vocês todos conhecem, nascido em África, em Alexandria, no século III a.C., que inclui esse patrimônio imenso, que passava por uma biblioteca, por um instituto de pesquisa, por um jardim zoológico, em que se estudavam os jardins exóticos. Por ali, passaram pensadores como Euclides e Arquimedes, por ali passaram os fundadores da matemática, das engenharias, da fisiologia, da astronomia. O Museu de Alexandria, eu renovo, nascido em África, foi uma fábrica de futuro. E nós, sem mesmo o sabermos, continuamos a visitá-lo.

O museu precisaria ser o lugar onde as perguntas são feitas, mais do que o lugar onde se encontrariam as respostas (MENESES, 2011, p. 20). O museu contemporâneo está estruturado em modos de operação estabelecidos no século XIX, e o distanciamento entre os museus e a sociedade ainda se faz presente. A hegemonia presente no conceito de museu permite a “coexistência em uma mesma instituição de ideias como patrimônio cultural — entenda-se, bem comum construído como tal — e exclusão social”.

Ainda podemos citar outros desafios que se apresentam aos museus, a começar pelo processo de seleção daquilo que deve ser preservado, bem como a forma com a qual o museu irá lidar com as demandas de grupos diversos em prol da preservação de sua memória; e também como irá se relacionar com o público, diante da crescente demanda pela ampliação do número de visitantes, que pode acabar por gerar ações de caráter focado no mercado de consumo de cultural, mas que não necessariamente estejam comprometidos com a ampliação do acesso aos bens culturais, servindo antes a uma lógica falha em um sistema cuja política cultural ainda está se desenvolvendo (JULIÃO, 2006, p. 28). Exemplos disso são as exposições que atraem um grande número de visitantes aos museus durante um período. Passada a exposição, porém, é sabido que nem sempre esse público retornará ao museu em outras ocasiões, pois a instituição em si ainda é estranha a ele

Constata-se que a função social do museu, a qual se modificou no decorrer do tempo, continua sendo elemento propulsor da sua existência. Deste modo, o desvio do foco de atuação das coleções para a construção de narrativas, por meio de exposições públicas, atividades de cunho educativo, dentre outras, torna-se um marco dos museus deste século. Outras questões contemporâneas que podemos citar estão relacionadas à representatividade de classes minoritárias, citadas por Cury (2011), e a questão relacionada à repatriação e restituição de objetos aos seus proprietários originais, permeada por demandas éticas e de caráter identitário.

2.4.1 A Museologia

As transformações por que passaram os museus ao longo do século XX consolidaram a construção de uma disciplina dedicada aos museus e à prática museológica. A Museologia, que pode ser definida como um “conjunto de conhecimentos científicos e técnicos aplicados à conservação, classificação e gestão dos acervos dos museus”, enquanto museu é uma “instituição dedicada a buscar, cuidar, estudar, documentar e expor objetos de interesse duradouro ou de valor” (CUNHA, CAVALCANTI, 2008, p. 255). Nesse contexto,

um marco teórico significativo foi a criação, em 1976, do *International Committee for Museology* (ICOFOM), comitê que faz parte do ICOM.

Dentre as contribuições brasileiras mais expressivas para a construção do pensamento museológico estão as propostas de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Para a autora, os objetos são definidos como os elementos que são externos ao homem, porém que são por ele percebidos. Os artefatos são os elementos realizados pelo Homem, de acordo com a função que a eles se atribui. O processo de musealização, ou seja, de recolhimento desses objetos ou artefatos que portam informação, atentam para a questão da “Documentalidade, Testemunhalidade e Fidelidade”. Essa abordagem traz a percepção de que se trata de disciplina (ou ciência), com estreita ligação com a sociedade. A autora afirma que o museu precisa de “reconhecimento público”, por isso ele necessitaria ser feito “com a comunidade” e não para a “comunidade”. Essa concepção foi apresentada em 1980, na reunião do ICOFOM no México, que teve como tema “Museologia, uma ciência em formação”, ao lado da proposta de Stránský e Gregorová, segundo a qual o objeto de estudo da museologia é a “relação específica entre o homem e a realidade” (CURY, 2014, p. 48).

A discussão em torno da formação da museologia como campo científico tem motivado o surgimento de diversas abordagens em relação aos conteúdos constituintes do campo. Mensch (1994, p. 1) afirma que, desde meados dos anos 1960, “as visões em relação ao conteúdo da museologia parece ter proliferado enormemente, ao invés de cristalizar-se em poucas e bem definidas escolas de pensamento.” O autor sintetiza algumas abordagens da área, elencadas na Figura 1:

Figura 1 - Abordagens da Museologia

Fonte: Compilado pela autora.

Dentre as visões elencadas pelo autor, destacamos a questão do estudo da museologia a partir do exame do seu objeto e a visão da Museologia como o estudo da finalidade e organização de museus, que deu origem ao *museum studies*. A abordagem da Museologia como *Estudo de uma relação específica entre o homem e a realidade* corresponde à proposta de Guarnieri, que afirma que:

O fato museológico é a relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor – e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir. Essa relação comporta vários níveis de consciência, e o homem pode apreender o objeto por intermédio de seus sentidos: visão, audição, tato etc. Essa relação supõe, em primeiro lugar e etimologicamente falando que o homem ‘admira o objeto’. (GUARNIERI, 2010a, p. 123)

Bruno (2006, p. 7-8) destaca alguns desafios que os museus têm tomado para si, como “trabalhar a partir dos mais diferentes acervos, para distintos segmentos das sociedades, em todas as regiões do mundo, procurando explicitar as características da nossa condição humana”. Para ela a Museologia e os museus “têm caminhos entrelaçados, responsabilidades recíprocas e cumplicidade no que tange à função social.” Nesse contexto, a Museologia pode ser vista como uma disciplina aplicada, que contribui com a sociedade no processo de apropriação de seus elementos culturais. Já os museus seriam o modelo institucional com vocação para “construção e à administração da memória, a partir de estudo, tratamento, guarda e extroversão dos indicadores culturais, materiais e imateriais”.

Assim, o Museu como fenômeno histórico e a Museologia como fenômeno epistemológico, despertam interesses comuns e as respectivas reflexões possibilitam um cruzamento de análises que converge para os estudos sobre a função social do pertencimento, a singularidade da ressignificação museológica dos bens culturais e a necessidade da educação da memória (BRUNO, 2006, p. 10).

A autora busca encontrar pontos de convergência entre os estudos teóricos que fazem parte da Museologia como disciplina e campo de conhecimento e as experimentações museológicas, ocorridas na prática cotidiana dos museus, pois, para ela, “o refinamento dos caminhos entre o sonho e a utopia reside na conciliação entre o desenvolvimento dos museus e as conquistas do pensamento museológico”. Em outras palavras, podemos afirmar que os processos ocorridos no campo do cotidiano institucional dos museus podem coexistir com discussões ocorridas no campo teórico da Museologia..

Nesse contexto, a “Nova Museologia” pode ser considerada um movimento renovador da instituição museológica do século XX. Surgido em meados dos anos 1960, encontrou expressão em basicamente duas vertentes: a anglo-saxônica e a francófona. Porém,

no geral, o movimento foi influenciado pelas diversas mudanças ocorridas no campo cultural, especialmente a partir dos anos 1960. Dentre estas mudanças, destacamos os estudos antropológicos elaborados a partir dos anos 1970, os quais trouxeram contribuições para a inserção de uma “nova postura interpretativa”, que trazia elementos que permitem perceber os fenômenos sociais “como processos de construção de significados”, sendo o museu, portanto, uma instituição que constrói e comunica sistemas de significados (DUARTE, 2013, p. 107). A “Nova Museologia” permitiu introduzir a capacidade de reflexão política e teórica nas atividades do museu, e a questão de construção de valores está na raiz institucional dele:

De muitos modos, o museu é uma instituição que constrói definições de valor. O que decide pesquisar ou ignorar, os bens culturais que seleciona para conservar e expor em detrimento de outros que negligencia, o modo como concretiza essas tarefas e as justifica, com o auxílio de quem, todas estas opções constituem um conjunto de decisões que se tornam matérias merecedoras de interrogação (DUARTE, 2013, p. 112).

Esse conceito é reforçado por Guarnieri (2010a, p. 125) que é de opinião de que “A musealização não acarreta apenas a comunicação museológica. Ela acarreta uma valorização, uma ênfase sobre certos objetos”. O processo advém, segundo a autora, de estudos realizados previamente sobre o objeto, de sua seleção e documentação, em suma, de uma série de atividades que por sua diversidade necessitam do auxílio de “domínios científicos muito diversos”. Deste modo, ela recomenda a interdisciplinaridade como metodologia de investigação e de procedimentos na museologia.

Cury (2009, p. 29) corrobora esse conceito ao afirmar que a participação de outros campos do conhecimento na área da Museologia ocorre por meio da multidisciplinaridade ou da interdisciplinaridade, pois a Museologia atua a partir do ternário “sociedade, homem, cenário” e está em constante contato com outros campos do conhecimento. É constatado que, em alguns momentos, essas áreas chegam a constituir o ternário e se aproximam e contribuem com a museologia, “trazendo outros elementos, argumentos, teorias e conceitos, ampliam os limites da disciplina museológica, trazendo contribuições que poderão ser apropriadas pelo campo, transformando-o”. A autora afirma que, ao deslocar o objeto de estudo dos museus das coleções para o mundo das relações (“a relação do homem e a realidade; do homem e o objeto no museu; do homem e o patrimônio musealizado; do homem com o homem, relação mediada pelo objeto”), novas complexidades se apresentaram, e elas só podem ser encaradas a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

No que diz respeito à constituição da museologia como campo teórico, constata-se que, tal qual a Ciência da Informação, são inúmeros os desafios e possibilidades que se apresentam. Cabe lembrar, porém que a Museologia se apresenta como uma disciplina aplicada, conforme afirma Guarnieri (2010a, p. 129):

A Museologia constitui um ramo específico do conhecimento científico (lógico, racional, sistemático) que não dispensa sua prática, para a qual são elaboradas técnicas e procedimentos, instrumentos operacionais de trabalho baseados no conhecimento científico anterior.

Deste modo é possível observar que as complexidades que permeiam as discussões em torno da disciplina estão presentes tanto no âmbito da consolidação de um campo teórico com métodos próprios quanto no enfrentamento dos desafios cotidianos, que são cruciais para o cumprimento dos seus compromissos perante a sociedade.

2.4.2 O objeto de museu

A literatura apresenta várias possibilidades para definição do objeto museal, sendo algumas delas intrinsecamente relacionadas aos contextos que os geraram e aos contextos e julgamentos que o levaram a ser musealizado. Nascimento (1998, p. 37) faz um estudo do que constitui o objeto museal e afirma que a abordagem histórica reforça o conceito tradicional, que define o objeto como “peça de museu” e a ele atribui “valores culturais, estéticos e históricos”. Para Suano (1986, p. 8), ao se tornar “peça de museu”, é atribuída ao objeto uma “aura de importância e um estatuto de ‘valor cultural’ que ele antes não possuía”. A autora argumenta que, nesse processo, o objeto perde suas funções originais e que, antes que o processo de musealização seja efetivado, seria imperativo estudar o contexto e circunstâncias nos quais o objeto foi produzido, em vez de simplesmente mostrá-lo como objeto do passado para enaltecimento do presente. Em alguns casos, “a própria exposição se encarrega de transformar, manipular, alterar” os objetos que saem da reserva para serem mostrados ao público (MOUTINHO, 1994, p. 8).

Nascimento (1998) comenta sobre a questão do dinamismo do processo histórico em que o homem vai formulando e reestruturando a instituição museal que afeta o objeto, o qual não deve ser considerado apenas a partir das informações que tem em si, antes deve levar em conta o ambiente das relações que o produziram:

(...) o objeto museal deverá ser compreendido pela gênese das teias de relações e, não apenas como um produto que por si só, representa um espaço-tempo histórico definido a priori por seus aspectos físicos que são determinados numa ação documental que busca resgatar “informações” sobre este bem cultural (1998, p. 59).

Ao refletir sobre a multiplicidade de significados e funções do objeto de museu, Meneses afirma que estes podem ser objetos comuns do dia a dia, que, quando retirados desse contexto, são atraentes e passíveis de observação, ou podem ser objetos estranhos à vida comum, possuindo, portanto, características que tornam possível a incorporação de experiências alheias à experiência individual. É mencionada a questão da função documental da instituição, onde a existência de um acervo pressupõe a existência de informações sobre ele, para que se possa garantir “a democratização da experiência e do conhecimento humanos e da fruição diferencial de bens” (MENESES, 1994, p. 12).

Essa questão também é abordada por Lara Filho (2009, p. 166), que afirma que o objeto de museu possui uma função documental, mas ressalta que esta “não pode e nem deve ser confundida com a informação latente do objeto, aquela que ele encerra por suas características físicas”. A esse respeito, Ferrez (1994) compartilha a ideia de que as informações intrínsecas, ou seja, aquelas que os próprios objetos trazem, e as informações extrínsecas necessitam ser identificadas, o que nem sempre é tarefa simples de ser realizada, pois exige pesquisa em outras fontes que não o objeto. Por outro lado, são essas informações que vão contextualizá-lo e contar sua história, desde antes sua entrada no museu e até depois disso, pois, uma vez musealizado, ele “continua a ter vida”, e a documentação vai ser responsável pelo registro de todas as atividades que ocorreram e ocorrerão em torno do objeto.

A atribuição de significado aos objetos também pode ser compreendida de forma mais ampliada, pois os significados podem ser considerados como atributos mutáveis, não fixos. Portanto, as atividades de contextualização das “representações construídas no museu”, entendidas aqui como as atividades de exposição e mediação entre o objeto e o público, são enfatizadas em relação a outras atividades, como as de conservação, para que possam revelar os contextos nos quais os objetos foram gerados (DUARTE, 2013, p. 114).

O quadro 2 sintetiza algumas definições encontradas na literatura para o objeto de museu:

Quadro 2 - Definições de objeto de museu

Autores	Definição
DESVALLES; MAIRESSE	“O objeto portador de informação ou o objeto-documento, musealizado, se inscreve no coração mesmo da atividade científica do museu tal como se realiza a partir do Renascimento, atividade que explora a realidade através da percepção sensível, a experiência e o estudo de seus fragmentos.” “A musealização é a operação que tende a extrair, física e conceitualmente, uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem para lhe dar um status museal, transformando-a em <i>musealium</i> ou <i>musealia</i> , “objeto de museu”, ao introduzi-la no campo museal” (2013, p. 57).
CÂNDIDO	“Partindo-se do pressuposto de que objetos / documentos são suportes de informação, o grande desafio de um museu é preservar o objeto e a possibilidade de informação que ele contém e que o qualifica como documento” (2006, p. 32).
FERREZ	“Os objetos museológicos — veículos de informação — têm na conservação e na documentação as bases para a sua transformação em fontes de pesquisa científica e de comunicação, e estas, por sua vez, produzem e disseminam novas informações, cumprindo-se o ciclo museológico” (1994, p. 65).
MENSCH	“Um objeto museológico pode ser definido como um objeto de museu, por ser selecionado pelas suas qualidades (‘musealidade’), variando de acordo com os desenvolvimentos específicos das várias especializações (história, antropologia, arqueologia, etc.), como também voltados para o desenvolvimento da comunidade” (MENSCH, 1987 ⁸ <i>apud</i> NASCIMENTO, 1998, p. 38).
NASCIMENTO	“Um meio que através da pesquisa, chega-se ao processo de produção de conhecimento, tendo como vetor a produção cultural do homem, que não é dissociado da rede de relações: sociais, políticas e econômicas na qual foi produzido, tendo um significado cultural de uso, função e movimento no passado e no presente. Ou seja, cuja historicidade do objeto museal representa um corte sincrônico, onde estão presentes as relações desiguais, diacrônicas, que se expressam na sua história, seja ele material e imaterial” (1998, p. 40).

Fonte: Compilado pela autora.

Constatada a complexidade da definição do objeto e/ou documento de museu, tendo em vista que a ele são atribuídos valores culturais e significados advindos de diversas ações que ocorrem antes mesmo de sua incorporação no museu, e que são pautadas por relações do homem com a sua realidade e com os objetos, em contextos específicos das sociedades a que pertencem, é possível afirmar que, quando comparados aos documentos de arquivo e aos documentos das bibliotecas, os objetos de museu necessitam de estudo mais aprofundado para que sua incorporação a uma coleção seja dotada de sentido e contexto:

O Museu é a única instituição que aprecia e estuda os objetos, com profundidade. Arquivos e Bibliotecas são envolvidos somente com material gráfico. Universidades são orientadas para as palavras, assim sendo os professores e alunos entendem e usam bem recursos literários. Todos, porém, têm menos convívio com os objetos. Os museus não se atêm aos objetos somente pelo seu potencial direto, mas devem preocupar-se profundamente com a informação associada que recebem, aumentam e difundem, dando ao objeto uma visão interdisciplinar, proporcionando-lhe um universo maior (CAMARGO-MORO, 1986, p. 42).

⁸ MENSCH, Peter. Museus em movimento: uma estimulante visão dinâmica sobre inter-relação museologia-museus. **Cadernos Museológicos**, n.1, p. 51, 1987.

O entendimento do objeto de museu como documento já havia sido mencionado por Otlet (1996). Com relação a essa concepção, Marques (2010, p. 90) argumenta que a valorização da materialidade do objeto foi transferida para sua valorização como documento “como fonte ilimitada de informação”. A autora apresenta uma proposta para entendimento do museu como sistema de informação, com enfoque nas “potencialidades informativas do acervo”. Esse sistema englobaria, então, o objeto enquanto documento informativo, os documentos a eles associados, existentes no processo de documentação, visto anteriormente.

Nesse sentido, vale lembrar que, atualmente, a Museologia se depara com questões que trazem novos desafios e possibilidades, tais como a salvaguarda do patrimônio imaterial⁹ ou, em outras palavras, aquele que não necessariamente é expresso em um objeto palpável (BOTTALLO, 2011, p. 154). Essa modalidade de bem cultural extrapola a materialidade física, compondo, portanto, um cenário que se mostra favorável às discussões realizadas no âmbito da Ciência da Informação no que diz respeito às relações entre documento e informação.

2.5 A função do documento no arquivo, na biblioteca e no museu

Na Antiguidade, a distinção entre arquivos, bibliotecas e museus não era muito clara e, no caso da Biblioteca de Alexandria, por exemplo, a sala de leitura era dividida em duas partes, sendo que uma delas ficava em um museu e a outra ficava situada no templo da divindade Serapis (THIESEN, 2009). Ainda sobre a aproximação da biblioteca com o museu, Milanesi (1983, p. 21) afirma que:

As grandes coleções, pertencentes ao Estado e a Igreja, eram um repositório quase sempre precioso do conhecimento humano, onde se conservavam obras raras, tesouros que mais davam a essas grandes bibliotecas a função de museu, entendido aqui como um mostruário histórico.

Guarnieri (2010b, p. 47), ao traçar um quadro evolutivo dos museus no Ocidente, cita o exemplo do Museu de Alexandria, o qual seria o protótipo do momento em que o “museu surge como uma pretensão universalista, procurando retratar e sintetizar o universo ao redor”. A autora afirma que essa filosofia universalista é refletida na “estreita relação entre

---

⁹ “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas” (INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2015).

museu, arquivo histórico e biblioteca” de então, onde o museu também era visto como centro de pesquisa e centro de convívio.

Homulos (1990) sugere que, embora sejam instituições que têm características únicas, os museus, bibliotecas e arquivos fazem parte de um contínuo de instituições que compartilham as mesmas questões no que diz respeito à função primordial: servir a sociedade. Tessitore e Bellotto situam os centros de documentação como o espaço que abriga documentos comuns às três áreas. Ao discorrer sobre o surgimento dos centros culturais,¹⁰ Dodebei (2011) afirma que “todas essas casas passam a ser ‘casas de patrimônios’, quer dizer, um pouco museus, um pouco arquivos, um pouco bibliotecas, um pouco espaços de lazer e de encontros presenciais”.

Os arquivos pessoais e centros de memória empresarial se aproximam dos museus na medida em que suas coleções são formadas por “fontes não convencionais” (BOTTALLO, 2011, p. 151). A autora argumenta ainda que, nesse sentido, essas instituições se aproximam mais deles do que dos arquivos, pois abrigam documentos e objetos que não foram constituídos com o propósito de se tornarem registros de memória: “há nas coleções de centros de memória empresarial, por exemplo, camisas, *buttons*, propagandas impressas, cartazes, embalagens de produtos, e até mesmos os produtos em si” (BOTTALLO, 2011, p. 152).

A discussão nos tópicos anteriores permite-nos observar que a função do documento e da informação está associada às funções atribuídas às instituições que os abrigam e que os paradigmas vêm sendo modificados, sobretudo devido aos efeitos da tecnologia da informação e novas possibilidades de uso e acesso. O breve estudo da formação e evolução dos arquivos, bibliotecas e museus permitiu-nos averiguar quais são seus objetos de estudo, funções e objetivos, conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro 3 - Instituições culturais estudadas

	Arquivo	Biblioteca	Museu
ENTIDADE	CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (2006): “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza dos suportes”.	IFLA (2014): “As bibliotecas e os serviços de informação são instituições atuantes, que conectam as pessoas aos recursos globais de informação e às idéias e obras de criação intelectual que elas procuram.”	ICOM (2009): “Os museus são instituições permanentes, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, preservam, pesquisam, comunicam e expõem, para fins de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes”.

¹⁰ Essas instituições não serão abordadas nesta pesquisa.

ACERVO	TESSITORE (2003): “Documentos acumulados organicamente, portanto, provenientes de uma única fonte geradora”.	ARAÚJO; OLIVEIRA (2005, p.36): “Assim, a biblioteca é uma coleção de documentos bibliográficos (livros, periódicos etc.) e não bibliográficos (gravuras, mapas, filmes, discos etc.), organizada e administrada para formação, consulta e recreação de todo o público ou de determinadas categorias de usuários”.	DESVALLÉES E MAIRESSE (2013) “Um ‘objeto de museu’ é uma coisa musealizada, sendo ‘coisa’ definida como qualquer tipo de realidade em geral.”

Fonte: Compilado pela autora.

O Quadro 3 sintetiza conceitos similares para as bibliotecas e para os museus, que são considerados órgãos colecionadores com função educativa, ao passo que os arquivos têm funções administrativas e são órgãos que acumulam documentos. O manifesto da IFLA sobre a internet e sobre a biblioteca escolar enfatiza o acesso à informação e, nesse contexto, as definições relativas aos acervos evidenciam que as bibliotecas não abrigam apenas documentos de gêneros textuais, embora o formato livro seja predominante. No caso dos museus, a definição do objeto passa por operações complexas, mas, em princípio, qualquer objeto, incluindo o patrimônio imaterial, pode ser considerado objeto de museu.

Camargo e Goulart (2015, p. 23) apontam para as semelhanças que essas instituições podem ter se forem entendidas como “centros de difusão do saber”, mas reforçam distinções essenciais entre algumas das funções a elas atribuídas: a função primária do arquivo é administrativa, enquanto das bibliotecas e museus estão relacionadas ao lazer e educação; a formação das coleções dessas entidades se dá de maneira seletiva, ao contrário dos arquivos, que acumulam documentos produzidos pela entidade que os produz. As autoras afirmam, contudo, que essa função dos arquivos se modifica no caso dos arquivos históricos, que “fornecem subsídios que permitem reconstituir a trajetória das pessoas jurídicas e físicas cujos documentos se preservaram”. De modo geral, Silva (2000, p. 30) discorda dessa concepção, pois, para ele, não é possível negar a função cultural que “Arquivos, Bibliotecas e Museus são levados a assumir de forma mais vincada e mediática”.

Os museus apresentam ainda uma situação particular, pois podem ser dotados de bibliotecas e arquivos. Nesse âmbito, Seren, Donohue e Underwood (2001) apresentam um exemplo de cooperação ocorrido no programa de documentação do Museu Guggenheim, o qual envolve os departamentos de Arquivo, Biblioteca e Registro Museológico. O programa busca delinear diretrizes para auxiliarem a documentação e o registro dos objetos museológicos de forma a tornar os objetos visíveis e acessíveis. Esse fato exemplifica a

importância do compartilhamento de conhecimento entre as áreas, pois se, por um lado, as bibliotecas são bastante experientes para lidar com instrumentos de descrição e busca de informações, por outro, as práticas de documentação dos curadores, colecionadores e pesquisadores trazem complexidades que não estão presentes na descrição de acervos bibliográficos.

Franklin (2007, p. 33), da *National Gallery of Canada*, comenta a questão da coexistência de várias bases de dados em um mesmo museu e as consequências desastrosas para o acesso a esses objetos. Embora alguns campos sejam comuns a todas as bases de dados, tais como nome, categoria e assunto, é rara a presença de padronização para a entrada desses dados, o que traz dificuldades para a recuperação das informações. Essas questões podem ser amenizadas mediante o uso de vocabulários controlados padronizados e de metadados:

Preconiza-se, portanto, uma interligação entre as diferentes bases de dados, respeitando as características de cada uma, mas detectando em todas alguns campos informacionais que, se preenchidos de forma padronizada, possam figurar como pontes ou passarelas entre as diversas informações que representam documentos através das diferentes lógicas de descrição e organização da informação (SMIT, 2011, p. 39).

A autora afirma que o que vai determinar a função do objeto na instituição são as políticas de acervo institucionais que a regem. Smit (2012, p. 91) reafirma que a “a distinção entre instituições em função do tipo de documentos por elas mantido” está ultrapassada e que a distinção deve ser pautada pela função que é atribuída aos documentos.

Exemplo desse fato pode ser encontrado no livro de artista que, dependendo da instituição, pode ser catalogado como obra de arte, como item bibliográfico ou, ainda, como documento de arquivo. A linha divisória é tênue, em alguns casos, a decisão pode ser arbitrária, pois pode levar em conta julgamentos estéticos pessoais ou prerrogativas curatoriais, o que compromete não somente o desenvolvimento das coleções, mas, principalmente, o acesso a elas, visto que, geralmente, cada um destes departamentos tem seus próprios métodos de representação descritiva e temática.

Almeida (2007, p. 254), ao falar da informação de arte, afirma: “Em razão da diversidade de tipos de documentos, objetos e obras de arte que constituem as coleções de arte, a diferenciação clássica entre biblioteca, arquivo e museu nem sempre se aplica”.

Marshall e Ivey (2009, p. 145, tradução nossa), por sua vez, mencionam a existência de uma “zona cinza”, na qual esses documentos se situam. Segundo as autoras: “Operar nessa área cinzenta pode trazer a tona questões entre a arte e o documento”. Elas dão o exemplo de um caderno de esboços que poderia ser tratado como obra de arte, como

documento pertencente a um fundo pessoal de artista ou, ainda, nas coleções especiais. Porém, as autoras reforçam que a questão primordial é que o catalogador deve buscar compreender qual o caminho que o pesquisador percorrerá ao tentar consultar o material, ou seja, o objetivo final é prover o acesso ao documento, seja qual for o tratamento interno que ele receba.

Embora as questões citadas estejam mais relacionadas ao campo das artes, essas discussões têm encontrado fóruns para discussão em eventos realizados no Brasil e em outros países, com o intuito de congrega profissionais das três áreas e buscar frentes de trabalho comum, por meio da criação de grupos de estudos em instituições, como a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), que abriga o Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM) desde 2012. Os encontros temáticos promovidos no âmbito da IFLA, a qual abriga o grupo de trabalho *Libraries, Archives, Museums, Monuments & Sites* (LAMMS) e estudos promovidos por instituições como o *Institute of Museum and Libraries Services* (IMLS).

As fronteiras entre as LAMs - *Libraries, Archives and Museums* (bibliotecas, arquivos e museus) têm recebido abordagens recentes na literatura, tanto por profissionais da área de arquivos quanto de museus e bibliotecas. O termo LAM foi apresentado por Hedstrom e King (2006), que, ao explorarem questões relacionadas ao papel que essas instituições têm desempenhado na construção do conhecimento, atestam que algumas das possíveis convergências são trazidas pelo uso das tecnologias de informação.

Outras denominações encontradas para o conceito de LAM são: ALM - *Archives, Libraries and Museums* - Finlândia (HUVILA, 2014), GLAMs - *Galleries, Libraries, Archives and Museums* - Nova Zelândia (LIM, LIEW, 2010), MLA - *Museums, Libraries and Archives* - Suécia (DAHLSTRÖM, HANSSON, KJELLMAN, 2012) e ABM - *Arkives, Biblioteker and Museums* - Dinamarca (HEDEGAARD, 2003). Citamos, ainda, as iniciativas: *OpenGLAM*, *Open Knowledge Foundation*, que têm como objetivo ajudar instituições a compartilharem seus dados e conteúdos na *web*; e o projeto *GLAM-Wiki*, que apoia projetos de GLAMS e outras instituições que queiram trabalhar com a *Wikimedia* para produzir conteúdo aberto.

Os fatos descritos neste tópico apontam as possibilidades de diálogos entre as áreas as quais são evidenciadas nos espaços de cooperação criados (SEREN; DONOHUE; UNDERWOOD, 2001), nas similaridades de funções que possuem enquanto instituições responsáveis pela guarda e preservação do patrimônio da humanidade (GUARNIERI, 2010), pelas origens (THIESEN, 2009), pelas funções sociais (HUVILA, 2014) e na história do

conhecimento (HEDSTROM; KING). Porém, para Araújo (2013, p. 13), “é no plano epistemológico que se verificam as condições mais frutíferas para a promoção de parcerias e diálogos”. Rodríguez Bravo¹¹ (2002 *apud* SILVA, 2006, p. 332) afirma que através “da web assiste-se a uma aproximação de objetivos entre Arquivos, Bibliotecas e Museus”, tendência confirmada por Camargo e Goulart (2015, p. 21), que afirmam que “o uso crescente de recursos digitais acabará por dissolver as barreiras existentes entre as três áreas”.

2.6 Proximidades e distinções

Para alguns autores, o surgimento da CI pode ser vislumbrado como uma proposta “de cientificidade capaz de acolher e potencializar os diferentes aspectos ressaltados pela produção teórica da Arquivologia, Biblioteconomia e museologia” (ARAÚJO, 2011, p. 23). Não iremos abordar questões epistemológicas relacionadas à formação de cada campo, porém, com base nas discussões já realizadas, esboçam-se algumas aproximações possíveis a partir dos conceitos de documento e informação, já descritos anteriormente.

O breve estudo da formação histórica dos arquivos, bibliotecas e museus nos leva à conclusão de que essas instituições são marcadas por funções e metodologias bastante delimitadas. Porém, sob o ponto de vista das teorias do documento e a partir das definições dadas por cada área a seu objeto, é possível observar que essas instituições possuem uma série de fatores que as aproximam.

As bibliotecas se apresentam como espaço que deve prover todo e qualquer tipo de informação, em qualquer suporte, para qualquer tipo de comunidade. É notório que o fato de a Biblioteconomia se relacionar com a Documentação e com a Ciência da Informação a aproxima de conceitos da informação e acesso, o que nem sempre ocorre com as outras disciplinas. A Figura 2 traz uma síntese dos principais tópicos relacionados a cada área.

---

¹¹ RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. **El documento**: entre la tradición y la renovación. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

Figura 2 - Arquivo, Biblioteca e Museu: noções de documento

ARQUIVO Prova e Testemunho	BIBLIOTECA Acesso à informação, ao saber e ao conhecimento	MUSEU Relação do homem com a realidade
• O documento de arquivo está vinculado à sua origem e meio onde foi produzido, é imbuído de valor probatório, administrativo e legal (SCHELLENBERG, BELLOTTO) • O documento de arquivo já gerado, vivencia seu uso primário, e ao vivenciar seu uso secundário "passa a cumprir sua função: prova e testemunho, em ambos os casos informação" (BELLOTTO) • A informação é uma consequência do documento de arquivo (FONSECA) • Descolamento do item físico para a informação (THOMASSEN) • Documentos como ferramenta para exercício de poder (GAGNON-ARGUIN). • Documento de arquivo não pode dispensar a relação que mantém do seu contexto de origem (CAMARGO)	• Foco no acesso à informação (BUCKLAND) • Desafios trazidos com as tecnologias de informação estão relacionados à sua função como agente de desenvolvimento (MACEVICIUTE) • Acesso à informação. Ênfase na construção social do significado e atribuição de signo (BUCKLAND) • Objetos informativos em diversos suportes (MIKSA) • Espaço para abrigar obras de todos autores, ficando disponível para todos (NAUDÉ)	• Objetos ou artefatos testemunham o fato ou ato (GUARNIERI) • Objetos são suportes e veículos de informação (CANDIDO, FERREZ) • Objeto portador de informação (DESVALLES; MAIRESSE). • Objeto possui função documental (LARA FILHO) • Objeto é documento (OTLET)

Fonte: Compilado pela autora.

As premissas apresentadas acima reforçam a existência de perspectivas comuns entre as áreas. A questão da informação nem sempre esteve no foco das atenções das áreas, mas é notório que, tanto para o arquivo quanto para o museu, o estudo dos contextos de produção dos documentos e/ou objetos é imprescindível. No âmbito dos museus, é consensual a noção de que os objetos são documentos (OTLET) portadores de informação (DESVALLES; MAIRESSE), testemunham o fato ou ato (GUARNIERI) e possuem função documental (LARA FILHO). Os documentos de arquivo também são testemunhos, pois têm valor probatório e, conseqüentemente, valor informativo (FONSECA) e as bibliotecas são possuidoras de objetos informativos, em diversos formatos (MIKSA).

Nesse contexto, vale a pena recapitular Hjørland, que afirma que todas as coisas podem ser informativas, em maior ou menor grau, mas apenas a partir de um ponto de vista e de situações específicas (2000, p. 35). Documentos considerados importantes são preservados, organizados e tornados acessíveis pelas instituições culturais estudadas nesta pesquisa, e também em repositórios *on line*, publicações periódicas, dentre outras.

Num olhar comparativo entre os conceitos sintetizados acima, deduzimos que algumas aproximações entre as abordagens para o documento podem ser sintetizadas no Quadro 4:

Quadro 4 - Abordagens do documento e da informação

Documento	Evidência de algo, atribuição de signo (BRIET)	Importância dos contextos de circulação dos documentos e função social e cultural do documento (LUND)	Todos os documentos têm potencial informativo (HJORLAND)
Arquivo	Valor probatório adquirido após a fase corrente, caso o documento possua valor histórico. Nem todos os documentos produzidos são encaminhados para guarda permanente.	Documento de arquivo não pode ser dissociado no contexto onde foi produzido e necessita ser relacionado com os outros documentos.	Todo documento produzido ou recebido carrega poder informacional, mesmo que não seja de guarda permanente.
Biblioteca	Deseja acumular o saber registrado para que ele seja utilizado como fonte de consulta para gerar novo conhecimento e novas interpretações.	A Biblioteca tem a função social de prover acesso à informação, e esse processo deve incluir o estudo dos fluxos informacionais.	Documentos preservados foram selecionados e julgados relevantes para permanecerem acessíveis para a pesquisa.
Museu	Deslocamento da função inicial do objeto a partir da musealização, fazendo com que o objeto-documento adquira novo valor cultural. Há intenção nesse ato.	Os documentos de museu necessitam de informações extrínsecas a eles, as quais são coletadas por meio da atividade de documentação.	Documentos possuem características intrínsecas que nem sempre são facilmente conhecidas e que precisam ser identificadas.

Fonte: Compilado pela autora.

Grosso modo, de uma forma ou de outra, todas as áreas lidam com questões semelhantes. É importante observar, porém, as especificidades de cada área e a função do documento em cada instituição. A questão da atribuição de signo sugerida por Briet pode conduzir à discussão sob o ponto de vista da Semiótica, porém esta abordagem não será aprofundada nesta pesquisa, ainda que a atribuição de sentido e significado esteja no centro das discussões sobre a função do documento.

Consideramos que a contribuição da comparação apresentada está na delimitação dos principais conceitos de documentos para cada área e as relações que podemos estabelecer entre eles, tendo como pano de fundo as questões dos fluxos informacionais abordados pela Ciência da Informação. Essas discussões em torno do documento também contribuem para o estudo dos instrumentos descritivos desenvolvidos para cada área, o que é abordado no capítulo 4. Além disso, forma-se um cenário favorável para a discussão das novas

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e suas relações com os arquivos, bibliotecas e museus, tendo em vista que novos paradigmas na área têm surgido e modificado a produção e circulação da informação, conforme será descrito no próximo capítulo.

3 EFEITOS DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES CULTURAIS

Este capítulo apresenta algumas reflexões sobre as redes e os impactos que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) exercem na sociedade. A contribuição dessa reflexão reside na constituição de um panorama geral, que serve como pano de fundo para as considerações realizadas sobre as conexões existentes entre as áreas da Biblioteconomia, Arquivística e Museologia.

A estrutura social da sociedade na era da informação está baseada em redes, compreendidas como conjuntos de nós interconectados. Essa composição surge no final do século do XX devido a três fatores principais: necessidade econômica de globalização do capital e outros aspectos relacionados à produção, tais como comércio e flexibilidade nos processos administrativos; manifestação de desejo por parte da sociedade para ser mais livre para se comunicar; rápido progresso na computação e telecomunicações (CASTELLS, 2003, p. 8). Posteriormente, o autor definiu a sociedade em rede da seguinte forma:

A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (CASTELLS, 2006, p. 20).

Embora as redes sejam uma forma de organização antiga, o avanço dos recursos das TIC, tais como a internet, impulsionaram o surgimento de redes que atuam em contextos que afetam todas as dimensões sociais. A sociedade sempre se organizou em redes e “nossa existência biológica, o mundo social, a economia e as tradições religiosas relatam uma irresistível história de interconectividade” (BARABASI, 2009, p. 4). Um dos exemplos citados pelo autor é a do apóstolo Paulo, o qual, convertido ao cristianismo, passou a viajar e propagar a nova seita pelos locais onde peregrinava, criando, assim, uma rede que conectava novos indivíduos em torno de uma crença comum. No mundo digital, ele estuda aspectos da conectividade e do modo pelo qual as pessoas se conectam e afirma que a força da *web* está justamente nos *links*, os quais nos permitem navegar, com apenas um clique, a vastidão de páginas publicadas na internet. Ele nota, porém, que, embora a *web* traga facilidades para a publicação de documentos, já que o ciberespaço oferece condições para a liberdade de expressão — o que nos dá a impressão de ser um fórum democrático, pois toda e qualquer voz poderia se fazer ouvir nesse meio —, não foi isso que sua pesquisa mostrou. Pelo contrário, ele está convencido de que apenas uma ínfima parte dos documentos na *web* é visível. Nesse

contexto, diversas pesquisas foram conduzidas com o intuito de investigar o funcionamento das redes e o comportamento dos mecanismos de busca e algoritmos utilizados na sua construção. Ele conclui que a cartografia da *web*, por si só, também nos impede de ver tudo. Dentre outros fatores que contribuem para essa condição está o crescimento acelerado das informações disponibilizadas e também a alta complexidade do funcionamento das redes.

A internet tem esse caráter revolucionário porque surge como o primeiro instrumento que possibilita a comunicação de muitos com muitos, em escala global, e é o local onde muitas das atividades socioeconômicas, culturais e políticas, que afetam diretamente o cotidiano dos indivíduos e das corporações, são desenvolvidas. As Tecnologias de Informação e Comunicação exercem papel importante em todas as esferas da vida contemporânea. Considerando que a organização da nossa sociedade está baseada em redes, a emergência de um paradigma tecnológico é elemento crucial no processo de alterações que a estrutura da sociedade tem sido alvo. A partir do surgimento da internet, as redes se transformaram em redes de informação, afetando também a produção de conhecimento (CASTELLS, 2003, p. 8).

Os impactos da internet na vida são enormes, uma vez que ela modifica também a maneira pela qual nos comunicamos, além de ser uma tecnologia altamente flexível, que também é alterada no uso social. Nesse contexto, embora Castells ressalte sua crença no poder da internet como instrumento para evolução dos países em desenvolvimento, ele esclarece que é necessário alterar o contexto de uso e apropriação dos recursos da rede. Ao discorrer sobre as comunidades virtuais, o autor conclui que os usuários de diversos movimentos sociais se valem da internet para propagar suas ideologias e conectar mais pessoas e adeptos a elas. A internet se configurou, então, como uma nova maneira de livre expressão, sendo, portanto, uma ferramenta que estrutura “as bases para a formação autônoma de redes como um instrumento de organização, ação coletiva e construção de significado” (CASTELLS, 2003, p. 49). É evidente que novos mecanismos de controle de acessos e da privacidade na navegação têm sido desenvolvidos para que a comunicação seja controlada, o que pode ser utilizado pelo comércio eletrônico, para segurança de dados privativos do próprio usuário ou para controle político, como ocorre em alguns países de regime ditatorial.

A questão da desigualdade, porém, está presente, e a exclusão social do meio digital também, conforme já apontado por Gutierrez (2006). O autor defende que é necessário incorporar às redes digitais os conhecimentos, culturas e memórias que são ameaçados por projetos globalizantes de substituição ou, em outras palavras, formados apenas pelo conhecimento legitimado pelas elites dominantes. Este também é um dos inúmeros desafios

da sociedade de rede, que, de fato, se configura como uma tecnologia da liberdade, porém, pode ser utilizada pelos fortes como ferramenta de opressão para os menos favorecidos, como já acontecia em outras estruturas sociais.

Um dos maiores desafios apresentados pela sociedade de rede, porém, está relacionado à “capacidade de processamento de informação e de geração de conhecimento em cada um de nós” (CASTELLS, 2003, p. 227). Aqui o autor se refere à educação e aos impactos que as tecnologias exercerão sobre os processos educacionais, que têm sido ampliados por meio da Educação à Distância (EAD) e outros mecanismos de aprendizado.

Dentre as funcionalidades trazidas pelo uso das TIC, é inegável a rapidez com que os resultados são apresentados nas buscas em bases de dados de grande volume de registros. Essa agilidade, se, por um lado, facilita a manipulação de dados em grande escala, por outro, intensifica os desafios relacionados aos modos de representação da informação e do conhecimento nesses sistemas, que nem sempre é eficiente o bastante para que o usuário possa encontrar a informação que está buscando. Essa situação pode ser ainda mais complexa se levarmos em conta que, diante da diversidade de informações publicadas na *web*, poucos são os mecanismos de busca destinados a realizar pesquisas nas camadas da *deep web*, que incluem dentre outros recursos, os catálogos de acervos de bibliotecas, arquivos e museus. Dessa forma, nos deparamos com inúmeras fontes de pesquisa isoladas, que não conversam entre si. A seguir, realizaremos algumas considerações sobre o modo pelo qual as inovações tecnológicas têm sido incorporadas pelos arquivos, bibliotecas e museus, sobretudo no que diz respeito à organização do conhecimento e acesso à informação.

3.1 Arquivos: novas tecnologias, velhos princípios

Assim como nas bibliotecas e museus, as TIC também afetaram o universo dos arquivos. A era da informação trouxe inúmeros desafios não somente às instituições, mas também aos profissionais das áreas da Biblioteconomia e Arquivística (JARDIM, 1992, p. 251). O autor afirma que “todas essas tecnologias são um produto da cultura” (p. 253) e faz um paralelo com as raízes culturais que propiciaram o surgimento da internet com as bases gregas que estão na lógica ocidental, além de citar aspectos sociais do lucro e do valor do tempo no capitalismo, como já havia sido sinalizado por Castells (2003), ao conceituar a sociedade em rede.

Falando especificamente da internet, Mariz (2012, p. 30) relembra que, embora com limitações, na internet é possível o acesso às informações dos tipos mais variados, tais

como “jornalísticas, pessoais, comerciais, relativas a empresas, entre outras”. Dessa forma, a adesão às redes pelas instituições que lidam quase exclusivamente com informações registradas, como é o caso dos arquivos, bibliotecas, centros de informações e museus, tanto para a difusão de acervos quanto para a “transferência de informação arquivística” é incentivada. A autora afirma que os *sites* institucionais devem ser percebidos como ferramentas de prestação de serviços, que podem funcionar como espaço de comunicação com os usuários da instituição, sendo, portanto, passíveis de redefinir as formas de interação com esses usuários, além de atrair novos públicos. É reforçada a necessidade de construção de um canal de transferência de informações diante das novas demandas surgidas após a implementação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que garante ao cidadão o acesso às informações públicas de forma transparente.

Jardim (1992) deixa claro que, diante das TIC, o trabalho arquivístico se depara com desafios que se alastram nas diversas esferas da área. Conceitos teóricos que permeiam a arquivística deverão ser reavaliados, como a questão da ordem original e da proveniência e do documento eletrônico e suas implicações (quais parâmetros para determinar se é original e como deve ser preservado, dentre outros). Como consequência, algumas práticas, como a análise do documento, composição de arranjo e procedimentos descritivos, de preservação e uso dos arquivos, também serão afetadas e necessitarão ser reconsideradas. É curioso notar que, embora o texto de Jardim tenha sido publicado em 1992, nos primeiros anos da existência da internet¹² no Brasil, a sensação que se têm é de que após três décadas alguns desafios ainda persistem.

Reiterando as afirmações acima, Sá (2005, p. 13) declara que os procedimentos arquivísticos de “tratamento, de organização e de acesso à informação arquivística” são afetados pelas novas tecnologias e meios de transferência de informação nos meios virtuais, assim como os sujeitos desse processo, no caso o usuário e o arquivista de referência. Com enfoque principal na abordagem dos serviços de informação arquivística na *web*, a autora investiga algumas vantagens resultantes da disponibilização de informações em ambiente digital, dentre as quais citamos: a possibilidade de ampliação de público e visibilidade, agilidade na atualização dos dados e dos instrumentos de pesquisa arquivísticos *on line* (guias, inventários e catálogos impressos demandariam maior tempo e recurso monetário). A autora

---

¹² Embora a internet tenha sido popularizada no Brasil em 1995, ela funciona aqui desde 1988, ano em que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) se conectaram à Bitnet, tecnologia disponível na época, quando ainda não havia o conceito de internet e de World Wide Web (REDE, 2015).

ênfatiza a importância dos estudos de usuário nessa área, pois, segundo ela, existe uma tendência para que os Serviços de Informação Arquivística sejam oferecidos na *web* e, desse modo, torna-se necessário realizar esses estudos para identificar as necessidades de informação dos usuários virtuais.

Por outro lado, ao situar a Arquivística no contexto digital, Duranti (2001) aborda algumas mudanças paradigmáticas surgidas no contexto dos estudos de preservação digital de arquivos e suas relações com a Diplomática. A esse respeito, Rondinelli (2011, p. 227) comenta que “o documento arquivístico digital tem que manter a mesma apresentação que tinha quando ‘salvo’ pela primeira vez”. A autora afirma que, embora seja digital, o documento ainda preserva sua condição de documento arquivístico, pois não é considerado mero dado ou informação, sendo passível, portanto, de uma análise diplomática.

No campo da automação de arquivos, Negreiros e Dias (2007, p. 51) analisam a literatura produzida em língua portuguesa sobre o tema e concluem que, até meados dos anos 1990, o termo “automação” pouco apareceu na produção brasileira. Os autores afirmam, ainda, que a maior parte dos artigos se limitava a discutir aspectos técnicos e primários, sem que houvesse um aprofundamento nas questões teóricas, sobretudo relacionadas à adequação dos princípios da arquivologia à nova estrutura de organização baseada nas novas tecnologias.

Ainda nesse contexto, Ancona Lopez (2004, p. 70) sugere que seja feita uma reflexão teórica em torno dos princípios arquivísticos e sua inserção nos processos automatizados. Caso contrário, corre-se o risco de se ter apenas um sistema de gerenciamento digital incapaz de sustentar a função probatória inerente aos documentos de arquivo. O autor destaca que a inserção da informática nos arquivos começa aos poucos, como nos processos de trâmite dos documentos, nos serviços de protocolo e controle do trâmite. Ele reforça, porém, a ideia de que a digitalização de documentos realizada para economia de espaço físico deve oferecer condições para garantir a autenticidade de tais documentos, caso contrário eles perdem seu valor legal.

Pelo que foi exposto por Andrade e Silva (2009), fica evidente que a inserção dos serviços arquivísticos na *web* está associada às questões relacionadas à descrição arquivística. Isso é consequência do fato de essa atividade compreender a descrição dos documentos e a criação dos instrumentos de pesquisa. A esse respeito, os autores sugerem a adoção do termo “instrumento arquivístico de referência”, compreendidos como “os produtos do processo de descrição arquivística, que se ocupam de criar representações para o acervo ou parcelas deste”. Para os autores, o termo “instrumento de pesquisa” não é o mais apropriado, pois a

pesquisa de fato se realiza no documento e ele corrobora a afirmação de Sá (2005), ao enfatizar a importância do usuário:

A importância do estudo de usuário para a nova geração de instrumentos arquivísticos de referência parece evidente na medida em que os mecanismos de interação no instrumento, que permitem ao pesquisador a manipulação e visualização das representações, devem ser constantemente adaptados aos diversos e mutantes perfis de usuários.

Oliveira e Matos (2011, p. 12) realizaram uma pesquisa para determinar a utilização de ferramentas da *web 2.0* em instituições arquivísticas de tradição ibérica e concluíram que essas instituições ainda não haviam se apropriado dessas ferramentas, porém os autores reconhecem sua potencialidade para estabelecer “uma relação mais estreita com os usuários, além de potencializar a relação dos mesmos com a informação”. A *web 2.0*, termo cunhado em 2004, em um evento realizado pela empresa *O'Reilly Media*, pode ser definida como:

a segunda geração da internet e diferencia-se da anterior por agregar conceitos de interação, redes sociais e colaboração, centrada na interatividade, com o usuário não apenas consumindo informações, mas participando da construção de novos conteúdos (SERRA, 2014).

Os serviços *web* da Biblioteconomia, se comparados com os serviços dos arquivos, demonstram que, na primeira área, havia um avanço maior em relação à segunda, tendo em vista que algumas bibliotecas já ofereciam serviços como consulta *on line* aos conteúdos e ofereciam acesso a resumos de obras, reservas de obras, dentre outros (SÁ, 2005, p. 109). A autora relembra, também, que a complexidade arquivística não pode ser desprezada e reafirma que “cada acervo tem suas especificidades” e, no caso dos arquivos, isso não poderia ser mais exato.

De acordo com Gagnon-Arguin (1998, p. 56), “a arquivística situa-se no cruzamento de novos contextos culturais, dos novos modos de gestão tal como das novas tecnologias”. Em outras palavras, a autora defende que a Arquivística está inserida na convergência com outras disciplinas, como Informática, História, Ciência da Informação, entre outras, sendo, portanto, compelida a interagir com elas, sobretudo tendo em vista que, ao mesmo tempo em que a arquivística “responde a necessidade dos organismos ou dos indivíduos que criam os documentos”, ela se vê diante de desafios trazidos pelas novas formas de organização socioeconômica e pela globalização.

3.2 Bibliotecas: compartilhamento de informações e serviços em rede

As transformações no meio ambiente, aspectos econômicos e políticos, como a globalização, os processos migratórios e ameaças ecológicas afetam as organizações em geral, inclusive as bibliotecas, cuja missão provê, dentre outras coisas, apoio ao desenvolvimento da sociedade, buscando agregar recursos de pesquisa e serviços e comunicá-los às comunidades de pesquisa (MACEVICIUTE, 2013, p. 283). A biblioteca tem sido vista como uma instituição que possibilita às pessoas satisfazerem suas necessidades de informação (OCHOA GUTIÉRRES, 2016).

Nesse contexto, a implantação das TIC nas bibliotecas proporcionou mudanças em diversos processos das bibliotecas, dentre os quais citamos a comunicação, a leitura e a transferência de informação. As bibliotecas brasileiras começaram a adentrar o universo automatizado nos anos 1980 e, antes disso, eram poucas as bibliotecas que trabalhavam com algum tipo de sistema especializado para gestão dos seus catálogos.

No estado de São Paulo, é digna de nota uma experiência de informatização, na cidade de São Bernardo do Campo, que, nos anos 1970, passou a utilizar o *software* Total Automação de Bibliotecas Públicas e Especializadas (Talbipe), desenvolvido localmente para a gestão dos acervos das bibliotecas públicas do município. O *software* teve sua segunda versão lançada nos anos 1980 e já possibilitava a realização de algumas atividades em rede, como a troca de informação sobre a circulação de itens, em uma época onde o conceito de internet não existia (FERNANDEZ, 2013, p. 233).

Nesse âmbito, foi de extrema importância a atuação da UNESCO, que apoiou o desenvolvimento do *software* CDS/ISIS, lançado em 1985 e destinado à distribuição gratuita para bibliotecas e centros de documentação de países em desenvolvimento. O CDS/ISIS foi desenvolvido pelo italiano Giampaolo Del Bigio, juntamente com outras instituições e especialistas, e se tornou uma ferramenta essencial na automação de bibliotecas.

A primeira edição do *software* se chamava MINISIS, depois evoluiu para o MICROISIS, programa destinado aos microcomputadores com sistema operacional *Disk Operating System* (DOS), até ter sua versão para o sistema operacional Windows, o WINISIS, em 1998 (HUBNER, GUILHERME, 2013). Em 2003, foi lançada sua última versão, que continua a ser utilizada por bibliotecas e centros de informação na automação dos seus acervos. Os autores atentam para o fato de que, embora diversos sistemas tenham surgido, como os *softwares* proprietários com recursos sofisticados, a automação, até este momento, não é a realidade de determinadas bibliotecas que, por falta de recursos, ainda não

automatizaram seus serviços. Em 2008, surgiu o que foi chamado de sucessor do Winisis: o sistema *open source* Automação para Bibliotecas e Centros de Documentação – ABCD, apresentado no III Congresso Internacional de Usuários ISIS, realizado no Rio de Janeiro, de 14 a 16 de setembro de 2008 (CASTRO, BARBOZA, 2011). A nova concepção do *software* propõe um sistema integrado e modular, que utiliza diversas tecnologias: PHP, C-ISIS, Javascript, XHTML e é totalmente *web based*, não necessitando, portanto, de instalação nos terminais de entrada de dados, sendo provido por um OPAC (*Online Public Access Catalog*) totalmente customizável.

Os processos técnicos automatizados, porém, tiveram início na *Library of Congress*, nos Estados Unidos. A demanda principal no atendimento daquela biblioteca estava relacionada ao grande volume de empréstimos, feito ainda nas antigas fichas perfuradas. Portanto, esse foi o primeiro setor a ser automatizado (RODRIGUES; PRUDÊNCIO, 2009).

O desenvolvimento do compartilhamento de recursos e serviços informacionais foi motivado pelo desejo de propiciar o acesso às informações dispersas em instituições fisicamente distantes. Um caso pioneiro no Brasil é o da Biblioteca Virtual da Natura, concebida nos anos 1990. Esse projeto foi desenvolvido com o objetivo de construção de um centro de informações focado, sobretudo, na localização de informações disponíveis em outros centros, tendo em vista que seria fisicamente impossível armazenar em uma única biblioteca todo o material necessário para apoio às pesquisas desenvolvidas na empresa (REZENDE, 1997).

Um dos maiores marcos para a automação das bibliotecas foi o desenvolvimento do formato MARC, acrônimo para *Machine Readable Cataloging*, conhecido em português como catalogação legível por computador. Ele foi desenvolvido no final dos anos 1960 pela *Library of Congress* com o propósito de possibilitar a padronização de dados das descrições bibliográficas de forma automatizada (BARBOSA, EDUVIRGES, 2010). O formato sofreu alterações e tem sido alvo de constantes atualizações, mas é inegável sua importância na padronização e intercâmbio de dados. Embora tenha surgido inicialmente para utilização em dados bibliográficos, logo se expandiu, para dando origem a formatos para dados de registros de autoridade e de coleções de recursos contínuos.

O trabalho em redes, na área da Ciência da Informação, porém, remonta ao início do século XX, com o empréstimo entre bibliotecas nos Estados Unidos. As redes de informação têm por objetivo reunir indivíduos e instituições, com a finalidade de promover o intercâmbio de informações, além de estruturar produtos e serviços que não seriam realizados

sem a colaboração mútua. Na área das bibliotecas, as redes de serviço de catalogação cooperativa foram o local onde as primeiras iniciativas para intercâmbio de serviços e de informações das unidades de informação tomaram lugar, sendo uma das pioneiras a Rede Bibliodata Calco, desenvolvida para promover a catalogação cooperativa (TOMÁEL, 2005).

O Projeto de Catalogação Legível por Computador (CALCO) foi concebido inicialmente na Dissertação de Alice Príncipe Barbosa, defendida em 1972. O projeto, baseado no formato Marc II da *Library of Congress*, trazia uma proposta de adaptação do formato norte-americano para o estabelecimento de uma “central de catalogação automatizada” (BARBOSA, 1975, p. 216-217). A autora detalha os passos envolvidos em tal projeto e relembra que o código adotado na época foi o *The Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR), “código internacionalmente conhecido como padrão” (p. 219). Nesse contexto, também vale ressaltar a atuação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Dentre os objetivos do CALCO, estava a constituição de uma rede que disponibilizasse um catálogo que funcionasse como instrumento de pesquisa em território nacional, a troca de informações dentro e fora do país e a padronização de normas, além, é claro, de economia de tempo no processamento técnico das informações. A Rede está ativa até hoje e sua história está estreitamente relacionada ao desenvolvimento da catalogação no Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA).

Guinchat e Menou (1994, p. 340) elencam uma série de tipologias de redes com funções e propósitos diversificados, dentre as quais citamos as redes especializadas em funções documentais, redes universitárias, redes especializadas em uma disciplina, com o propósito de agregar instituições similares para obter apoio ou padronização de serviços, dentre outras. Mucheroni e Silva (2011, p. 4) argumentam, ainda, que a expansão das TIC “oferecem condições ideais para o estabelecimento de redes de informação e para a interconexão das redes entre si”.

Com a Internet, ambiente de suporte das redes eletrônicas, e a Web, como uma aplicação para disponibilização online de textos, imagens e diversas mídias, o acesso e o intercâmbio de informações ultrapassaram barreiras até então intransponíveis, e criou um universo de representação e de descrição complexo e muitas vezes ambíguo.

Considerando também que as unidades de informação estão inseridas em uma sociedade globalizada, seria inconcebível esperar que uma única instituição pudesse oferecer serviços tão completos ao ponto das unidades não precisarem dialogar umas com as outras. Mesmo que as redes não sejam formalizadas institucionalmente, as redes informais, como as

listas de discussão, são utilizadas constantemente para troca e acesso a fontes de informação.

Segundo Barreto:

Em nenhum momento a sociedade da informação pretendeu ser responsável pelo conhecimento gerado na sociedade. Foi sempre uma tecnoutopia e nunca uma utopia para um conhecimento social ampliado. A sociedade da informação, também, agrega as redes de informação, que são conformações com vigor dinâmico para uma ação de geração de conhecimento (BARRETO, 2008).

Outro exemplo de trabalho em rede é o *New York Art Resources Consortium* (NYARC), nos Estados Unidos,¹³ o qual compartilha não somente seu catálogo *on line*, mas desenvolve um programa para aquisição planejada ou, em outras palavras, o que uma biblioteca adquire, a outra deixa de adquirir. Outras formas de cooperação podem e devem ser estudadas, considerando que a quantidade de informações disponibilizada em *web sites*, catálogos *on line* e repositórios digitais crescem a cada dia, e levando-se em conta que é o desejo do usuário e de acessá-las de forma cada vez mais rápida.

Outro marco tornado possível com as TIC foi o surgimento das bibliotecas digitais, concretização do sonho antigo de se ter, um lugar só, o maior número de fontes de informação possível. Dentre os sonhos utópicos da humanidade na busca da concretização da totalização do conhecimento, é citada a Biblioteca de Alexandria como a realização mais antiga desse sonho. Jacob (2008, p. 13) assim se refere aos leitores de Alexandria:

Os raros leitores dessa biblioteca vêm temperar o sonho régio de acumular todos os livros da terra: exprimem a exigência de novas formas de visibilidade e de domínio do saber, de uma economia gráfica da transmissão – resumos, listas que reclassificam a informação compilada nos livros, filologia do texto que vem substituir a acumulação de livros.

Aguiar e Silva (2010) elencam algumas transformações ocorridas no passado em alguns processos das bibliotecas, tais como a informatização dos catálogos manuais: a divulgação de conteúdos deixou de ser realizada de forma impressa, nos murais, para serem realizados de forma virtual, nas páginas *web*. Além disso, tecnologias como a *web 2.0* oferecem “formas novas de tratamento, organização, disseminação e recuperação de informações; de interação com o usuário”. Os autores analisam os usos das redes sociais na internet (ferramentas de comunicação, tais como o *Facebook*) em bibliotecas universitárias e concluem que, embora essas instituições, no Brasil, ainda utilizem essa ferramenta de maneira tímida, eles reconhecem seu potencial, desde que os profissionais envolvidos estejam aptos a

---

¹³ “O New York Art Recursos Consortium (NYARC) é composto por bibliotecas de três principais museus de arte em Nova York: o Brooklyn Museum, The Frick Collection, e o The Museum of Modern Art”. Disponível em: <<http://www.nyarc.org/>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

se apropriar dessas ferramentas e dispostos a utilizá-las em prol de uma comunicação mais direta com seus usuários.

Ainda nesse contexto, é ressaltada a importância da contribuição desses novos recursos na criação e aprimoramento de serviços oferecidos pelas bibliotecas, tais como os catálogos *on line*, os quais puderam incorporar arquivos de imagens e ferramentas de busca mais arrojadas, com recursos avançados e busca simultânea em diversos campos, com a utilização de operadores booleanos, além da possibilidade da gestão de recursos digitais tais como textos completos e *hiperlinks*.

A inovação dos produtos e serviços das bibliotecas ocorreu nos mais diversos campos de atuação dessa entidade. Dentre eles, podemos citar a substituição das bibliografias como fontes secundárias de pesquisa pelas bases de dados e o acesso aos textos integrais e mídias digitais disponibilizados na internet, acessíveis de qualquer parte, aproximando o usuário da informação de forma mais rápida dos que os serviços de comutação bibliográfica feitos em papel (RIBEIRO, 2012, p. 44).

Por outro lado, os formatos digitais apresentam desafios relacionados à preservação digital, pois as mídias digitais são instáveis e sua durabilidade depende de condições de armazenamento apropriadas, além da questão da obsolescência dos *softwares* e *hardwares*. A interface, responsável pela ponte que conecta o usuário com o sistema, deve funcionar como elo de acesso aos sistemas baseados em *web*. Se um repositório ou biblioteca digital estiver desprovido de uma interface amigável e intuitiva, na qual o pesquisador possa navegar e realizar suas pesquisas, o sistema corre o risco de não ser utilizado em sua plenitude (FINNEMAN, 2014).

Diante do exposto, conclui-se que as bibliotecas conseguiram incorporar as propostas das TIC desde antes o surgimento da internet. Seja nas redes colaborativas ou nos processos de organização dos acervos e representação descritiva, as bibliotecas buscaram desenvolver projetos que abarcassem as novas tecnologias, que estão em pleno desenvolvimento, trazendo facilidades e desafios.

3.3 Museus, a *web* e os webmuseus

Sob o ponto de vista da Ciência da Informação, o museu pode ser considerado um sistema de informações, visto que, dentre suas funções, estão a “organização, o tratamento, o armazenamento, a recuperação e a disseminação da informação produzida a partir de suas

coleções” (YASSUDA, 2009, p. 15). Reforçando essa afirmação, Marques (2010, p. 92) afirma que “as instituições que têm a informação como um dos recursos fundamentais, como é o caso dos museus, podem ser entendidos sob a perspectiva de um sistema”. Do ponto de vista da gestão das informações que são produzidas e que circulam no cotidiano dessas instituições (relacionadas às coleções, atividades expositivas ou educativas), pode-se observar características no funcionamento do museu o aproximam a um sistema de informação. Os sistemas de informação são entendidos nesta pesquisa como “uma série de elementos ou componentes inter-relacionados que coletam (entrada), manipulam e armazenam (processo), disseminam (saída) os dados e informações e fornecem um mecanismo de *feedback*” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 344). De acordo com Din e Hecht (2007, p. 9), os museus adentraram o mundo tecnológico a partir da década de 1960, quando surgiram os primeiros interesses na padronização e automação das informações sobre as coleções.

Santos e Lima (2014, p. 58) atestam as modificações trazidas pelo uso das TIC nos procedimentos relacionados à gestão do acervo, na comunicação e na apresentação das coleções ao público, no modo de organização das informações publicadas em seus catálogos e até mesmo na forma como os museus são denominados. O enfoque dos autores reside na discussão das tipologias de museus que foram sendo construídas ao longo do desenvolvimento das TIC (museu digital, museu virtual e webmuseu). É ressaltada a questão da apropriação dos bens culturais por meio da ampliação do acesso às imagens de obras de arte, que pode ser realizada por meio de qualquer dispositivo conectado à internet, o que antes só seria feita por meio de visitas presenciais aos museus ou por meio da consulta a livros e catálogos impressos. Embora não haja consenso quanto ao termo a ser consolidado, é defendido o uso da palavra webmuseu, definido como:

um ambiente informacional virtual, dinâmico e interativo sem fins lucrativos, que funciona sem barreira de tempo e de espaço geográfico e que reúne, expõe e divulga simulacros (reprodução) de obras de arte atualizadas, obras de arte originárias de processos orgânicos ou criadas por *softwares* de criação de imagens e que se utiliza de ferramentas audiovisuais (imagem, som, vídeo) e da comunicação em rede para possibilitar o acesso à contemplação, ao conhecimento e ao entretenimento, destinado a um grande número de pessoas usuárias em posse de um dispositivo eletrônico, conectado à rede Internet (p. 66).

Loureiro (2004, p. 190) afirma que “a expansão acelerada das redes digitais associada à circulação crescente de imagens criadas por processos sintéticos proporciona as condições para o surgimento de novos ambientes virtuais”, dentre os quais estão os webmuseus de arte. A autora divide os webmuseus em duas categorias: a primeira

corresponderia aos museus que possuem acervo físico, sendo os *websites* formados, portanto, por reproduções das obras originais, e os webmuseus que permitiriam o acesso a “obras de arte geradas originalmente por processos sintéticos, totalmente dependentes de hardware e software específicos quer para sua criação, quer para sua visualização, quer para a interação e participação do seu receptor-operador”. Nesse contexto, a autora propõe o conceito de “aparato informacional”, que pode abarcar tanto um quanto o outro e que enfatiza a função informacional de ambos:

Qualquer organização / ambiente construído com a intenção de produzir, processar e transferir informações, que reúna (fisicamente ou virtualmente), conserve, documente, registre, pesquise e comunique evidências (materiais ou imateriais) das pessoas e/ ou de seu meio ambiente, por meio de originais ou reproduções de qualquer natureza, mantendo interface com a sociedade de modo a propiciar visibilidade / acesso às suas coleções e informações (LOUREIRO, 2004, p. 195).

Carvalho (2013) afirma, porém, que as discussões teóricas em torno do conceito de “museu virtual”, atualmente, acabaram por se diluir, ao mesmo tempo em que o interesse dos internautas pelos “museus no mundo virtual” fica maior. É sugerido que “museu virtual é aquele construído sem equivalência no espaço físico, com obras criadas digitalmente, não sendo substituto equivalente ou evolução dos primeiros”. A autora afirma que esse conceito ainda é desconhecido das instituições e que os usuários tendem a buscar o que ela chama de “museus online”, ou seja, que apresentem uma representação do museu físico, além de possibilitar interatividade.

Outro campo de atuação das TIC no universo dos museus é o compartilhamento de informações em rede. Nesse contexto, uma iniciativa de destaque é o projeto denominado Programa Patrimônio em Rede, idealizado para organizar o acervo de obras de arte pertencente aos órgãos subordinados ao Poder Executivo do Estado de São Paulo:

Assim para criar um catálogo eletrônico único, foram propostas metodologias e ferramentas de gestão, a partir de parâmetros adotados pela museologia atual, com a criação e/ou adaptação de um banco de dados para futura disponibilização em site para pesquisadores, professores, artistas e público em geral (ALVES, 2012, p. 29).

O Programa, mais do que organizar as informações, por meio da catalogação, difusão e gestão, se propunha a identificar o acervo e propor ações de salvaguarda, além de atuar como elemento integrador junto aos parceiros locais, localizados em outras cidades do interior do estado.

Bearman (2014, p. 53) sugere que os museus devem se preocupar menos “em ser um destino, presencial ou on-line, e mais em como seu conteúdo pode se tornar um arcabouço

para a experiência humana”. O autor é de opinião de que, para manter sua relevância na sociedade, os museus devem construir sua imagem como um espaço mais de entretenimento do que educacional, e uma das maneiras nas quais as TIC podem ser empregadas é que os museus devem encontrar uma forma de lançarem seus dados de forma ativa no universo dos visitantes, permitindo a eles que interajam com o “museu e com seus círculos sociais, quando desejarem e onde estiverem”. É sugerido que os museus desenvolvam formas de representação do conhecimento que sejam mais sofisticadas, de tal forma que os objetos de suas coleções tomem parte nos processos interativos, para que a capacidade interpretativa do “museu tradicional” possa ser intensificada.

O que foi dito mostra que não apenas os processos de gestão foram influenciados pelas TIC. O próprio objeto do museu e, conseqüentemente, a própria forma de se pensar a instituição foram afetados, tendo em vista que a noção de webmuseu ou museu virtual pode ser comparada às bibliotecas virtuais, e propiciou o surgimento dos museus sem acervo, tais como o Museu da Pessoa e o Museu da Língua Portuguesa, baseados em recursos tecnológicos. A comunicação dos museus também foi modificada, pois novos recursos foram adicionados.

3.4 Interoperabilidade da informação e acervos culturais: diálogos e convergências

Jamais dispomos de tanta informação como na atualidade. Paradoxalmente, em nenhum tempo, encontrar informações de real interesse foi tão difícil. Há uma proliferação de publicação de conteúdos e catálogos de um lado e, de outro, a dificuldade de recuperação e precisão de informações, pois, no ambiente limitado da *web* atual, na qual os documentos são compreendidos apenas por pessoas, a máquina não consegue decodificar as estruturas semânticas das palavras (MARCONDES; CAMPOS, 2008, p. 109). Tim Berners-Lee idealiza então a *web* semântica,¹⁴ que traz uma nova forma de busca na *web*, onde é possível estabelecer relações semânticas entre os conteúdos representados que possam ser compreendidos por máquina. A *web* semântica é uma *web* de dados, que pode ser comparada, de alguma forma, como um banco de dados global (BERNERS-LEE, 1998).

No caso das instituições culturais, muito embora tenham publicado seus catálogos na *web*, estes sistemas nem sempre conversam entre si, pois não foram projetados para esse

---

¹⁴ “Nome pelo qual a rede mundial de computadores internet se tornou conhecida a partir de 1991, quando se popularizou devido à criação de uma *interface gráfica* que facilitou o acesso e estendeu seu alcance ao público em geral” (HOUAISS, 2009, p. 1962).

fim. Para Gómez (2007, p. 26), geralmente as instituições adquirem seus *softwares* ou aplicativos levando em conta os recursos e soluções adequadas as suas necessidades, ou seja, o foco são as funcionalidades oferecidas ao menor custo. Portanto, a possibilidade de ter um sistema único e integrado não conseguirá dar conta das necessidades de gestão desses acervos:

Bibliotecas, arquivos e museus, usam diferentes sistemas e padrões de metadados para gerenciar as coleções. Alguns deles focam a descrição e acesso da coleção, ao passo que outros lidam com fluxos de trabalho e processos necessários para gerenciar as coleções físicas (FARNETH, 2013, p. 49).

Gómez (2007) afirma que o surgimento da interoperabilidade está justamente na evolução das TIC e no desenvolvimento dos sistemas de informação, pois tem sido vislumbrada como um recurso eficiente para definir como a capacidade que diferentes sistemas e aplicativos possuem para intercambiar dados de forma precisa (MARTÍNEZ, LARA, 2007).

Para Mucheroni e Silva (2011), “o conceito de interoperabilidade está embebido em um grande número de iniciativas, projetos e tecnologias, que constituem, em si mesmas, uma abundância de tipologias de interoperabilidade”. Os autores descrevem os vários níveis onde a interoperabilidade entre os sistemas ocorre e diferenciam a interoperabilidade sintática (baseada na codificação dos dados por meio da utilização de formatos e linguagens de marcação), da interoperabilidade semântica (tem por base os metadados e está mais voltada às questões de descrição dos recursos), fazendo “uso de um conjunto de ferramentas para a representação da informação contida nos recursos” (p. 12).

As atividades de organização e representação da informação nos arquivos, museus e bibliotecas têm sido pautadas por metodologias próprias, conforme será descrito no capítulo 4. Contudo, é possível entrever a influência das novas tecnologias nas normas de descrição de acervos, como é o caso da *Resource Description Access* (RDA), que pode ser definida como “um novo padrão para descrever metadados de recursos mantidos nas coleções de bibliotecas, arquivos, museus e outras organizações de gerenciamento de informações” (CASTRO, 2012, p. 140). Essa ideia é corroborada por Ortega (2009b, p. 200), que afirma que a internet é o “pano de fundo destas aproximações” entre as áreas, pois traz possibilidades de uso de recursos informacionais nele disponíveis.

Uma das tecnologias de interoperabilidade desenvolvidas é chamada de *Linked Open Data* (LOD), a qual nos permite vislumbrar com “a possibilidade de interligar acervos em arquivos, bibliotecas e museus digitais através de tecnologias da Web Semântica”

(MARCONDES, 2012, p. 173). Para isso, os dados devem estar padronizados com a utilização de metadados que permitam o intercâmbio de dados no meio digital: “tornar acessíveis os recursos do patrimônio cultural exige ou compreende a adoção de esquemas e/ou padrões de metadados” (CASTRO, 2012, p. 34).

Diversas bibliotecas, arquivos e museus têm estruturado as informações sobre suas coleções para que elas possam ser legíveis por máquina. Isso implica a criação e publicação de conjuntos de dados interligados, de tal forma que possam ser reutilizados por outras organizações, ainda que a adoção das tecnologias LOD ainda esteja em seu estágio primário de desenvolvimento. Nesse cenário, a *web* semântica pode ser vislumbrada como a promessa de acesso universal a uma ampla gama de informações, de diversas línguas, formatos e culturas (BACA, GILLS, 2015, p. 239).

A publicação dos catálogos dos acervos na *web* também modifica a troca de informações de conteúdos culturais, a qual se dá em um nível mais amplo e universal. Bibliotecas e arquivos, por exemplo, não podem ser vistos como grupos separados, de um lado uma coleção de obras já publicadas e de outro um acervo com fontes primárias, pois o potencial da convergência digital pode ser frutífero para a pesquisa em ambos os acervos. Essa afirmação reforça a ideia de que, no contexto da assim chamada sociedade do conhecimento,¹⁵ o compartilhamento de informações é um dos fatores que contribuem para a aproximação entre as áreas: “acesso à informação para todos os extratos da população” (HEDSTROM, KING, 2006).

Um exemplo concreto que podemos citar é o caso da união da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional do Canadá em 2004, que deu origem à *Library and Archives Canada* (LAC), a qual seria um novo tipo de “instituição do conhecimento”, de caráter público e nacional (GIVEN e MCTAVISH, 2010, p. 8). Homulos já havia sinalizado para a tendência de dissipação de algumas das diferenças entre bibliotecas, arquivos e museus na era da informação (1990, p. 11). Contudo, vale lembrar que, em um primeiro momento, o foco foi direcionado para a tecnologia, como se esta fosse capaz, por si só, de dar conta das questões envolvidas no planejamento dos sistemas de informação, mas isso não ocorreu, tampouco houve uma interação apropriada entre a Ciência da Computação e a Ciência da Informação.

Sejam quais forem as formas de compartilhamento de informações, é evidente que essa é uma necessidade fundamental para garantia do acesso à informação (TOMAÉL, 2005). Embora a *web* seja comumente comparada a uma biblioteca total ou a um oráculo onde todas

---

¹⁵ Conceito desenvolvido pelo economista Fritz Machlup em 1962, que permitiu observar a existência de um campo de produção de conhecimento, onde o saber ocupava um papel central (CARVALHO; KANISKI, 2000).

as respostas estão disponíveis, ela está mais próxima a um *iceberg*, pois apenas 1/3 de sua superfície é visível. O conteúdo que permanece escondido é chamado de *deep web* e pode ser definido como “o espaço onde reside a informação de maior qualidade, encerrada em sistemas de informação inacessíveis às ferramentas de pesquisa convencionais”. Geralmente, esses sistemas são dinâmicos e permitem apenas a pesquisa diretamente em suas ferramentas (BORGES, 2004, p. 2). Atualmente, a estimativa é de que apenas 3% do conteúdo da *web* esteja visível, e é recuperável nos mecanismos de busca mais utilizados. Nessa direção, têm surgido propostas para que o ambiente *web* possa ter mecanismos de busca mais compatíveis com as necessidades qualitativas de informação.

4 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

Neste capítulo, são estudadas as estruturas de algumas das principais normas para descrição de acervos existentes nos arquivos, bibliotecas e museus. O estudo de cada norma permitirá identificar seus objetivos e abrangência, bem como diretrizes para aplicação.

A organização dos acervos dos arquivos, bibliotecas está presente desde as origens dessas coleções, consequência natural da necessidade de armazenamento, controle, localização e acesso a esse material. Porém, esse desafio “foi historicamente concebido como uma questão técnica: encontrar as formas adequadas para atingir os objetivos” (ARAÚJO, 2014, p. 73). O autor se refere às correntes filosóficas como o enciclopedismo, historicismo e positivismo que teriam influenciado o surgimento de “esquemas universais de representação”, em contraponto às novas propostas surgidas no decorrer do século XX e que teriam ocasionado transformações importantes no campo: “de tarefa técnica, as questões da representação se converteram em importante campo de investigação científica”.

Saorín (2011, p. 169) argumenta que as instituições de memória e de cultura, que gerenciam as coleções de objetos que contemplam o conhecimento individual, institucional e coletivo, operam sobre uma base comum: organizar a informação para permitir o conhecimento. Ele sugere que sejam criados metadados que permitam o uso contextualização de informações culturais, por meio dos quais se possam estabelecer relações entre coleções de uma mesma instituição e entre outras instituições. Ele afirma que “atualmente os modelos conceituais para a descrição em bibliotecas, arquivos e museus tendem a confluir”. O autor defende a utilização do conceito de objeto cultural, que, segundo ele, será o ponto central para a organização e divulgação não só das coleções museológicas, mas, em um sentido mais amplo, do patrimônio histórico-cultural. Dessa forma, a abordagem mais adequada para a busca de aproximações seria por meio de seus objetos, e não por meio de suas práticas. É sugerido que a reutilização de dados culturais decorre por meio da ampliação das práticas de catalogação dos objetos culturais, indo para além da utilização de sistemas meramente museológicos. Estes sistemas devem usufruir dos recursos trazidos com a *web* semântica, tais como o RDF e SKOS, para que seja possível construir projetos informativos culturais inovadores. Baca e O’Keefe (2008, p. 2) afirmam que há uma tendência, no trabalho com metadados, para o surgimento de uma noção de descrição (catalogação) que seja mais um processo colaborativo e gradual do que uma atividade que é realizada unicamente por um

departamento ou instituição, o que dá mais ênfase ao entendimento da descrição como processo.

Atualmente, mais do que estímulo ao debate que investigará a identidade de cada uma dessas instituições, pode-se verificar uma tendência a se buscar projetos colaborativos com foco no acesso e disseminação da informação, como por meio da produção de exposições de arte ou de sistemas de informações (ZORICH, WAIBEL, ERWAY 2008, p. 5). Os portais e repositórios digitais também refletem a convergência entre essas instituições, tendo em vista que esse tipo de serviço é criado como parte de sua missão de preservação e acesso, e as fronteiras entre elas têm ficado mais nebulosas na última década, principalmente “aos olhos dos cidadãos que talvez não estejam familiarizados com a divisão de territórios que moldam o armazenamento e acesso aos materiais culturais” (GIVEN; MCTAVISH, 2010, p. 22).

Outro fator determinante nesse novo panorama está relacionado à formação dos profissionais da área da informação, conforme já apontava Jardim (1992, p. 253). Será necessário reavaliar não apenas os conceitos teóricos que embasam os campos, mas também devemos adentrar tanto num processo de adaptação às mudanças, no campo organizacional, quanto no perfil dos profissionais que atuam na área.

Considerando o processo de descrição do acervo como parte fundamental no compartilhamento de informações nos sistemas *web*, a normalização é fator basilar no planejamento dos sistemas das instituições, pois ela é a chave para que elas possam estabelecer diálogo com sistemas diferentes. Nesse contexto, o desenvolvimento tecnológico ocorrido a partir dos anos 1980 evidenciou a necessidade de discussões teóricas em torno da questão da normalização, tendo em vista sua importância nos processos de automação (RODRIGUES, 2009, p. 5).

Dando prosseguimento à pesquisa, elencamos no Quadro 5 as normas da área de Biblioteconomia e Arquivística e o modelo de referência para museus que são abordados nessa pesquisa. Os critérios para seleção destes instrumentos foram baseados em sua origem, pois são proposições de órgãos internacionais representativos de cada área.

Quadro 5 - Instrumentos para descrição de acervos

Área	Nome	Instituição	Publicação	Publicação no Brasil
Arquivo	ISAD(G)	Conselho Internacional de Arquivos	1994 – 1ª ed. 2000 – 2ª ed.	2000
Biblioteca	AACR2	American Library Association, the Canadian Library Association, and the Chartered Institute of Library and Information Professionals	1967 – 1ª ed. 1978 – 2ª ed. 1988 – ed. Revista 1998 – ed. Revista 2002 – 2ª Revised Ed.	1969 1983-1985 2004
Museus	DIRETRIZES	CIDOC-ICOM	1995	2014

Fonte: Quadro compilado pela autora.

O quadro evolutivo da publicação das normas deixa claro que as discussões em torno da normalização da descrição evoluíram de forma esparsa ao longo do tempo. O AACR2, embora tenha tido sua primeira edição em 1967, foi baseado em conceitos que são anteriores a essa data. O processo de criação da Isad(G) teve início em 1989 e as Diretrizes do CIDOC-ICOM tiveram suas discussões iniciadas na década de 1970. A título de esclarecimento com relação à terminologia adotada nesta pesquisa, apresentamos a seguir as seguintes definições:

- a) Normalização (do inglês, *normalization, standardization*): “Aplicação a um produto, documento ou operação de regras (normas) para sua fabricação, elaboração e realização” (CUNHA, CAVALACANTI, 2008, p. 260).
- b) Norma (do inglês, *standard*): “resultado de um esforço de normalização particular, o qual, depois de aprovado por uma autoridade reconhecida, toma a forma de um documento contendo um conjunto de condições a serem cumpridas” (CUNHA, CAVALACANTI, 2008, p. 260).
- c) Diretriz: “conjunto de instruções a serem seguidas para que sejam alcançados os objetivos de uma organização” (CUNHA, CAVALACANTI, 2008, p. 128); “norma de procedimento, conduta *etc.*; diretiva” (HOUAISS, 2009, p. 691).

As Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus do CIDOC-ICOM, doravante denominadas Diretrizes do CIDOC-ICOM, embora apresentem diretivas para a documentação em museus, não contendo elementos normativos, tiveram a tradução do termo *standard* ora como padronização, ora como norma (COMITÉ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2014, p. 31-33). Esclarecemos, desse modo, que nesta pesquisa nos referimos a elas como norma, embora na introdução das Diretrizes seja afirmado que eles evitaram o uso desse termo, pois naquele momento elas ainda não tinham alcançado ampla aceitação.

Nesse âmbito, é importante mencionar que o AACR2 não também não é uma norma propriamente dita, estando mais próximo a um manual de catalogação (LEÃO, 2006, p. 40). A Isad(g) também se propõe a ser uma diretriz internacional a ser utilizada em conjunto com as normas locais (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

Nos próximos itens destes capítulos, caracterizamos os conceitos de descrição para cada área e analisamos as normas selecionadas. É realizada a delimitação de elementos análogos na descrição de acervos de arquivos, bibliotecas e museus, de forma a possibilitar a análise e aproximação entre eles, objetivo principal desta Dissertação. A análise será feita por meio da comparação de elementos selecionados, ou seja, pelos campos essenciais indicados na Isad(G), e que estão presentes em todas as normas.

4.1 A descrição arquivística

O acesso aos documentos dos arquivos permanentes depende da utilização de instrumentos de busca que forneçam um retrato fiel de seu acervo. Inventários datados do século XIII já denotam a existência de mecanismos que buscavam dar conta dessa tarefa. Alguns poucos instrumentos dessa natureza foram editados no Brasil, em fins do século XIX (BELLOTTO, 2007, p. 176). O instrumento de pesquisa pode ser definido como “obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e acesso ao acervo” (CAMARGO, BELLOTTO, 1996, p. 44).

A organização de acervos arquivísticos implica as etapas de classificação e de descrição, sendo que é nesta fase onde é garantido o entendimento do que contém aquele acervo, pois só com a descrição é possível conhecer e localizar os documentos que o compõem. Nessa direção, é possível afirmar que a classificação sozinha não possibilitaria o acesso ao acervo por pessoas que não estão familiarizadas com ele (ANCONA LOPEZ, 2003, p. 26).

Em relação à classificação em arquivos, cabe mencionar as tentativas de utilização da Classificação Decimal de Dewey (CDD) no Brasil, as quais LOPES(2013, p. 208), cita como calamitosas, visto que buscam aplicar técnicas bibliotecárias aos arquivos, porém sem o cuidado de examinar o contexto de produção do documento de arquivo:

No Brasil, não é incomum a trágica aplicação da codificação ou da classificação de Dewey ou algo similar, tratando os documentos peça a peça, como se fossem coleções de livros ou de periódicos. É usual a existência de soluções universais de

classificação, aplicáveis aprioristicamente, sem o exame das características e de seus produtores.

A etapa de classificação em arquivos, também denominada arranjo nos arquivos permanentes, compreende uma “sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo” (CAMARGO, BELLOTTO, 1996, p. 16). Na classificação, os documentos são agrupados em classes que correspondem às funções e atividades do organismo produtor (GONÇALVES, 1998, p. 12). Em outras palavras, essa etapa se baseia no conhecimento do contexto onde os documentos foram originados, respeitando-se o princípio da organicidade. A Figura 3 ilustra as etapas de representação da informação nos arquivos:

Figura 3 - Processos arquivísticos

Fonte: LEÃO, 2006, p. 11.

Fonseca sugere que seja feita uma distinção entre os termos *normalização* e *descrição*, que vinham sendo utilizados de forma associada na área de arquivos desde a década de 1990. A normalização para arquivos pode ser entendida como o “processo de construção ou adequação de algo de forma que se coadune com aquilo que entende como princípio básico, modelo de correção” (2010, p. 247). Descrevemos no Quadro 6 algumas definições para o conceito de descrição arquivística:

Quadro 6 - Descrição arquivística

Autores	Definição
BELLOTTO	“A descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes. Ela não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos do plano de classificação – que acabam por servir de referência para a recuperação da informação, assim como de outras categorias de controle de vocabulário e indexação que se usem para o mesmo fim”. “O processo da descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados” (2007, p. 179).
CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS	“A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. Este termo também se aplica ao produto desse processo” (2000, p. 14).
HEREDIA HERRERA	“A descrição é a mediação entre o documento e os usuários. O processo é composto pela análise realizada pelo arquivista (identificação, leitura, resumo, indexação), a qual resulta em uma ponte que entre o acervo e o pesquisador. A descrição documental inclui também a análise do tipo documental, do conteúdo, data e local de produção e dados para sua localização, sendo recomendada tanto para arquivos históricos, quanto administrativos” (1991, p. 297).

Fonte: Compilado pela autora.

Ao comentar a definição dada pela Isad(G), Fonseca (2010) infere que “a descrição é uma representação do que é descrito, não o substitui, nem o contém integralmente”. Outros aspectos são ressaltados, tais como a importância do agente responsável pela descrição, que extrai informações do que é representado, e que os organiza a partir da sua própria experiência e também os objetivos da descrição que compreendem a identificação, gestão, localização e esclarecimento dos documentos e os contextos e sistemas onde foram produzidos (FONSECA, 2010, p. 247). O autor relembra que autores emblemáticos da área, como Schellenberg, não se detiveram na definição do termo, por compreenderem que o termo *descrição* poderia englobar as atividades relacionadas à elaboração dos instrumentos de pesquisa como um todo. O Quadro 6 mostra que Bellotto recomenda a descrição apenas nos arquivos permanentes, ao passo que Heredia Herrera é favorável ao uso nas outras fases do arquivo, conforme recomendações da própria norma. É consenso, porém, que a descrição é etapa fundamental no tratamento dos arquivos e dela advém a possibilidade de acesso e recuperação da informação.

Na descrição arquivística, são representados os aspectos de um determinado acervo e, nesse processo, são explicitados seu conteúdo e contexto, sendo, portanto, uma atividade intelectual na qual é necessária a capacidade de interpretação além de familiaridade com elementos históricos que permitam contextualizar o produtor dos documentos e a época onde eles foram produzidos (ANDRADE; SILVA, 2009). O autor afirma que os instrumentos arquivísticos de referência, ou em outras palavras, os instrumentos de pesquisa dos arquivos “são os produtos do processo de descrição arquivística, que se ocupam de criar representações para o acervo ou parcelas deste”.

Para Ancona Lopez (2002, p. 11), os instrumentos de pesquisa podem se manifestar “na forma de guias, inventários, catálogos e índices”. O Quadro 7 sintetiza algumas definições do autor para os instrumentos de pesquisa mais utilizados:

Quadro 7 - Instrumentos de pesquisa (arquivo)

Termos	Definições
Guia	“O guia é, preferencialmente, o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo. Ele é a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo. No guia deverão constar todos os dados básicos necessários para orientar os consulentes, desde as informações práticas — tais como o endereço da instituição, os telefones, o horário de atendimento etc. — até as informações específicas sobre o acervo, como, por exemplo, os fundos e as coleções que ele possui, seu nível de organização, as condições físicas e jurídicas do acesso, as possibilidades de reprodução de documentos etc.”.
Inventário	“Os inventários são, pela ordem hierárquica dos níveis da classificação, os instrumentos de pesquisa que se seguem ao guia. Eles buscam oferecer um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções. O objetivo é descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação. Ao contrário do guia, os inventários devem, necessariamente, abordar conjuntos documentais com algum nível de organização do ponto de vista da classificação arquivística”.
Catálogo	“O catálogo dará continuidade à descrição da série iniciada com o inventário, detendo-se, agora, em cada documento, respeitando ou não a ordenação destes dentro da série. Quando necessária, a descrição peça a peça também contará com instrumentos de pesquisa divididos em duas partes: introdução e corpo”.
Índices	“Os índices, como instrumentos de pesquisa autônomos, procuram decompor os documentos em descritores, que podem ser temáticos, cronológicos, onomásticos, geográficos etc.”

Fonte: ANCONA LOPEZ (2002).

Para Rodrigues (2003, p. 212), os instrumentos de pesquisa são o meio que conecta os usuários aos documentos de arquivo e sua elaboração só é possível como “resultado de operações anteriores, principalmente as operações de classificação e de descrição”. Com relação aos instrumentos de pesquisa, Cook (2007, p. 128) menciona, por exemplo, a incorporação da participação do usuário na descrição dos documentos e cita algumas experiências que utilizam as tecnologias *wiki*, concluindo que é necessário descobrir

as maneiras pelas quais essas contribuições podem acontecer e “como incorporá-la aos instrumentos de pesquisa e como relacionar esses dados dentro das estruturas normativas”.

Nesse contexto, Fox (2007, p. 24) reforça a importância da normalização nos arquivos, afirmando que os maiores beneficiários nesse processo são os pesquisadores, pois ela “melhora o acesso intelectual a nossas coleções”. Uma das questões apontadas pelo autor é o surgimento das novas tecnologias que afetaram os usuários de duas maneiras: a) eles confiam nas tecnologias *web* e de digitalização de documentos como fontes de informação; b) eles utilizam tecnologias para processamento de texto, apresentação, dentre outras, para fazer uso da informação obtida nos arquivos. As expectativas do usuário perante os novos recursos informatizados também se alteram. Diante desse contexto, os arquivos necessitam incorporar e se adaptar a essas mudanças e, para isso, a normalização nos procedimentos se torna uma necessidade premente para a área.

4.1.1 A normalização da descrição nos arquivos

Conforme visto anteriormente, a necessidade de normalização faz parte do cotidiano dos arquivos na era da informação. Fox (2007) enumera diversas vantagens resultantes desse processo: os dados dispersos nas diversas instituições em sistemas eletrônicos diferentes poderão ser consolidados mais facilmente; o trabalho do arquivista fica mais ágil e eficiente; a adoção de normas fortalece a imagem da classe profissional dos arquivistas perante a sociedade. O autor afirma que “Normalização é sobre consistência, não uniformidade” e critica de forma contundente a tradição dos arquivos em desenvolverem metodologias próprias de descrição:

Quando cada arquivo decide, individualmente, quais elementos de informação serão usados para descrever seu acervo, como o conteúdo de cada elemento de informação será expresso e a sequência na qual a informação é organizada e apresentada ao usuário, nossos instrumentos de pesquisa tornam-se torres de Babel para os pesquisadores (FOX, 2007, p. 26).

Com relação a essa proposição, Fonseca (2010, p. 249) ressalta que o caráter único dos documentos arquivísticos poderia explicar o motivo pelo qual os profissionais do arquivo elaboraram descrições em formatos distintos, ao contrário dos profissionais de bibliotecas. O autor explica que outro fator reforçado pela unicidade de cada documento era a forma de pesquisa, a qual geralmente não era possível de ser realizada em mais de um fundo, pois cada um deles possuía seu próprio instrumento de pesquisa, isolado dos outros. Outra

vantagem advinda com o uso da normalização seria a “possibilidade de intercâmbio de descrições arquivísticas”, possibilidade nunca pensada antes da entrada das TIC no universo dos arquivos.

Hagen (1998) aponta, ainda, para outro aspecto essencial na padronização da descrição, que é sua conexão com as outras já citadas etapas de classificação ou arranjo e avaliação e afirma que a “descrição, padronizada ou não, sempre é uma concretização do princípio do respeito à proveniência, pois assim deve ter sido feito o arranjo dos documentos”. Reforçando a ideia de Fonseca (2010), a autora deixa claro que a normalização da descrição tem desafios que correspondem à própria especificidade dos arquivos:

O processo de elaboração de normas e padrões descritivos é lento exatamente por causa do elemento fundamental da abordagem arquivística, ou seja, a preocupação com a ordem original dos documentos. O trabalho do arquivista tem algo de arqueológico, na medida em que procura reconstituir a entidade que originou o conjunto documental a ser trabalhado, determinando sua estrutura e seu funcionamento a partir dos indícios dados pela própria documentação e por fontes externas. Aprofundando-se nas questões específicas de cada arquivo, muitas vezes torna-se difícil para o arquivista enquadrar-se a normas e padrões de descrição (HAGEN, 1998).

Reforçando essa ideia, Camargo e Goulart (2015, p. 29) assinalam as dificuldades em aplicar aos documentos de arquivo o mesmo grau de padronização que se dá aos livros, por exemplo. As autoras afirmam que “os arquivistas têm que procurar fora dos documentos a lógica sob a qual se deu sua cumulação no âmbito de determinada entidade”.

A esse respeito, Fonseca (2015, p. 111) comenta que, enquanto as bibliotecas centravam esforços na normalização, a Arquivística atentava para a característica de unicidade do documento, que dificultaria a utilização de normas de emprego geral. Aliado a isso estaria também a crença de que, dada a especificidade de cada produção documental, por conseguinte a descrição e seu arranjo também deveriam ser peculiares. É reforçado pelo autor, porém, que a automação dos acervos já não dava espaço para elaboração de sistemas baseados em critérios subjetivos e particulares.

Rodrigues (2003) enumera alguns princípios enunciados na ISAD(G), que devem pautar a descrição arquivística, para que seja respeitada a especificidade do documento de arquivo, sobretudo com relação ao princípio da proveniência, sistematizados no Quadro 8:

Quadro 8 - Princípios da ISAD(G) que devem embasar a descrição arquivística

1) a descrição é tributária da classificação: os documentos devem, antes de ser descritos, classificados.   2) a descrição deve respeitar o princípio arquivístico de “respeito aos fundos”.   3) a descrição deve ser feita do GERAL para o PARTICULAR.   4) a descrição dos documentos (ou do documento) de arquivo é dinâmica e evolui.   5) com o tempo, na medida em que novos elementos ou novas informações podem ser acrescentados.

Fonte: Rodrigues (2003, p. 220).

A criação de um corpo normativo para a descrição arquivística decorre, principalmente, devido a dois fatores. O primeiro deles está relacionado diretamente ao desenvolvimento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, que favoreceram o surgimento da sociedade do conhecimento e que impulsionou, portanto, a criação de um protocolo arquivístico de descrição que possibilitaria o controle e difusão de informações. O segundo fator foi motivado por razões internas, relacionadas à necessidade de se trabalhar de uma forma padronizada, não somente no campo da descrição, mas em outras áreas também. Nesse contexto, surge a *General International Standard Archival Description* (ISAD-G) (DÍAZ RODRÍGUEZ, 2000, p. 4), que, conforme visto no Quadro 5, teve sua primeira edição em 1994 e a segunda edição em 2000.

As discussões para a elaboração da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística foram iniciadas com a criação do Comitê de Normas de Descrição no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos (CIA),¹⁶ em 1989, responsável pela criação de um documento-base sobre normas para orientar a descrição arquivística. Em 1990, foi realizada a primeira plenária Comissão Ad Hoc na Alemanha. Posteriormente, o subgrupo responsável pela elaboração de regras gerais que se reuniu em 1991 e que, posteriormente, elaborou um texto apresentado na reunião de 1992, em Madri, o qual já apresentava o título Isad(G). Diversas sugestões foram recebidas e o grupo se reuniu em 1993 para acomodar as novas discussões (HAGEN, 1998). A norma foi, então, publicada mediante o compromisso de se realizar uma revisão no período de cinco anos, o que resultou na publicação da segunda edição da norma em 2000. Essa revisão acomodou diversas sugestões recebidas pelos membros do CIA (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. viii).

Anteriormente à Isad(G), outras normas haviam sido criadas: a *Archives, Personal Papers, and Manuscripts* (APPM), de autoria de Steven Hensen (1983); e o *Manual of Archival Description* (MAD), de Michael Cook e Margaret Procter (1986). Vale mencionar que Hensen tomou por base alguns capítulos do AACR2 para criar a AAPM (LEÃO, 2006, p. 42). A autora menciona também que o conceito de descrição da Isad(G) foi influenciado, ainda que indiretamente, pelo AACR2 e pelo *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), traduzido para o português como Descrição Bibliográfica Normalizada Geral.

Os trabalhos do CIA propiciaram o desenvolvimento de outras normas para os arquivos, dentre as quais citamos:

---

¹⁶ *Committee on Descriptive Standards* (CDS).

- a) *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families* (ISAAR-CPF): Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias, antes conhecida apenas como ISAAR. Norma destinada à padronização e controles de autoridades em arquivos.
- b) *International Standard for Describing Functions* (ISDF): Norma Internacional para Descrição de Funções. Destina-se a orientar as descrições de funções de entidades coletivas relacionadas à produção e manutenção de arquivos.
- c) *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings* (ISDIAH): traduzida como Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008). O propósito é auxiliar a descrição das informações básicas sobre as instituições e como entrar em contato com elas.

No cenário brasileiro se tem observado que as práticas descritivas são permeadas por propostas documentais heterogêneas, o que se justificaria em parte pelo estado de evolução dos conceitos arquivísticos (LEÃO, 2006, p. 1). Essa observação é reforçada por Llanes Padrón *et al*:

A falta de política de descrição arquivística pelas instituições custodiadoras ou mesmo a precariedade na realização da descrição arquivística dos documentos, causam problemas concretos na medida em que prejudicam o acesso remoto e o funcionamento instituições arquivísticas brasileiras de modo integrado e articulado (LLANES PADRÓN *et al*, 2015, p. 6).

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) foi criada em data posterior à Isad(G), tendo sido formulada pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), criada em 2001 pelo Conarq:

A NOBRADE (2006) estabeleceu diretrizes para o processo de descrição de qualquer documento, independentemente de seu suporte ou gênero, visando a acessibilidade e o intercâmbio das informações tanto a nível nacional quanto internacional, realizada a representação da informação em sistemas automatizados ou em sistemas manuais. A norma brasileira não é uma mera tradução das normas Isad(G), uma vez que se promoveram adaptações das normas internacionais à realidade brasileira e que foram incorporados outros campos que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes (LLANES PADRÓN, *et al*, 2015, p. 6).

Embora todas as normas do CIA tenham sido traduzidas para o português, algumas normas ainda são pouco conhecidas e abordadas na literatura nacional. Dentre as normas estabelecidas pelo CIA, a mais difundida é a Isad(G), norma internacional que deu origem a Nobrade, sendo por esse motivo nosso objeto de estudo.

4.1.2 Uma proposta de normalização em nível internacional: a Isad(G)

A Isad(G) “estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11). Ancona Lopez (2002, p. 19) reforça essa ideia ao sugerir que a norma deve ser vista mais como uma diretriz geral do que norma no sentido de sua utilização como instrumento regulador de procedimentos.

Embora tenha sido criada no âmbito do CIA, a Isad(G) é resultado de esforços da comunidade arquivística que almejam padronizar terminologias e procedimentos para a área. O processo descritivo em arquivos se assemelha aos processos da biblioteca no que diz respeito à busca pela padronização do processo de descrição (ALBUQUERQUE, 2006, p. 89).

Uma das grandes vantagens da norma é que ela propõe a padronização “da descrição arquivística a partir de uma estruturação multinível, isto é, do geral ao particular” (LOPEZ, 2002, p. 14). Reforçando essa ideia, Bellotto (2007, p. 182) afirma que do “ponto de vista da teoria arquivística, o mais importante na Isad(G) é justamente o respeito que ela permite aos princípios da proveniência e da organicidade”.

É percebido que “para que a norma pudesse ser aceita, ela precisava incorporar os critérios de descrição existentes no contexto internacional e respeitar os princípios básicos das práticas arquivísticas nacionais” (LEÃO, 20016, p. 56). A autora argumenta, ainda, que a incorporação da descrição multinível se deve a nada mais do que a institucionalização, pela Isad(G), de uma prática que era já usual, ao menos em parte.

Por outro lado, Ancona Lopez (2002, p. 15) menciona a ausência de estabelecimento de critérios e conceitos relacionados à etapa de classificação, o que pode implicar a discrepância entre essas duas etapas da descrição arquivística, característica que já havia sido apontada por Heredia Herrera (s/a, p. 13). O autor atenta para dois aspectos importantes da norma, que poderiam ser hipóteses que atuam como complicadores do seu uso:

- a) questões terminológicas relacionadas às definições de série e de tipo documental: a norma propõe o conceito de forma ao invés de série e tipo, o que implica em divergências conceituais;
  - b) ausência de uma delimitação conceitual relacionada à etapa de classificação.
- Nesse sentido, segundo Ancona Lopez, a norma teria sido elaborada de forma a enfatizar mais a manutenção do vínculo das unidades documentais ao fundo, não contemplando a identificação dos documentos uns em relação aos

outros. Para o autor, “a proveniência, como sabemos, identifica a organicidade entre os documentos e as atividades que os produziram, configurando uma relação hierárquica dentro do fundo arquivístico, a qual não é contemplada pela Isad(G)” (p. 17). De qualquer forma, Ancona Lopez realça a importância da norma, ainda que seja para considerá-la como diretriz: “É preciso, contudo, valorizar os méritos da Isad(G), a despeito dos problemas apresentados. Ela é, sem dúvida, uma primeira referência fundamental para qualquer atividade de descrição”.

Fonseca (2015, p. 115) reforça a ideia de que o contexto documental e respeito ao princípio de proveniência é fundamental no processo de descrição: “o contexto não só é fundamental para a manutenção da autenticidade aos documentos, como também é ele que permite a compreensão de maneira mais integral do acervo e de suas partes constitutivas”. Essas características, segundo o autor, colaboraram para o desenvolvimento não só da Isad(G), mas também da Nobrade.

Vale a pena mencionar que o CIA desenvolveu um *software* específico para registro de dados arquivísticos, o *Access to Memory* (ICA-AtoM). A versão 1.2 do *software* traz a possibilidade de elaborar uma descrição arquivística hierárquica com o uso da Isad(G), do *Dublin Core* e das *Canadian Rules for Archival Description* (RAD), englobando também a norma ISAAR-CPF, ISDIAH e ISDF, além do formato de metadados *Encoded Archival Description* (EAD), e *Dublin Core em XML* (DC XML) (BUSHEY, 2012). No Brasil tem-se conhecimento de sua utilização pela Casa de Oswaldo Cruz, vinculada à Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro (RJ). Outro ponto importante a ser lembrado é que o CIA nomeou um grupo de especialistas para trabalharem em modelo conceitual para a descrição arquivística, denominado *Expert Group on Archival Description* (EGAD).

Em relação a normas ISAAR-CPF, ISDIAH e ISDF, pouco conhecidas e utilizadas pelas instituições arquivísticas o CIA, entendendo que havia pouca compreensão das vantagens do uso conjugado delas realizou uma série de ações para alterar esse quadro:

A solução aventada foi a elaboração de um estudo das normas e a criação de um compêndio das quatro, harmonizando-as, eliminando disparidades e fortalecendo seus laços com vistas a demonstrar como uma descrição mais integral e integrada poderia advir do uso simultâneo das mesmas, no âmbito de um sistema de descrição. O trabalho resultou em dois documentos com esse objetivo básico: o *Relationships in archival descriptive systems* e o *Progress report for revising and harmonising ICA descriptive Standards*.¹⁷ Mas o principal resultado foi ter apontado a necessidade da elaboração de um modelo conceitual para a descrição arquivística, tarefa que não só se impunha pelas transformações que vêm ocorrendo nas

---

¹⁷ Disponíveis em: <<http://www.ica.org/10206/standards/standards-list.html>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

tecnologias de informação, como também devia ser empreendida antes de uma revisão mais radical das quatro normas (FONSECA, 2015, p. 131).

O autor conclui que tal iniciativa é válida, e sugere que, se for aliada a uma ampla divulgação nos meios profissionais, não somente por meio de artigos e conferências, mas também por meio de treinamentos, cursos e espaços onde se possa discutir o modelo, será possível construir elementos que comprovem sua validade e relevância para a área. A seguir faremos uma análise dos elementos que compõem a norma, de forma a obtermos subsídios para comparação com as normas e diretrizes escolhidas nas áreas de bibliotecas e museus.

4.1.2.1 *Escopo da Isad(G)*

Em sua introdução a norma apresenta as seguintes assertivas:

- a) a descrição tem por objetivo a identificação e explicação do “contexto e o conteúdo de documentos de arquivo”, com a finalidade de promover o acesso;
- b) o foco da norma são os documentos do arquivo permanente, embora possa ser utilizada em qualquer fase do ciclo vital dos documentos;
- c) as regras podem ser aplicadas a documentos em qualquer suporte, não abrangendo, porém, os documentos das coleções raras ou especiais.
- d) o conjunto de regras apresentada integra um processo que visa a: garantir a elaboração de descrições “consistentes, apropriadas e auto-explicativas”; promover a recuperação e o intercâmbio de informação sobre documentos arquivísticos; permitir o compartilhamento de informações de autoridade; e possibilitar a conexão de “descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação”.
- e) para atingir esses objetivos, são definidos 26 elementos, que podem ser combinados de forma a comporem a descrição de uma entidade arquivística.
- f) é ressaltada a consequência do princípio de respeito aos fundos, pois a descrição parte do geral para o particular. Esse aspecto reforça a ideia de conciliar os princípios teóricos à prática.

O apêndice da norma apresenta um modelo que mostra a hierarquia de níveis entre o arranjo de um fundo e as partes que o compõem. Outro modelo apresentado intenciona mostrar as relações entre a descrição e o produtor do documento, estabelecendo vínculos com registros de autoridades baseados na ISAAR (CPF), que permite o controle de autoridade. Os pontos de acesso são baseados nos elementos de descrição.

4.1.2.2 Níveis de descrição na *Isad(G)*

A norma recomenda a utilização da descrição multinível. Para que o fundo possa ser representado integralmente, é necessário realizar a descrição partindo do geral ao particular, evidenciando-se, assim, sua estrutura hierárquica. O exemplo da Figura 4 foi extraído do Apêndice 1 da norma e é mostrado a título ilustrativo, para demonstrar algumas possibilidades de combinação entre os elementos:

Figura 4 - Modelo dos níveis de arranjo em um fundo

Fonte: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2000, apêndice A-1).

São incluídas 4 regras básicas para a descrição multinível:

- descrição do geral para o particular: o contexto e estrutura hierárquica do fundo e suas partes devem estar representados;
- fornecer apenas informação relevante correspondente ao nível que está sendo descrito;
- explicitar a posição hierárquica da unidade de descrição, relacionando-a a unidade mais próxima;

- d) evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas.

4.1.2.3 Estrutura e elementos da Isad(G)

A unidade de descrição é definida como “documento ou conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratado como uma unidade, e que, como tal, serve de base a uma descrição particularizada” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 16). As áreas são mostradas no Quadro 9.

Quadro 9 - Isad(G) - Áreas e Elementos de Descrição

Área de Identificação	Área de Contextua- lização	Área de Conteúdo e Estrutura	Área de Condições de Acesso e Uso	Área de Fontes Relacionadas	Área de Notas	Área de Controle da Descrição
1.1 Código de referência	2.1 Nome(s) do(s) produtor (es)	3.1 Âmbito e conteúdo	4.1 Condição(ões) de acesso	5.1 Existência e localização de original(is)	6.1 Nota(s)	7.1 Nota(s) do arquivista
1.2 Título	2.2 História administra- tiva / Biografia	3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	4.2 Condição(ões) de reprodução	5.2 Existência e localização de cópia(s)		7.2 Regra(s) ou convenção(ões)
1.3 Data(s)	2.3 História arquivística	3.3 Incorpora- ção (ões)	4.3 Idioma	5.3 Unidade(s) de descrição relacionada(s)		7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)
1.4 Nível de descrição	2.4 Procedên- cia	3.4 Sistema de arranjo	4.4 Característica (s) física(s) e requisito(s) técnico(s)	5.4 Nota(s) sobre publicação		
1.5 Dimensão e suporte			4.5 Instrumento(s) de pesquisa			

Fonte: FONSECA (2015, p. 118).

As sete áreas que contêm as regras são:

- 1) Área de identificação: deve conter as informações essenciais para identificação da unidade de descrição;

- 2) Área de contextualização: deve conter informações sobre a procedência e guarda da unidade de descrição;
- 3) Área de conteúdo e estrutura: deve conter informações sobre o tema e organização da unidade de descrição;
- 4) Área de condições de acesso e de uso: deve conter informações sobre o acesso à unidade de descrição;
- 5) Área de fontes relacionadas: deve conter informações sobre outras fontes que mantém relação relevante com a unidade de descrição;
- 6) Área de notas: deve conter informações especializadas, ou informações que não podem ser descritas em nenhuma das outras áreas;
- 7) Área de controle da descrição: deve conter informações sobre a descrição (quem elaborou, data e quais instrumentos foram utilizados).

Se, por um lado, nem sempre todos os elementos indicados serão necessários à descrição, outros elementos poderiam ter sido incluídos na norma, tais como a tradição documental (estudo da forma dos documentos), e não os foram, como lembra Heredia Herrera (2000, p. 13). A autora comenta, ainda, sobre a obrigatoriedade do campo título, que teria cunho mais bibliográfico do que arquivístico. É demonstrado que os conjuntos documentais e documentos de arquivo não são providos de título, mas sim de nomes. Ainda sobre esse aspecto, é apresentado um conjunto de sugestões para as áreas da Isad(G), sendo o mais expressivo na área de identificação, onde ela sugere o agrupamento das informações sobre a Procedência e sobre o Produtor, o que aproximaria a área da estrutura apresentada pelo AACR2, conforme será visto no item 4.2.2.1.

Tendo em vista o intercâmbio internacional de registros arquivísticos, apenas cinco dos 26 elementos que integram as regras são considerados essenciais, devendo, portanto, ser sempre incluídos na descrição. Nesta pesquisa, iremos utilizar esses elementos como base comparativa aos elementos das outras normas, pois não seria possível abordarmos todos os campos.

4.1.2.4 Elementos selecionados para análise

Detalhamos abaixo os elementos essenciais da norma para fins de intercâmbio de dados, que serão analisados comparativamente com seus correspondentes nas Diretrizes do CIDOC-ICOM e no AACR2, excetuando-se o Código de Referência, que corresponde ao código que identifica a instituição detentora da descrição e foi criado justamente para identificar sua origem no caso de intercâmbio de informação em nível internacional.

Elementos de Descrição (item 3)

Área da Identificação (item 3.1)

Código de referência (item 3.1.1):

- Código do país.
- Código do órgão detentor do fundo.
- Código de “referência local, número de controle ou outro identificador único”.

Exemplo: CA OONAD R610-134-2-E (*Fundo*)

National Archives of Canada

Título (item 3.1.2)

Neste elemento, deve-se nomear a unidade de descrição. A norma prescreve as possibilidades descritas no Quadro 10.

Quadro 10 - Caracterização do título na Isad(G)

Regras	Exemplos
Descrever o título formal que é o título “que aparece proeminentemente ou explicitamente na unidade arquivística que está sendo descrita” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 16). Ele pode ser abreviado, desde que não que haja perda de informação fundamental.	<u>Nível da série</u> “Affari risoluti” (<i>Série</i>) <i>Itália, Archivio di Stato di Firenze</i> Nota: <i>Título formal.</i>
Descrever o título atribuído caso não haja título formal (de forma concisa). Neste caso deve ser incluído o nome do produtor, no nível mais alto de descrição.	<u>Nível do fundo</u> St. Anthony Turnverein organizational records (<i>Fundo</i>) <i>EUA, Minnesota Historical Society</i>

Nos níveis mais baixos de descrição, é possível acrescentar o nome do autor do documento e informações que indiquem a forma do material, ou um termo que esclareça a função, a atividade, o assunto, a localização ou o tema.	<u>Nível do item documental</u> The Boys of St. Vincent [videorecording] : 15 years later Plan of Chengtu, College University, No. 1, University Site, East of Administration Building skirting east and west road to Silk School with some breaks [cartographic material] Nesse caso o exemplo menciona a utilização das seguintes normas: <i>Rules for Archival Description</i> (RAD), Bureau of Canadian Archivists, 1990. <i>Cartographic materials : A Manual of interpretation for AACR2</i>, Anglo-American Cataloguing Committee for Cartographic Materials (Hugo L.P. Stibbe, ed.), 1982.
Títulos formais e atribuídos devem ser diferenciados.	<u>Nível do dossiê</u> Materiali di studio sulla politica estera italiana durante la prima guerra mondiale: documenti diplomatici dall' archivio di Carlo a Prato <i>(Dossî/Processo)</i> <i>Itália, Istituto Storico della Resistenza in Toscana</i> Nota: Título atribuído. “Filza 1” <i>(Dossî/Processo)</i> <i>Itália, Archivio di Stato di Firenze</i> Nota: Título formal para um dossiê/processo da série “Affari risolti” citada acima, de acordo com as regras de descrição multinível

Fonte: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2000), compilado pela autora.

Os exemplos de registros completos da Isad(G) são apresentados no apêndice e são ilustrativos da norma. Embora a norma não forneça diretrizes explicativas de forma detalhada, esses exemplos são essenciais para orientar sua aplicação.

Data(s) (3.1.3)

Pelo menos um dos tipos de data possíveis para a unidade de descrição deve ser mencionado (convenções nacionais também podem ser incluídas, embora o uso da norma ISO 8601:1988 seja recomendado), conforme explicitado no Quadro 11. Devem ser incluídas:

- a) Data de acumulação dos documentos.
- b) Data de produção dos documentos.

Quadro 11 - Caracterização da data na Isad(G)

Regras	Exemplos
É recomendado registro de uma data única ou datas-limite, conforme o caso.	1904-1960 (Fundo) Brasil, Arquivo Nacional 1923-1932, 1936-1945 (manque 1933 à 1935) (<i>Todos os níveis de descrição, de fundo a dossiê/processo</i>) <i>Direction des archives de France</i> 1943, 1959-1992 (predominant 1972-1992) (<i>Fundo</i>) <i>National Library of Australia</i>
Para o item documental é possível incluir a data de forma mais precisa.	1980 1852 March 23 1120 [copie XVIIIe] Direction des archives de France Nota: Transcrição do séc. XVIII de documento de 1120 1987 (date of creation)

Fonte: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2000), compilado pela autora.

Nível de descrição (3.1.4)

Este elemento indica a o nível da unidade de descrição.

Exemplos:

Fundo, Seção, Série, Subsérie, Dossiê/Processo, Item documental.

Dimensão e suporte (3.1.5)

Deve ser indicada a dimensão física ou lógica do documento, bem como o suporte da unidade de descrição, conforme demonstrado no Quadro 12.

Quadro 12 - Caracterização da dimensão e suporte na Isad(G)

Regras	Exemplos
Deve ser indicada a dimensão física do documento, em termos de quantidade de unidades físicas ou lógicas, indicando-se a unidade de medida e o suporte.	<u>Nível do dossiê/processo</u> 1 folder, containing 38 items <u>Nível do item</u> 1 map 1 poster on paper 1 page in- folio 198 fls.

É possível fornecer, de forma alternativa a dimensão em metros lineares ou cúbicos.	<u>Nível do fundo</u> 103,5 cubic feet (98 boxes) <u>Nível do Dossiê/processo</u> 1 folder, containing 38 items
É possível acrescentar informações adicionais à dimensão, entre parênteses.	1 videocassette (92 min.) : sd., col. ; 2 in.

Fonte: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2000), compilado pela autora.

Área de Contextualização (item 3.2)

Nome(s) do(s) produtor(es) (item 3.2.1)

É recomendado o uso da forma normalizada do nome, seja por convenções nacionais ou internacionais, seguindo os preceitos da ISAAR (CPF). As regras são demonstradas no Quadro 13.

Quadro 13 - Caracterização do nome do produtor na Isad(G)

Regras	Exemplos
Deve-se indicar o nome da entidade ou da pessoa responsável pela produção, acumulação e manutenção dos documentos pertencentes à unidade de descrição.	<u>Nível do fundo</u> Conseil national de la Résistance (1943-1944) Lucas, Helen (1931-) Johnson, Lyndon B. (Lyndon Baines) Conseil national de la Résistance (1943-1944) <u>Nível do item</u> Les Productions T 1 -Action Inc. in co-production with the National Film Board of Canada, in association with the Canadian Broadcasting Corporation (Producers). - Canada: Productions T 1 -Action, Inc.

Fonte: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2000), compilado pela autora.

Embora alguns exemplos estejam descritos seguindo outras normas para descrição, todos eles estão de acordo com a Isad(G), no que diz respeito à presença das áreas de descrição. Conforme já apontava Leão (2006, p. 51), a norma desassocia o conceito de descrição da elaboração dos instrumentos de pesquisa, que ainda continua sendo um de seus resultados, porém o enfoque agora é para a representação da informação como objetivo principal da descrição.

4.2 Descrição bibliográfica e representação descritiva

A representação dos itens de um acervo dá origem aos diversos instrumentos que possibilitam a busca e recuperação dos itens representados. Nesse processo, são englobados tanto os aspectos físicos quanto os relacionados ao conteúdo. Dentre os instrumentos de busca mais comuns nas bibliotecas está o catálogo, que pode ser definido como:

Um meio de comunicação, que veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos. O catálogo explicita, por meio das mensagens, os atributos das entidades e os relacionamentos entre elas (MEY, SILVEIRA, 2009, p. 12).

O catálogo não se resume a uma mera lista indexada de documentos onde o usuário realiza sua busca para encontrar o que deseja consultar, sendo também um mecanismo complexo no qual são reveladas as relações entre os itens, possibilitando uma busca mais ampla. Para Cutter (1891), o catálogo deve permitir a localização do livro pelo autor, título e assunto (quando conhecidos) e mostrar todos os livros disponíveis de cada autor, assunto ou tipo de literatura. A Declaração de Princípios de Catalogação (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009) prevê que o catálogo deve permitir ao usuário:

- a) Localizar: recursos bibliográficos em uma coleção; um recurso específico; conjuntos de recursos que representem:
  - i. “todos os recursos que pertencem à mesma obra;
  - ii. todos os recursos que representam a mesma expressão;
  - iii. todos os recursos que exemplificam a mesma manifestação;
  - iv. todos os recursos associados a determinada pessoa, família ou coletividade (entidade);
  - v. todos os recursos sobre um determinado assunto;
  - vi. todos os recursos definidos por outros critérios (língua, lugar de publicação, data de publicação, tipo de conteúdo, tipo de suporte, etc.), normalmente como uma delimitação secundária de um resultado de pesquisa”.
- b) Identificar um recurso bibliográfico, confirmando que este corresponde ao item procurado.

- c) Selecionar um recurso bibliográfico de acordo com suas necessidades.
- d) Adquirir ou acessar o item descrito.
- e) O catálogo deve deixar as relações entre os dados bibliográficos e os dados de autoridade para que a navegação entre eles seja facilitada.

Para Mey e Silveira (2009, p. 7), “a catalogação, ou representação bibliográfica, consiste em um conjunto de informações que simbolizam um registro do conhecimento”. É ressaltada a importância desse registro, que pode estar vinculado a um item físico, presente no acervo, ou não. As autoras propõem uma definição para a catalogação que não se restringe a uma tarefa técnica associada à elaboração de catálogos, mas que inclui um processo de reunir os registros do conhecimento, caracterizando-os e individualizando-os em relação aos demais, além de promover agrupamentos por semelhanças, constituindo, assim, um sistema de informação onde o relacionamento entre registros propicia escolhas múltiplas para os usuários, pois os registros são considerados mensagens elaboradas a partir do estudo do registro do conhecimento. A catalogação se define, então, em três elementos: “descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização” (p. 94), que abarcariam duas fases da catalogação, sendo a primeira a responsável pela particularização dos itens, respeitando-se suas diferenças, e a segunda a reunião dos itens pelo que eles têm em comum, conforme pode ser visualizado na Figura 5.

Figura 5 - Fases da catalogação

Fonte: Mey e Silveira (2009, p. 94). Compilado pela autora.

Corroborando essas afirmações, Ortega (2009a, p. 57) afirma que a descrição bibliográfica tem o intuito de realizar uma “descrição do documento que permita individualizá-lo, diferenciando-o de outros”. Em outras palavras, trata-se da descrição física do documento, que evidencia as características que permitem sua identificação.

A autora atenta para o uso por parte de alguns autores que tratam os termos *catalogação*, *descrição bibliográfica* e *representação descritiva* como equivalentes, sendo que, para ela, a descrição faz parte da catalogação e a representação é adotada “com o objetivo de explicitar a amplitude de sistemas de informação em que se dão os processos, para além das bibliotecas como no caso do primeiro, embora não inclua os pontos de acesso de assunto”. Nesse âmbito, ela cita a vertente norte-americana onde a catalogação contemplaria a elaboração e gestão do catálogo em sua totalidade (2009b, p. 53).

Para Tolentino e Ortega (2016, p. 14), a “descrição é uma técnica utilizada para representar documentos, produzindo uma mensagem por meio dos elementos que identificam o objeto, motivo pelo qual parte inicialmente do conhecimento que se tem do objeto”. Lehnus (1971) utilizou o termo “catalogação descritiva”, que tinha como objetivo “estabelecer normas capazes de permitir a descrição uniforme das publicações”, o que implica diferenciar uma publicação de outra. Sintetizamos abaixo algumas questões que deveriam pautar as discussões sobre representação descritiva:

- a) Condicionantes tecnológicos: o amplo uso dos recursos propiciados pelas inovações tecnológicas deixou as discussões sobre os princípios da catalogação em segundo plano.
- b) Regras internacionais: os esforços de internacionalização de regras não consideraram a diversidade de contexto de necessidade de informação.

Um das críticas com relação ao estado atual da representação descritiva é que ela tenderia a se desenvolver de forma mais empírica, levando em consideração mais seus instrumentos como o AACR2 e ISBD, por exemplo, do que seus princípios, o que contribuiu para a evolução mais lenta do seu campo conceitual, considerado frágil (ORTEGA, 2009b, p. 60).

A autora afirma, ainda, que esse cenário no qual as discussões sobre os Princípios de Catalogação (1961) não eram recorrentes começou a se modificar a partir dos anos 1990, mais especificamente em 1998, quando foi criado o grupo responsável pela criação do modelo *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), desenvolvido pela IFLA. Ressaltando essa crença, Araújo (2014) afirma que os modelos de entidade relacionamento desenvolvidos nos últimos anos, constituem em um avanço no campo da descrição. Trata-se

de modelos conceituais direcionados à recuperação e acesso e relacionamento entre dados. Conforme afirma Silva (2012):

O FRBR define-se em relação às tarefas realizadas pelos usuários quando pesquisam e dão uso aos catálogos. Estas tarefas descendem dos objetivos de Cutter. Por exemplo, “encontrar um livro do qual o autor é conhecido” torna-se “encontrar todas as manifestações que incorporam as obras sobre a qual uma determinada pessoa física ou jurídica seja responsável”, e “encontrar uma manifestação particular quando o nome do responsável pela obra (pessoa e/ou entidade jurídica), incorporado na manifestação é conhecido”.

É notória a ênfase dada à maneira pela qual o usuário interage com o catálogo e a preocupação com as formas pelas quais as buscas são realizadas. O autor revisita a obra de Charles Ammi Cutter, citado acima, o qual teria sido o precursor de algumas das ideias incorporadas pelo FRBR, ressaltadas, porém, algumas diferenças, pois algumas das tarefas de usuários propostas pelo modelo conceitual da IFLA são mais amplas.

Nos últimos anos, a representação descritiva tem aprimorado suas metodologias por meio do estudo de normas que visam a conduzir a um processo descritivo mais flexível e abrangente, como é o caso do *Resource Description and Access* (RDA). Trata-se de norma construída para substituir a AACR2, tendo como principais diferenciais o fato de ter sido desenvolvida para utilização no universo digital, além de ter suas bases em uma estrutura teórica, embora ainda mantenha forte ligação com o código que a sucedeu. Um dos pressupostos da RDA está justamente na sua harmonização com os modelos conceituais FRBR e FRAD. Embora o novo padrão tenha sido lançado em 2010 e já tenha sido traduzido para o finlandês, francês, alemão e espanhol, ainda não há nenhuma edição traduzida para a língua portuguesa, portanto, ainda não é possível observar o nível de sua aderência nos países lusófonos. Dessa forma, para esta pesquisa, elegemos o estudo do AACR2, que tem seu uso consolidado no Brasil.

4.2.1 A normalização bibliográfica internacional

Sem a pretensão de traçar um panorama histórico sobre o tema, apontamos alguns marcos na evolução da padronização da descrição bibliográfica, com o intuito de explanar alguns conceitos definidos para a área. O interesse pela normalização e elaboração de regras de catalogação não é evidenciado no início da história da catalogação, sendo alguns indícios demonstrados apenas no século XVII. Antes disso, as regras, elaboradas, sobretudo, por livreiros e bibliógrafos, visavam à criação de catálogos e bibliografias que organizassem suas

coleções (BARBOSA, 1978, p. 23). A autora afirma que foi somente com a obra *Rules for a Dictionary Catalog*, de Charles Ami Cutter, publicado no século XIX, que a relevância dos catálogos de biblioteca estruturados foi evidenciada.

Em língua portuguesa, houve algumas iniciativas que recomendavam a criação de um código para os países lusófonos. Mey e Silveira (2005, p. 75) elencam alguns trabalhos realizados:

Podem-se citar: Duarte Ribeiro (1935), Associação Paulista de Bibliotecários (1941), Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP, 1943), Maria Luísa Monteiro da Cunha (1946 e, novamente, 1963), primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, como recomendação (1954), Felisbela Carvalho (1961) e Mário Costa (1963).

Segundo Barbosa (1978), são três os períodos que marcam a história da normalização das regras catalográficas, conforme demonstrado no Quadro 14:

Quadro 14 - Marcos históricos da normalização bibliográfica

1) DE PANIZZI À CONFERÊNCIA DE PARIS (PERÍODO TRADICIONAL, 1841-1961)

1850 - Surgimento do Código de Munique.

1876 - Charles Cutter publica suas regras para um catálogo dicionário, criando conceitos que influenciaram fortemente a Declaração dos Princípios de Catalogação da IFLA.

1895 - Criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) por Paul Otlet e Henri La Fontaine

1899 - Publicação das Instruções Prussianas.

1901 - *Library of Congress* passa a vender as fichas já impressas, contribuindo para uma massiva padronização da catalogação.

1908 - Primeira edição do Código da *American Library Association* (ALA) sob o título *Cataloguing rules: author and title entries*.

1920 - Lançamento do Código da Vaticana.

1927 - Fundação da IFLA.

1949 - Publicação da segunda edição do Código da ALA, em dois volumes separados e independentes: *ALA cataloging rules for author and title entries* e *Rules for descriptive cataloging in the LC*. Esta edição abrangeu críticas e sugestões submetidas à edição preliminar da segunda versão, lançada em 1941.

1954 - Criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) no Brasil.

2) DA CONFERÊNCIA DE PARIS A RIEC (PERÍODO PRÉ-MECANIZADO, 1961-1969)

1961 - Realização da Conferência de Paris.

Em 1954, o Conselho Geral da FIAB (atual IFLA) estabeleceu um grupo de trabalho com participantes de diversos países que elaborou um relatório sobre os princípios que deveriam ser observados no processo de catalogação. Os trabalhos do grupo motivaram a organização da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, que teve como objetivo mais importante a padronização de regras para elaboração de entradas principais.

1965 - Lançamento do Projeto *Machine Readable Cataloging* (MARC) da LC.

1967 - Lançamento da *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR) - Revisão da edição de 1949 do Código da ALA, com modificações substanciais em relação a ela.

1969 - Publicação em português do Código de Catalogação Anglo-Americana - AACR.

3) DA RIEC AO CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL (CBU) (PERÍODO MECANIZADO, 1969 EM DIANTE)

1969 - Realização da Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC) em Copenhague, com a participação de catalogadores oriundos de 32 países, com objetivo primordial de promover uma padronização em nível internacional para possibilitar a catalogação compartilhada.

1971 - Publicação da ISBD (M), desenvolvida pelo grupo de trabalho para estudar a ISBD (M).

1975 - Transformação do IBBD no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

1983/1985 - Tradução da segunda edição do AACR para português - AACR2.

1988 - Edição revista do AACR2.

1990 - Realização do Seminário sobre Registros Bibliográficos (Estocolmo). Realizado pelo programa *The IFLA Universal Bibliographic Control and International MARC Core Activity* (UBCIM).

1997 - Aprovação dos FRBR pelo Comitê de Catalogação da IFLA.

2004 - Publicação da edição revista da AACR2 (2002) para o português.

2004 - Início do processo de revisão do AACR2, que resultaria no AACR3, atual RDA, harmonizado com o FRBR.

FONTE: BARBOSA (1975); MEY e SILVEIRA (2009); BOEUF (2005). Compilado pela autora.

Dentre os fatos mencionados, vale destacar que a Conferência de Paris contou com a participação de representantes de 53 países e também de 12 instituições internacionais, reunidos em torno do propósito de atingirem um consenso em torno de alguns pontos muito discutidos e criticados anteriormente, como a questão dos cabeçalhos para nomes pessoais e títulos uniformes (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 78). Outros frutos da Conferência estão na ênfase dada ao respeito às peculiaridades de cada idioma. A intenção de internacionalizar já era evidente, embora naquele momento os Princípios não fossem entendidos como de uso internacional, pois cada país deveria ser responsável por adequá-lo à suas necessidades (BARBOSA, 1975, p. 42). Em 2009, foi publicada a Declaração de Princípios Internacionais

de Catalogação da IFLA, que se propõe a ser uma ampliação que substitui os “Princípios de Paris”, aprovados pela comunidade bibliotecária em 1961:

O seu propósito de servir como base, para uma normalização internacional na catalogação foi, incontestavelmente, alcançado: muitos dos códigos de catalogação que foram desenvolvidos em todo o mundo, desde tal data, seguiram estritamente os Princípios ou, pelo menos, fizeram-no de uma forma expressiva (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009, p. 1).

Uma das motivações para tal publicação reside, principalmente, na necessidade de inclusão de tópicos que pudessem abranger a publicação dos catálogos *on line*, além de focar as necessidades dos usuários desses catálogos. Foram incluídas a definição e os objetivos dos catálogos, além de preceitos a serem incluídos nos códigos internacionais de catalogação que pudessem ser norteadores para garantir a eficácia das atividades de pesquisa e recuperação — e é válido mencionar que um dos objetivos da Declaração é facilitar “o intercâmbio internacional de dados bibliográficos e de autoridade”. Outra proposta relevante é que as diretrizes da Declaração são direcionadas à aplicação em “bibliotecas, arquivos, museus e outras comunidades”, além de abrangerem os modelos conceituais do campo bibliográfico, como o FRBR.

A RIEC, realizada em 1969, contou com a participação de Michael Gorman, que apresentou um trabalho resultante de estudo comparativo de oito bibliografias nacionais, que concluía que as diferenças não eram tão significativas. Na ocasião, foi originado um Grupo de Trabalho para estudar a viabilidade de utilização de uma linguagem comum para a descrição bibliográfica utilizada na catalogação e na elaboração das bibliografias nacionais (BARBOSA, 1975, p. 175). Citamos alguns resultados da RIEC:

Esta reunião produziu uma resolução que propôs a criação de normas para regularizar a descrição bibliográfica na sua forma e conteúdo. Como resultado, a Comissão de Catalogação determinou que o seu o trabalho prioritário seria providenciar os meios para incrementar consideravelmente a partilha e troca de dados bibliográficos (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES, 2005, p. 3).

Desse trabalho, surgiu a primeira edição preliminar da norma Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada das Publicações Monográficas - ISBD (M), publicada em 1971. Seu objetivo principal é “fornecer uma estrutura internacionalmente aceita para a representação da informação descritiva no registro bibliográfico” (BARBOSA, 1975, p. 178). A ela outras se seguiram, como é o caso da norma intitulada *General*

International Standard Bibliographic Description (ISBD-G), publicada primeiramente em 1975 e destinada à aplicação nos diversos tipos de materiais existentes na Biblioteca. A ISBD-G foi adotada como norma básica do programa de Controle Bibliográfico Universal (CBU). O programa foi criado pela UNESCO, sob responsabilidade da IFLA, e tinha como conceito principal favorecer a cooperação bibliográfica (MEY, SILVEIRA, 2005, p. 76).

A edição consolidada da ISBD, publicada em sua versão preliminar em 2007, e versão definitiva em 2011, engloba as normas específicas publicadas anteriormente. Também houve a preocupação em deixar clara a relação entre as ISBD e o modelo FRBR (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2011). O Quadro 15 demonstra a evolução e especificação de cada ISBD.

Quadro 15 - Quadro cronológico de criação das ISBD

Ano de publicação	Descrição	Abrangência
1971	ISBD (M): <i>International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications</i>	Monografias
1974	ISBD (S): <i>International Standard Bibliographic Description for Serials</i> transformada em ISBD (CR): <i>International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources</i> em 2002	Publicações seriadas
1977	ISBD (CM): <i>International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials</i>	Mapas e material cartográfico
1977	ISBD (NBM): <i>International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials</i>	Todo material, exceto livros
1977	ISBD (G): <i>General International Standard Bibliographic Description</i>	Qualquer tipo de material existente em bibliotecas
1980	ISBD (A): <i>International Standard Bibliographic Description for Antiquarian</i> ISBD (PM): <i>International Standard Bibliographic Description for Printed Music</i>	Obras raras Partituras
1990	ISBD (CF): <i>International Standard Bibliographic Description for Computer Files</i> transformada na norma ISBD (ER): <i>International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources</i> em 1997	Arquivos de computador

Fonte: IFLA, 2011. Compilado pela autora.

A ISBD se configurou em importante passo em direção à padronização da descrição bibliográfica, e a versão consolidada inclui em seu escopo a melhoria da portabilidade de dados bibliográficos no ambiente da *web* semântica e à interoperabilidade da ISBD com outros padrões de conteúdo. A própria atualização da norma revela a preocupação da IFLA em manter atualizados os princípios que nortearam sua criação. Conforme afirmou Silva (2016, p. 164), as normas ISBD são resultantes de estudos que envolveram diversos

grupos de trabalho criados especialmente para avaliar cada norma e tiveram como produto final a ISBD consolidada, que “exemplifica o esforço de décadas no aprimoramento dos instrumentos descritivos para o controle e intercâmbio mundial dos registros bibliográficos”.

A estrutura geral da ISBD (G) foi incorporada pelo AACR2, graças um acordo entre a IFLA e a Comissão Conjunta para Revisão do Código (CÓDIGO, 2004, p. 1-1). Apesar de sua relevância, nesta pesquisa, não iremos detalhar os elementos que compõem a ISBD, uma vez que seus preceitos foram incorporados pelo código AACR2, que será analisado a seguir.

Segundo Tolentino e Ortega (2016, p. 5), o processo de descrição bibliográfica necessita de elaboração de fundamentos de cunho mais intelectual para que a norma deixe de ser considerada o principal elemento para sua compreensão. Os autores afirmam que a corrente anglo-americana apresentada neste capítulo priorizou a descrição a partir do “ponto de vista dos processos efetuados em bibliotecas”. Nesse contexto, é citada, ainda, a corrente europeia que trata a descrição bibliográfica de maneira mais abrangente, incluindo a representação temática no processo.

4.2.2 AACR2: o Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição

Conforme demonstrado anteriormente, o AACR2 é fruto de trabalho de diversas discussões e contribuições realizadas pela comunidade bibliotecária ao longo das últimas décadas, que, em busca de uma proposta de normalização internacional da descrição bibliográfica, reuniram esforços em torno de um padrão que pudesse ser utilizado em diversos países.

O Quadro 16, baseado em informações fornecidas pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA* e em informações mencionadas por Mey e Silveira (2009), traz a evolução do Código desde a publicação do Código da ALA em 1949. Nele é possível notar que as revisões foram um processo contínuo nos quase 30 anos de existência do AACR2. Barbosa (1978) deixa clara a importância que o relatório de Lubetzky, o qual, elaborado na perspectiva de que uma nova edição do Código da ALA não seria suficiente para abarcar suas sugestões, que aliadas aos preceitos dos Princípios de Paris, traziam mudanças tão radicais que um novo código seria necessário (BARBOSA, 1978). Nesse contexto, surgem as *Anglo-American Cataloging Rules*, em 1967, publicadas em dois volumes, sendo um para uso nos Estados Unidos e outro na Grã-Bretanha. Essa divisão teria sido realizada para acomodar

divergências quanto às regras de entidades, o que já denota algumas das dificuldades de conciliação dos códigos, ainda que na mesma língua.

A segunda edição, publicada em 1978, denominada AACR2, foi planejada com o intuito principal de harmonizar as duas versões (britânica e norte-americana), além de incorporar a estrutura da ISBD(M), sem que grandes modificações fossem realizadas. Porém, as transformações foram muito mais radicais do que o esperado, tornando o resultado muito distante da primeira edição, sendo o nome AACR2 atribuído de forma política, apenas para que fosse mantida a ideia de continuidade entre uma versão e outra (GORMAN, 2003, p. 23). Para ele, as diferenças residem, por exemplo, no fato do AACR2 ser o primeiro código a abordar todos os suportes, tanto na descrição quanto nos pontos de acesso. Segundo Mey e Silveira (2009, p. 145), o “ponto de acesso é um nome, termo, título ou expressão, pelo qual o usuário pode procurar e encontrar, ou acessar, a representação bibliográfica de um recurso, ou o próprio recurso eletrônico de acesso remoto”. Esse também seria outro fator de distinção, pois pela primeira vez a descrição e os pontos de acesso são tratados distintamente. Ortega (2009b, p. 171) aponta para uma das principais limitações da AACR2, que, na verdade, é contrária aos Princípios de Catalogação. Trata-se da recomendação para citação apenas do nome do primeiro autor, no caso de obra com mais de três autores, sendo que os Princípios asseguram uma flexibilidade nesse sentido, pois essa escolha era do catalogador que presume-se levaria em conta as necessidades dos usuários e permitiria a recuperação da informação por todos os autores mencionados, independentemente da ordem em que aparecessem. Essa supressão, sem dúvida, prejudica a recuperação do item catalogado, a tal ponto que foi alterada na RDA. Outro ponto apresentado é o desconhecimento mútuo entre os grupos que estudam o processo descritivo em bibliotecas, arquivos e museus têm a respeito dos processos alheios. Dessa forma, as reflexões sobre o AACR2 só podem ser entendidas “a partir da análise de sua constituição histórica e conceitual” (p. 180). Outro fator apontado pela autora diz respeito às regras não considerarem possíveis interpretações por parte do catalogador.

Quadro 16 - Evolução do AACR2

Fonte: <http://www.rda-jsc.org/archivedsite/history.html>; MEY e SILVEIRA (2005).
 Compilado pela autora.

O AACR2 não é um modelo de metadados, pois suas regras são claramente direcionadas à confecção de catálogos impressos. Por isso, inclui detalhes como pontuação, ordenação dos dados bibliográficos prescritos pela ISBD, embora tenha sua aplicação totalmente adaptada ao formato MARC21, tópico não abordado nesta pesquisa. Vale lembrar que o código foi construído a partir de preceitos oriundos de discussões que tiveram início em fins do século XIX. O desenvolvimento da RDA não foi baseado no AACR2 por acaso. Segundo Oliver (2011, p. 47), o Código foi traduzido para 25 idiomas e foi adotado de forma ampla e, como consequência, houve uma maior “coerência no registro de dados bibliográficos”, o que fomentou a catalogação cooperativa. Desse modo, muitas das instruções da RDA são derivadas do AACR2.

Embora o AACR2 tenha sido concebido para catalogar uma ampla gama de material, sua aplicação tem sido majoritariamente conhecida em acervos bibliográficos. Um dos padrões desenvolvidos especialmente para descrição de objetos culturais é o *Cataloging Cultural Objects* (CCO), desenvolvido sob os auspícios da *Visual Resources Association Foundation* (VRA), com apoio do *Getty Research Institute*, e tem sido utilizado principalmente nos Estados Unidos. Whiteside (2005, p. 17) afirma que o CCO fornece orientação para descrição de diversos tipos de obras culturais, incluindo obras arquitetônicas, pinturas, manuscritos, gravuras, dentre outros. Trata-se, porém, de padrão pouco estudado no Brasil, não sendo, portanto, abordado nesta pesquisa.

4.2.2.1 Estrutura e elementos do AACR2

O AACR2 está estruturado em duas partes, as quais estão subdivididas em capítulos, conforme descrito no Quadro 17.

Quadro 17 - Estrutura do AACR2

PARTE 1 - DESCRIÇÃO	PARTE 2 - PONTOS DE ACESSO, TÍTULOS UNIFORMES, REMISSIVAS
1 - Regras Gerais de Descrição 2 - Livros, Folhetos e Folhas Impressas 3 - Materiais Cartográficos 4 - Manuscritos 5 - Música 6 - Gravações de Som 7 - Filmes Cinematográficos e Gravações de Vídeos 8 - Materiais Gráficos 9 - Recursos Eletrônicos 10 - Artefatos Tridimensionais e Realia 11 - Microformas 12 - Recursos Contínuos 13 - Análise	21 - Escolha dos Pontos de Acesso 22 - Cabeçalhos para Pessoas 23 - Nomes Geográficos 24 - Cabeçalhos para Entidades 25 - Títulos Uniformes 26 - Remissivas
APÊNDICES (trazem elementos de aplicação geral) A Maiúsculas e Minúsculas A-1 B Abreviaturas B-1 C Numerais C-1 D Glossário D-1 E Artigos Iniciais E-1 F Apêndice à Tradução Brasileira	

Fonte: CÓDIGO (2002). Compilado pela autora.

A introdução da Parte I esclarece seus objetivos: apresenta instruções para descrições de todo tipo de material presente nas bibliotecas. Porém, para que essa descrição seja completa, é necessário acrescentar os pontos de acesso, descritos na Parte II do Código. Cada capítulo do AACR2 é dedicado a uma tipologia de material e está subdividido em áreas e regras de aplicação. Essas regras são partes do geral para o específico. Os capítulos têm as regras numeradas de acordo com uma estrutura mnemônica, ou seja, a regra 1.4C aborda o lugar de publicação para todo tipo de material; já a regra 2.4C trata do local de publicação apenas para publicações impressas e, assim, sucessivamente.

Nesta pesquisa, faz-se estudo do capítulo 1 - Regras Gerais de Descrição, por tratar-se de regras aplicáveis a todos os tipos de documento presentes em bibliotecas, centros de documentação e memória e instituições culturais, incluindo arquivos e museus. A norma apresenta a possibilidade de utilizar o capítulo 1 em conjunto com os capítulos dedicados às tipologias específicas de material, conforme a necessidade. Baseados no Código (2002), descrevemos sua estrutura no Quadro 18.

Quadro 18 - Estrutura do capítulo 1 - Regras Gerais para Descrição do AACR2

ÁREAS	ELEMENTOS
1.0 REGRAS GERAIS	1.0A Fontes de informação 1.0B Organização da descrição 1.0C Pontuação 1.0D Níveis de detalhamento na descrição 1.0E Língua e alfabeto da descrição 1.0F Incorreções 1.0G Acentos e outros sinais diacríticos 1.0H Itens com várias fontes principais de informação
1.1 ÁREA DO TÍTULO E INDICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	1.1A Regra preliminar 1.1B Título principal 1.1C Designação geral do material 1.1D Títulos equivalentes 1.1E Outras informações sobre o título 1.1F Indicação de responsabilidade 1.1G Itens sem título coletivo
1.2 ÁREA DA EDIÇÃO	1.2A Regra preliminar 1.2B Informação de edição 1.2C Indicações de responsabilidade relativas à edição 1.2D Indicação relativa à revisão mencionada de uma edição 1.2E Indicações de responsabilidade relativas à revisão mencionada de uma edição
1.3 ÁREA DOS DETALHES ESPECÍFICOS DO MATERIAL (OU DO TIPO DE PUBLICAÇÃO)	Área utilizada para descrição de materiais cartográficos, música, recursos eletrônicos, publicações seriadas e em certos casos, para microformas.
1.4 ÁREA DA PUBLICAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO ETC.	1.4A Regra preliminar 1.4B Regra geral 1.4C Lugar de publicação, distribuição etc. 1.4D Nome do editor, distribuidor, etc. 1.4E Indicação da função de editor, distribuidor etc. 1.4F Data da publicação, distribuição, etc. 1.4G Lugar de fabricação, nome do fabricante, data de fabricação.
1.5 ÁREA DA DESCRIÇÃO FÍSICA	1.5A Regra preliminar 1.5B Extensão do item (incluindo designação específica do material) 1.5C Outros detalhes físicos 1.5D Dimensões 1.5E Material adicional
1.6 ÁREA DA SÉRIE	1.6A Regra preliminar 1.6B Título principal da série 1.6C Títulos equivalentes da série 1.6D Outras informações sobre o título da série 1.6E Indicações de responsabilidade relativas à série 1.6F ISSN da série 1.6G Numeração dentro da série 1.6H Subsérie 1.6J Mais de uma indicação de série

1.7 ÁREA DAS NOTAS	1.7A Regra preliminar 1.7B Notas
1.8 ÁREA DO NÚMERO NORMALIZADO E MODALIDADES DE AQUISIÇÃO	1.8A Regra preliminar 1.8B Número normalizado 1.8C Título-chave 1.8D Modalidades de aquisição 1.8E Qualificação
1.9 ITENS SUPLEMENTARES	Menção a itens suplementares que serão descritos separadamente.
1.10 ITENS CONSTITUÍDOS DE VÁRIOS TIPOS DE MATERIAL	Menção a itens constituídos por dois ou mais componentes, sendo um deles de tipologias diversas.
1.11 FAC-SÍMILES, FOTOCÓPIAS E OUTRAS REPRODUÇÕES	Regras específicas para esse tipo de material.

Fonte: Compilado pela autora.

Conforme aponta Mey e Silveira (2009, p.106), o capítulo 1 corresponde à ISBD(G). Porém, as regras são direcionadas apenas ao preenchimento dos campos, ou seja, o código não traz explicações ou definições sobre o que é o conceito do campo, ou, quando há explicações, elas são não claras o suficiente para que o catalogador compreenda a natureza do campo. Seria imprescindível a inclusão de definições para os significados dos campos, para que sua função no registro correspondente à descrição seja compreendida (ORTEGA, 2009b, p. 173).

A introdução da Parte I do código informa que, no capítulo 1, são apresentadas as “regras básicas para a descrição de todos os materiais de biblioteca” (CÓDIGO, 2004). As regras específicas utilizadas segundo o tipo de material a ser descrito são distribuídas entre os capítulos 2 e 10. Na introdução da Parte 1, são apresentados os Métodos de Procedimento, que orientam em relação ao que deve ser descrito; as Opções e Omissões, que explicitam certas diferenças e impossibilidade de aplicação da ISBD(G) em todas as tipologias de material, além de esclarecer que os campos *notas* da Parte I são opcionais.

4.2.2.3 Elementos selecionados para análise

Conforme dito anteriormente, o capítulo 1 da Parte I traz regras basilares para o processo de descrição de todos os materiais abordados nos capítulos seguintes do Código. Sendo assim, os elementos analisados neste trabalho serão extraídos desse capítulo. Essa escolha é feita para que os campos desse Código possam ser comparados aos campos das outras normas (Isad-G e Diretrizes do CIDOC-ICOM), pois, de outro modo, não seria

possível realizar a confrontação de campos. Detalharemos a seguir os elementos selecionados para análise.

1.0 Regras gerais

Como o nome já diz, são apresentadas nessa parte as regras gerais, aplicáveis à descrição como um todo. As instruções dadas são: 1.0A - identificação das fontes de informação (local de onde as informações descritas serão retiradas tais como colofão, página de rosto, capa, caixa, suporte); 1.0B - apresenta a organização da descrição (divisão em áreas); 1.0C - Pontuação - o código é direcionado à elaboração de fichas impressas; estas diretrizes são essenciais para a representação das informações.

Nesta pesquisa abordamos apenas o item 1.0D - Níveis de descrição, por ser o mais próximo à abordagem arquivística da descrição em níveis, não apresentando, porém, o mesmo conceito, como será demonstrado.

1.0D - Níveis de detalhamento na descrição

Os níveis de descrição da AACR2 apresentam os níveis de catalogação possíveis e determinam os elementos mínimos que devem estar presentes em cada um deles. A escolha do nível de descrição “deve ser baseada no objetivo do catálogo para os quais a entrada é elaborada” (CÓDIGO, 2002, p. 1-4). São três os níveis possíveis, conforme descrito no Quadro 19:

Quadro 19 - Níveis de detalhamento na descrição do AACR2

Primeiro nível	Título principal / primeira indicação de responsabilidade, se diferir do cabeçalho da entrada principal em forma ou número, ou se não houver cabeçalho de entrada principal. - Indicação de edição. - Detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação). - Primeiro editor etc., data de publicação etc. - Extensão do item. - Nota(s). - Número normalizado.
Segundo nível	Título [designação geral do material] = Título equivalente: outras informações sobre o título / primeira indicação de responsabilidade; cada uma das indicações subsequente de responsabilidade. - Indicação de edição / primeira indicação de responsabilidade relativa à edição. - Detalhes específicos do material (ou tipo de publicação). - Primeiro lugar de publicação <i>etc.</i> , primeiro editor <i>etc.</i> , data de publicação <i>etc.</i> - Extensão do item: outros detalhes físicos: dimensões. - (Título principal da série / indicação de responsabilidade relativa à série, ISSN da série; numeração dentro da série. Título da subsérie, ISSN da subsérie; numeração dentro da subsérie). - Nota(s). - Número normalizado.
Terceiro nível	Para o terceiro nível de descrição inclua todos os elementos especificados nas regras seguintes, aplicáveis ao item que está sendo descrito.

Fonte: CÓDIGO (2002, p. 1-4).

Os outros tópicos desse capítulo são: 1.0E - Língua e alfabeto da descrição; 1.0F - Incorreções — recomendação de uso da expressão *sic* para indicar grafias erradas; 1.0G - Acentos e outros sinais diacríticos; e 1.0H - Itens com várias fontes principais de informação. Esses tópicos não serão abordados nesta pesquisa.

1.1 Área do Título e Indicação de Responsabilidade

Cabe esclarecer que essa área não será abordada na íntegra, tendo em vista que apresenta um nível de detalhamento que não é essencial para nossa investigação. Dessa forma, descrevemos abaixo os tópicos pertinentes ao interesse do estudo.

1.1A Regra preliminar

Esta regra fornece as orientações para a pontuação, que determinam as divisões das áreas da ficha catalográfica e fontes de informação para coleta dos dados das tipologias documentais.

1.1B Título principal

Este elemento é definido como o “nome principal de um item, incluindo qualquer título alternativo, mas excluindo títulos equivalentes e outras informações sobre o título” (CÓDIGO, 2002, Apêndice D5). Deve ser transcrito do modo pelo qual é mostrado na fonte principal de informação, respeitando-se a redação, ordem e grafia, conforme pode ser visto nos exemplos do Quadro 20. A pontuação, porém, e uso de maiúsculas são regidas por outras recomendações, incluídas no Apêndice.

Quadro 20 - Regras para o título principal

Regra	Exemplo
Acréscimo opcional - Designação Geral do Material (DGM)	<i>British masters of the albúmen print</i> [microforma]
Incluir títulos alternativos	Marcel Marceau, ou, L'art Du mime
Substituir sinais de reticências ou colchetes por travessão e parênteses, respectivamente.	<i>If elected-</i> (a fonte de informação traz: If elected...)
Símbolos que não podem ser reproduzidos tipograficamente devem ser substituídos por uma descrição elaborada pelo catalogador, entre colchetes.	<i>Tables of the error function and its derivative</i> , [reprodução das equações das funções]
Um título principal extenso pode ser abreviado, desde que não haja perda de informação fundamental. Indicar omissões com o uso de reticências.	Não é apresentado nenhum exemplo.
Se o título não estiver na fonte principal de informação, ele deve ser extraído de outras partes, ou se não houver, o catalogador deve redigir um título resumido, entre colchetes.	[<i>Carte de La lune</i>]/ [Fotografia de Theodore Roosevelt].
Se houver indicação tanto de título coletivo quanto de títulos de obras individuais, o título principal deve ser preenchido com o título coletivo e os demais devem ser incluídos na área de notas.	<i>Six Renoir drawings</i> Nota: Conteúdo: <i>La danse à La campagne - Les deux baigneuses - Pierre Renoir - Enfants jouant à La balle - Baigneuse assise - Étude d'une enfant.</i>

Fonte: CÓDIGO (2002). Compilado pela autora.

As regras, em sua maior parte, são acompanhadas de exemplos baseados no contexto anglo-saxão. Os títulos podem ser transcritos seguindo uma flexibilidade que depende de escolhas do catalogador para redigir, suprimir ou descrever o título.

1.1D Títulos equivalentes

Este elemento corresponde ao título principal mencionado em outra língua ou alfabeto. Suas regras são descritas no Quadro 21.

Quadro 21 - Regras para os títulos equivalentes

Regra	Exemplo
Os títulos equivalentes devem ser indicados na ordem em que aparecem na fonte principal de informação, após a indicação de DGM.	Einguhung in die Blutmorphologie [DGM] = Introduction to the morphology of blood
Na descrição em terceiro nível todos os títulos equivalentes devem ser incluídos.	Einguhung in die Blutmorphologie [DGM] = Introduction to the morphology of blood = Введення в морфології крові.
Pode ser realizada a transcrição do título original em língua diferente daquela original (se o título estiver na mesma língua deve ser descrito no elemento Outras Informações sobre o Título)	Twenty Love poems and a song of despair [DGM] = 20 poemas de amor y una canción desesperada

Fonte: CÓDIGO (2002). Compilado pela autora.

As regras apresentam certa complexidade no que diz respeito à escolha da inclusão dos títulos. Por exemplo, se a descrição for realizada em segundo nível, deve-se incluir apenas o primeiro título equivalente que é mostrado e o título equivalente em português, desde que o título principal não esteja em alfabeto latino; ou se o primeiro título equivalente estiver em alfabeto não latino e desde que não haja nenhum título em português. Embora sejam inúmeras as opções, a regra traz detalhes em excesso, mas não esclarece sua função.

1.1E Outras informações sobre o título

Neste elemento, deverão ser transcritas todas as outras informações sobre o título, como o subtítulo, desde que constem na fonte principal de informação, conforme demonstrado no Quadro 22.

Quadro 22 - Regras para outras informações sobre o título

Regra	Exemplo
As informações devem ser incluídas seguindo a sequência em que aparecem, ou de acordo com o layout da obra	Edgar Wallace [DGM] : the man who made his name Distribution of the principal kinds of soil [DGM] : orders, suborders, and great groups : National Soil Survey classification of 1967
Podem ser acrescentadas informações para auxiliar a identificação da obra, na língua do título principal.	Exemplo: Longfellow [DGM] : [selections].

Fonte: CÓDIGO (2002). Compilado pela autora.

1.1F Indicação de responsabilidade

Este elemento deve incluir informações sobre as “pessoas responsáveis por seu conteúdo intelectual ou artístico, às entidades das quais emana o conteúdo, ou às pessoas ou entidades responsáveis pela execução do conteúdo do item” (CÓDIGO, 2002, Apêndice D-7). As informações devem ser transcritas do mesmo modo em que são mostradas na fonte de informação do item e, caso não haja indicação de responsabilidade, nada deve ser preenchido. As regras são descritas no Quadro 23.

Quadro 23 - Regras para indicação de responsabilidade

Regra	Exemplo
O uso de colchetes é recomendado para indicar informação que não foi extraída da fonte principal de informação.	<i>All that jazz</i> [DGM] / Fats Waller <i>Obiter dicta</i> [DGM] / [A. Birrell]
Se houver mais de três indivíduos ou entidades desempenhando a mesma atividade, ou com o mesmo grau de encargos, todos os nomes devem ser omitidos, exceto o primeiro de cada grupo. A omissão é indicada pelo uso de reticências e da expressão latina <i>et al.</i>	<i>America's radical right</i> [DGM] / Raymond Wolfinger ... [et al.]
Títulos de nobreza devem ser indicados.	... / ... <i>prólogo Del Excmo Sr. D. Manoel Fraga Iribarne</i> ... / by Miss Jane
Acréscimos para tornar evidente a relação da responsabilidade com o item são permitidos.	<i>Baijun ballads</i> [DGM] / [collected by] Chet Williams Piers
Ainda que nenhuma pessoa ou entidade seja mencionada, a indicação de responsabilidade deve ser incluída.	<i>Korean phrases</i> [DGM] / by a group of students with a Korean resource person.
São permitidas inclusões de frases que não sejam compostas nem por nomes ou palavras de ligação.	... / written by Jobe Hill in 1812.

Fonte: CÓDIGO (2002). Compilado pela autora.

A regra dá orientações exatas com relação à quantidade de indicações de responsabilidade que devem ser registradas. As transcrições devem ser feitas seguindo a ordem em que aparecem. Por fim, informações que não são parte do título nem da indicação de responsabilidade devem ser omitidas.

1.4 Área da publicação, distribuição etc.

Nesta área, são registradas as informações sobre o local e sobre o responsável pela publicação, além da data da publicação ou distribuição e informações sobre o lugar e data de fabricação e nome do fabricante.

1.4A Regra preliminar

Esta regra traz as orientações para a pontuação que determinam as divisões das áreas da ficha catalográfica e fontes de informação para coleta dos dados.

1.4B Regra geral

Neste item, é informado o conteúdo que deve ser descrito: devem-se incluir “todas as informações a respeito do lugar, do nome e da data de todos os tipos de atividades relativas à publicação, distribuição, divulgação e impressão” (CÓDIGO, 2002, p. 1-22). Informações sobre a fabricação do item também devem ser incluídas.

1.4F Data da publicação, distribuição *etc.*

Caso o item tenha sido publicado, deve ser registrada a data (ano) de publicação, distribuição da edição ou revisão. As datas devem ser registradas em algarismo arábico no estilo ocidental. Caso a data não pertença ao calendário gregoriano ou juliano, ela deve ser transcrita tal qual encontrada no item.

No caso de objetos que “aparecem ao natural que não tenham sido embalados para distribuição comercial”, não se deve registrar nenhuma data (CÓDIGO, 2002, p. 1-30). Nos casos de manuscritos, originais de arte e outros, deve ser registrada a “data de produção (criação, inscrição, fabricação, gravação *etc.*)”. As regras são apresentadas no Quadro 24.

Quadro 24 - Regras para data da publicação, distribuição *etc.*

Regra	Exemplo
Caso a data de publicação seja diferente da data de distribuição, acrescentar a data de distribuição se for significativa para a agência catalogadora.	London : Macmillan, 1971 [distribuído em 1973]
Caso as datas de publicação, distribuição <i>etc.</i> forem desconhecidas, registrar a data de <i>copyright</i> , ou, caso não haja, registrar a data de fabricação indicada como tal.	c1967 1967 <i>printing</i>
Se nenhuma data precisa puder ser determinada deve ser fornecida uma data aproximada de publicação.	[1971 ou 1972] – um ano ou outro [1969?] – data provável [entre 1906 e 1912] utilizar somente para datas com menos de 20 anos de diferença [ca. 1960] data aproximada [197-] década certa [197-?] – década provável [18-] século certo [18-?] – século provável

Fonte: CÓDIGO (2002). Compilado pela autora.

1.4G Lugar de fabricação, nome do fabricante, data de fabricação

Caso o nome do editor seja desconhecido, deve-se registrar o lugar e o nome do fabricante, caso encontrado no item. Exemplo:

[S. l.: s.n.], 1970 (*London: High Fidelity Sound Studios*)

1.5 Área da Descrição Física

1.5A Regra preliminar

Esta regra fornece as orientações para a pontuação, que determinam as divisões das áreas da ficha catalográfica e fontes de informação para coleta dos dados.

1.5B Extensão do Item (incluindo designação específica do material)

Deve ser registrada a quantidade de unidades físicas do item, descritas em algarismos arábicos, incluindo-se a designação específica do material.

Quadro 25 - Regras para extensão do item

Regra	Exemplo
Registrar a extensão do item em algarismos arábicos acrescentando a designação do material.	3 lâms. para microscópico ; 23cm 1 quebra-cabeça 3 v.
Texto impresso em uma única parte.	327 p. 310 f. em braile
Para itens com tempo de duração, registrar o tempo indicado. Se não constar o tempo de duração, mas este puder ser verificado ele deve ser registrado.	1 cassete sonoro (40 min) 1 filme “loop” (3 min 23s) 1 bobina de vídeo (30 min) 1 disco sonoro (56 min.) : digital, estéreo ; 4 ¾ pol.
Outros detalhes podem ser registrados, de acordo com o tipo de material.	1 modelo (4 peças) : poliestireno
Material adicional pode ser descrito ao final da descrição física.	271 p.: il. ; 21 cm + 1 atlas

Fonte: CÓDIGO (2002). Compilado pela autora.

4.2.2.4 Transição do AACR2 para a RDA

Algumas instruções da RDA são redigidas de modo diverso do AACR2, porém mantêm o mesmo escopo (OLIVER, 2011, p. 48). Em alguns casos, essa redação reflete o novo contexto em que são concebidas as regras. Um exemplo dessa redação é descrito abaixo:

AACR2

1.1F4 Transcreva uma única indicação de responsabilidade, caso duas ou mais pessoas ou entidades mencionadas exerçam a mesma função ou diferentes funções.

RDA

2.4.15 Indicação que menciona mais de uma pessoa, etc.

Registre uma indicação de responsabilidade que mencione mais de uma pessoa, etc. como uma única indicação independentemente de as pessoas físicas, famílias ou pessoas jurídicas nelas mencionadas terem a mesma função ou funções distintas.

O autor analisa as redações e conclui a diferença de texto é significativa, sobretudo porque a alteração demonstra a “harmonização com os modelos conceituais FRBR e FRAD”. Este exemplo sinaliza a intenção de atualização de conceitos cruciais presentes no Código e aponta modificações necessárias em sua estrutura, para que os modelos conceituais citados possam ser utilizados. Constatase que a RDA é mais do que mera revisão do AACR2, pois seu conteúdo é moldado por novos conceitos. Esse fato implica mudanças radicais como a questão da incoerência na categorização dos conceitos sobre tipos de materiais, a qual impunha limitações com relação à ampliação do escopo e aplicação da norma a novos tipos de materiais, sem vinculação ao suporte físico (DELSEY, 1999 *apud* OLIVER, 2011, p. 52). A categorização está relacionada à estrutura na qual os capítulos do AACR2 são constituídos. Embora nesta pesquisa não tenhamos nos aprofundado na utilização do formato MARC 21, é importante ressaltar que a RDA o contempla, o que significa dizer que os registros bibliográficos construídos com base no MARC 21 e AACR2 poderão ser adaptados para o RDA.

4.3 Documentação em museus e normalização

A importância da atividade de documentação nos museus pode ser atestada pelo fato de o Icom ter dedicado um tópico sobre o assunto em seu Código de Ética de Museus (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2009), que recomenda que os museus devem documentar seus acervos seguindo normas profissionais e reconhecidas. O item 2.20 do referido código é preciso no que diz respeito a alguns objetivos que devem ser considerados nessa atividade: ela deve permitir identificar o item; a descrição deve ser feita de maneira mais completa possível e deve incluir informações sobre a procedência do item, seu estado atual de conservação e histórico de ações de restauro já realizadas, bem como sua localização física. São recomendados também procedimentos relacionados ao armazenamento

dessas informações, que devem estar arquivadas em ambientes cuja segurança dos dados seja planejada para restringir o acesso, utilizando métodos que garantam a integridade dos dados.

Ainda na esfera de atuação do Icom está o Comitê Internacional de Documentação (Cidoc), criado em 1950. O Comitê busca reunir profissionais interessados em documentação, registro e gestão de coleções, incluindo-se aí os aspectos relacionados à informatização. Curadores, bibliotecários, arquivistas e documentalistas em geral são convidados a participar como membros do Comitê, sendo possível participar dos grupos de trabalho que desenvolvem discussões relacionadas aos temas de interesse dessa comunidade.

Dentre os produtos resultantes da atuação do Cidoc, está a Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de informação sobre objetos de museus: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC-ICOM). A edição em português (2014) agrupa duas outras publicações: as Diretrizes, publicadas originalmente em inglês¹ em 1995, e a Declaração publicada em 2012. Esta última provê orientações que esclarecem a importância e função da documentação no museu:

A documentação em museus envolve o desenvolvimento e a utilização de informações sobre os objetos que fazem parte do acervo e os procedimentos que auxiliam a sua administração. Essas informações deverão ser registradas por escrito ou inseridas no sistema informatizado de documentação do museu, devendo ser acessíveis aos funcionários, pesquisadores e ao público em geral (COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2014, p. 19).

Da outra parte, as Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus apresentam fundamentos sobre questões práticas relacionadas à documentação e à estruturação da informação. As Diretrizes fundamentam nossa opção pela utilização do termo “documentação em museus” em vez do termo “documentação museológica”, encontrado frequentemente na literatura nacional. O termo original em inglês *museum documentation* é definido como “o conjunto de registros sobre os objetos, os quais devem conter informações sobre a origem, procedência, aquisição e história posterior de uso do objeto”. Esta definição não explicita uma aproximação direta com os estudos de Museologia, o que pode ser sugerido se utilizarmos o termo documentação museológica. Como visto anteriormente, o processo de consolidação da Museologia como disciplina traz complexidades e necessidades de

---

¹Títulos originais em inglês: *Statement of principles of museum documentation produced by CIDOC and of the guidelines for museum object information* e *International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories*.

interlocução com outras áreas. Ferrez (1994, p. 64) fala da documentação a partir da abordagem funcionalista do museu:

Ao focar os museus a partir das suas funções, constata-se que são instituições estreitamente ligadas à informação de que são portadores os objetos e espécimes de suas coleções. Estes como veículos de informação têm na conservação e na documentação as bases para se transformar em fontes para a pesquisa científica e para a comunicação que, por sua vez, geram e disseminam novas informações.

Dentre os objetivos da documentação, destaca-se a sua função de prover alicerces para a pesquisa, para as ações educativas, política de desenvolvimento de acervo e acesso às coleções. A identificação da obra, a indicação de sua localização na instituição, informações sobre aquisição e proveniência do objeto, bem como laudos e relatórios sobre o estado de conservação formam o conjunto de informações que compõem a documentação. Ações como o combate ao tráfico ilícito de obras e preservação de arte contemporânea também são beneficiadas com uma documentação de qualidade.

Conforme sinaliza Padilha (2014), a documentação, ao lado da preservação e da pesquisa, é uma etapa essencial nos processos de gestão do acervo. Nesse sentido, a autora reforça a necessidade de se construir um documento que estabeleça a “Política de Gestão de Acervo”. Nesse documento, devem constar, dentre outros elementos, as diretrizes norteadoras para os processos de aquisição, conservação e preservação, acesso, políticas de empréstimo e descarte, sempre tendo como base a missão e objetivos da instituição (2014, p. 26).

As atividades básicas que fazem parte da documentação são: aquisição (incorporação, empréstimos, registro legal da propriedade da obra entre outros) e controle do inventário e catalogação (ROBERTS, 2004, p. 33). Nesse contexto, é importante destacar que as fichas catalográficas contêm informações externas ao objeto, ou seja, elas não se limitam à descrição dos documentos e/ou objetos em si, ao contrário do que ocorre mais frequentemente nas bibliotecas. Outros elementos cruciais para a identificação e estudo das obras é o registro fotográfico dos objetos, que deve ser realizado e atualizado sempre que necessário, pois são relevantes para as ações preventivas de conservação e para ações de restauro.

As informações sobre a procedência do objeto devem ser registradas de forma minuciosa e este assunto tem sido alvo de pesquisas recentes, como aquelas desenvolvidas pelo *Getty Research Institute*, em Los Angeles, Estados Unidos da América (EUA). Diversas ações e pedidos de devolução e repatriação de obras saqueadas e adquiridas de forma ilegal por museus, principalmente no período pós-guerra, estão em curso nos EUA e Europa. O *Getty* torna disponível no *Getty Provenance Index Database*, informações de movimentação

de obras, incluindo documentos que permitam traçar seu percurso e histórico de aquisição. Nessa direção, foi criado pelo Cidoc um padrão específico para uso internacional, que é o *Object ID - Identificação de Objetos Culturais*, desenvolvido também pelo *Getty Research Institute* com o apoio da UNESCO e do *Federal Bureau of Investigation* (FBI), para auxiliar o rastreamento e recuperação de objetos roubados, por meio da instituição de um padrão mínimo para descrição de obras de arte e antiguidades, além de reunir instituições em uma rede onde essas informações possam circular e que possa ser acionada rapidamente em caso de sinistro (THORNES, DORRELL, LIE, 2000).

Baseados em Ferrez (1994), sinalizamos na Figura 6 alguns conceitos para delinear os objetivos dos Sistemas de Documentação Museológica (ou documentação em museus), os quais corresponderiam aos Sistemas de Recuperação da Informação para as Bibliotecas:

Figura 6 - Sistema de documentação em museus

Fonte: FERREZ (1994). Compilado pela autora.

Conclui-se que a documentação em museus é uma atividade complexa, na medida em que o objeto de museu não é portador de informação em si, pelo menos não no mesmo sentido do documento produzido como registro de informação. O deslocamento do objeto do mundo real e o seu processo de musealização se dão em diversos contextos que nem sempre trazem os elementos necessários a sua compreensão. A documentação envolve, portanto, etapas de pesquisa e contextualização, além da descrição do objeto em si. Com a tendência de se consolidar o museu como espaço de pesquisa, assim como o são as bibliotecas e arquivos, é enfatizada a necessidade de construção de estruturas de organização do conhecimento

específicas para essa finalidade e que pudesse atender a essas demandas específicas. O Cidoc recomenda que o sistema de documentação deve levar em conta as características dos públicos diversos e prover o acesso à informação de acordo com as necessidades de cada um desses públicos (pesquisador especializado, estudantes e professores e público em geral).

Em âmbito nacional, as discussões na área de documentação em museus têm sido ampliadas devido à atuação de diversos órgãos estaduais e federais. A Secretaria de Estado de Cultura (SEC-SP), dentro da sua Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), tem realizado diversas ações que contribuem para o aperfeiçoamento dos profissionais de museus, tais como a publicação em língua portuguesa das normas *Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums* (Spectrum) e das publicações do CIDOC-ICOM, ambas publicadas em 2014. Dentro dessa mesma série, a Coleção de Gestão e Documentação de Acervos: Textos de Referência publicou em junho de 2016 a obra *Introdução aos Vocabulários Controlados* de autoria de Patricia Harpring, sob os auspícios do *Getty Research Institute*, que foca outro ponto importante da documentação, que é terminologia e vocabulários para arte e arquitetura.

Outra publicação da SEC-SP que contribuiu para a formação do corpo técnico dos profissionais dos seus museus, e também dos museus em geral, com a publicação da obra *Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes* (DOCUMENTAÇÃO, 2010). Trata-se de produto resultante dos trabalhos do Projeto de Documentação do Acervo dos Museus da referida Secretaria. O projeto visava dentre outros, à construção de normas e procedimentos para gestão dos acervos da SEC-SP. A obra contém diretrizes básicas e inclui um capítulo dedicado aos processos de registro e catalogação, no qual é sugerido um modelo de ficha catalográfica, que pode ser adaptado conforme as necessidades específicas de cada instituição.

Matos (2012, p. 93) atenta para o fato de que criar as próprias normas, atualmente, pode ocasionar perda de investimentos e de recursos materiais e humanos, pois trata-se de processo complexo que exige conhecimento altamente especializado e interdisciplinar, sendo, portanto, aconselhada a preferência pelo uso de normas já existentes, que devem ser escolhidas segundo critérios como confiabilidade e seriedade da instituição responsável pela norma e grau de utilização em outras instituições.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, no caso da SEC-SP, por exemplo, a decisão pela melhor sistematização de procedimentos para documentação se dá em âmbito estadual, sendo, portanto, necessário acrescentar critérios de análise que possam garantir sua aplicabilidade a um conjunto de museus, pois a Secretaria deseja padronizar e mapear suas

coleções, de forma a se obter condições para comunicá-las e preservá-las melhor, adotando os padrões internacionais referidos neste item.

4.3.1 Catalogação e descrição de objetos

Conforme descrito no capítulo anterior, a catalogação de objetos de museu está inserida no processo de documentação e é definida pelo CIDOC-ICOM como a “compilação e manutenção de informações importantes por meio da descrição sistemática dos objetos da coleção, incluindo a organização dessas informações para formar um arquivo catalográfico dos objetos” (COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2014, p. 41).

Para Lewis (2004, p. 14), a catalogação pode ser resumida como “o processo de identificação, com pormenores descritivos, de cada objecto do acervo e a atribuição de um número de identificação único.” É dada ênfase ao detalhamento dos aspectos físicos da obra, bem como a contextualização do histórico da aquisição, local de proveniência e local onde está armazenado o objeto. Outra definição possível é dada pela *Collection Trust UK*:

A compilação e manutenção de informações-chave, que identificam e descrevem formalmente os objetos. Pode incluir informações sobre a procedência dos objetos e também da documentação de gestão de coleções, por exemplo, detalhes da aquisição, conservação, exposição e histórico de empréstimos e de localização. Não é necessário reunir toda a informação conhecida sobre um objeto num local, mas deve fornecer referências cruzadas para qualquer outra fonte de informação relevante conhecida da organização (SPECTRUM 4.0, 2014, p. 13).

Uma das primeiras definições encontradas em língua portuguesa é aquela dada por Camargo-Moro, onde afirma que a catalogação faz parte do processo de decodificação. Para ela, catalogar envolve “o ato de identificar e relacionar bens culturais ou espécimens naturais através do seu estudo que poderá ter maior ou menor profundidade em sua análise e posterior fichamento” (1986, p. 79). Nesse sentido, almeja-se uma forma de identificar o objeto por meio de uma descrição minuciosa na qual seja indicada a localização da peça no tempo e no espaço. É interessante notar que a autora denomina essa etapa de *catalogação aprofundada* ou *classificação*. As informações são distribuídas de forma a abranger, de forma aproximada as seguintes áreas:

Figura 7 - Fichas catalográficas

Áreas contempladas nas fichas classificatórias ou catalográficas:

- Identificação da peça e sua localização no museu
- História dessa peça em função de sua participação no acervo do museu
- História desta peça em função de sua criação ou descobrimento no tempo e no espaço
- Descrição da peça quanto a sua característica física
- Descrição da peça quanto a seu conteúdo, seu uso, sua classificação, sua tipologia e respectivo detalhamento

Fonte: CAMARGO-MORO, 1986, p. 80. Compilado pela autora.

A proposta é bastante abrangente no sentido que engloba tanto a descrição física quanto a descrição conceitual da obra. É importante lembrar que essa obra de Camargo-Moro foi publicada quase dez anos antes da publicação das Diretrizes do Cidoc, publicadas originalmente em inglês em 1995. A autora faz diversas referências ao pensamento de Yvone Oddon, membro atuante do CIDOC-ICOM e responsável pela elaboração de uma proposta de documentação que influenciou diversos sistemas (CAMARGO-MORO, 1986, p. 84).

Outra iniciativa de relevância na área dos museus foi a publicação do *Thesaurus para acervos museológicos*, projeto desenvolvido pelo Museu Histórico Nacional (FERREZ; BIANCHINI, 1987). Um dos propulsores da publicação é mencionado na introdução da obra e está relacionado ao fato do “conteúdo informativo” do objeto nem sempre ser suficientemente examinado, o que contribui para a ausência de uma “política informacional dos museus”. Trata-se, sem dúvida, de iniciativa arrojada em uma época onde a automação de acervos estava só começando no Brasil:

A introdução dos computadores nos museus exigirá maior racionalização gerencial e técnica, sobretudo se considerada a complexidade da catalogação de objetos criados pelo homem (FERREZ, BIANCHINI, 1987, p. xvi).

As autoras afirmam, ainda, que seu trabalho foi pautado por pelo vocabulário controlado, ferramenta da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para traduzir “a necessidade de maior aproximação entre museus, bibliotecas e até mesmo arquivos, por suas naturais afinidades, tanto mais evidentes quanto se aborda o objeto como documento” (p. xvii).

Ainda em âmbito nacional, é digno de nota o projeto desenvolvido no Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), que resultou no *software* Donato, criado nos anos 1990.

Originado como o Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes (SIMBA), foi rebatizado com o nome Donato em homenagem ao professor Donato Mello Júnior. Em 1995, o banco já estava em finalização, surgiu a ideia de distribuí-lo gratuitamente a outras instituições similares, possibilitando a discussão em torno das dificuldades de descrição de acervo existentes naquele momento. O *software* já tinha o objetivo de possibilitar “uma integração entre todas aquelas instituições que se interessarem em compartilhar suas informações através da internet” (GEMENTE, 2011, p. 131).

Um dos grandes méritos do Donato foi ter proporcionado a criação de um Manual de Catalogação focado na descrição de pinturas, esculturas, desenhos e gravuras. Ainda que o escopo seja um tanto quanto restrito, pois não abarca outras modalidades de objetos de museu, nem arte contemporânea, por exemplo, trata-se de iniciativa pioneira e bem sucedida. Essa restrição é natural tendo em vista que o Manual foi desenvolvido a partir da experiência do MNBA, sendo aplicado em sua própria coleção, cuja catalogação até então não utilizava padrões estabelecidos em manuais de procedimentos:

Quanto à recuperação da informação – fortemente prejudicada pela ausência de normas de entrada de dados – era absolutamente precária. Não havia um catálogo único que reunisse as informações sobre o todo o acervo e o acesso aos dados de uma determinada obra só era possível através de sua autoria. Por conseguinte, a cada consulta que não fosse realizada pelo nome do autor, a recuperação da informação dependia basicamente do conhecimento e da memória pessoal dos curadores (FERREZ, PEIXOTO, 1995, p. 7).

Interessante notar que umas das referências consultadas pelas autoras para elaborar o referido manual foi a publicação *Graphic materials: rules for describing original items and historical collections*, de autoria de Elisabeth Betz (1982). A obra foi concebida como um suplemento nacional ao capítulo 8 - Materiais Gráficos, do AACR2, sendo dedicado a materiais audiovisuais (LIBRARY OF CONGRESS, 2013), fato que explicaria em parte a semelhança do Manual de Catalogação com o AACR2, como a divisão em áreas apresentada pelo manual.

Em nível internacional, uma das normas mais difundidas em língua inglesa é a já citada *Spectrum 4.0*. A *Spectrum* é considerada norma no Reino Unido, pois os museus daquele país são requisitados a seguirem 8 do total de 21 procedimentos, caso queiram obter sua creditação junto ao *UK Museum Accreditation*. Em outros países, porém, seu uso é estimulado como uma diretriz, pois engloba todos os procedimentos possíveis nas atividades do museu, sendo, portanto, um guia de boas práticas de gestão, que inclui também a

documentação, conforme já exposto, mas não se aprofunda o suficiente no detalhamento da descrição de coleções, foco da nossa pesquisa.

Nesse contexto, Matos (2010, p. 29) aponta para a necessidade de normalização de procedimentos no museu, e argumenta ser este um elemento importante em todas as áreas do museu nas quais há interação de pessoas e computadores. O museu é compreendido como um sistema de informação e “fonte de conhecimento”, onde o processo de normalizar deve ser visto como um elemento facilitador responsável pela mediação entre a mensagem e o público. Diante dessa afirmação, é inevitável que os museus adotem ou criem regras que permitam a gestão da informação sobre suas coleções. O autor reforça a ideia de que a normalização não deve ser compreendida apenas como uma lista de campos que podem ser utilizados em uma base de dados, apenas para facilitar os trabalhos internos no museu, mas antes ela deve juntar esforços para comunicar os acervos e disponibilizar as informações neles contidas. Reforçando essa ideia, Crofts (2004, p. 53) já havia deixado claro que a normalização de dados, em conjunto com a utilização da terminologia, é fator predominante para possibilitar a integração entre dados de instituições culturais.

Nesta pesquisa, desenvolve-se análise das Diretrizes do CIDOC-ICOM. É importante ressaltar que, como o próprio nome já revela, as Diretrizes não correspondem a uma norma, antes elas buscam estabelecer elementos que possam orientar e propor modos de se fazer a documentação. Existe uma crença de que a criação de um padrão ou norma única de descrição de acervos museológicos não seria interessante naquele momento, sendo mais apropriado que as instituições criassem seus próprios modelos de estrutura de dados (COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2014, p. 14). Cândido confirma essa convicção ao afirmar que “embora a museologia estabeleça algumas recomendações metodológicas para o registro dos objetos, não há uma norma oficial para isso”, o que permite aos museus a liberdade de estruturarem seus dados e conjuntos de informação para a documentação da forma que lhes for mais conveniente. Conforme já exposto, as Diretrizes do CIDOC-ICOM estão longe de se configurar em uma norma restritiva, embora esse seja um dos objetivos de seus idealizadores, pois se pretende que as Diretrizes sejam balizadoras para a construção de uma norma internacional, como uma consequência de sua evolução natural e desde que se alcance um “amplo consenso sobre seu conteúdo” (2006, p. 38).

4.3.2 As Diretrizes do CIDOC-ICOM

As Diretrizes foram criadas com base na experiência dos membros e instituições que participaram da elaboração do projeto, sendo compatíveis com as normas mais relevantes para descrição museológica, desenvolvidas tanto em nível nacional quanto internacional. Esse embasamento prático é explicitado pela ausência de citações teóricas relacionadas às discussões museológicas que ocorriam em outras instâncias do Icom. Nesse contexto, foram revistas as normas já existentes e, em 1993, membros de 19 países deram contribuições para o projeto. A análise dessas formas foi feita com base em uma lista de Categorias elaborada pelo Cidoc em 1978 (COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2014, p. 34).

Conforme mencionado, o Cidoc direcionou sua atuação para a documentação em museus e a publicação das Diretrizes em inglês, em 1995, conforme demonstrado no Quadro 6, é uma consequência de discussões realizadas desde a década de 1970 e também o resultado de propostas apresentadas por Robert G. Chenhall e Peter Homulos na Conferência Anual do Cidoc em 1978 (INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION, 1995). Citamos no Quadro 26 o quadro evolutivo da norma:

Quadro 26 - Evolução das Diretrizes do CIDOC-ICOM

Período	Ocorrência
1978	Durante a Conferência na Suécia, Chenhal e Homulos apresentaram uma proposta com 16 categorias para identificar objetos, registrar sua história e uso e prover informações para elaboração de inventários internos.
1980-1992	As propostas foram recomendadas aos comitês nacionais para serem utilizadas como base para padrões nacionais e, durante esse período, as recomendações evoluíram e desdobraram-se nos grupos de trabalho descritos a seguir.
1993	Criação do <i>Data Standard Working Group</i> desenvolveu Categorias de Informação para coleções de arte e arqueologia.
	O Grupo de Trabalho de Modelagem de Dados criou um modelo de dados, que deu origem ao Cidoc-CRM.
1995	O trabalho dos dois grupos foi consolidado as Diretrizes foram publicadas incluindo as recomendações de 1995.

Fonte: Guidelines, 1995, p. 13. Compilado pela autora.

Outro foco de atuação do Grupo de Trabalho de Normas de Documentação (*Documentation Standards Working Group* - DSWG) foi a criação de um modelo de dados para museus, com foco no intercâmbio de informações. Trata-se do *Cidoc Relational Data Model* (Cidoc-CRM), modelo de destaque até 1994. A partir de 1996, o Grupo desenvolveu uma nova proposta de modelo orientado a objeto, que resultou na primeira edição do Cidoc-CRM, em 1999 (transformada em norma da *International Standardization Organization* -

ISO). Considerando a complexidade e amplitude de foco de atuação do modelo, em 2000 foi criado um grupo separado do Grupo de Normas de Documentação, que ficou responsável pela condução das discussões e desenvolvimentos.

As Diretrizes têm por função: a) embasar normas internacionais de informações museológicas; b) servir de base para novas diretrizes e normas nacionais; c) atuar como base para comparação com normas já existentes; d) servir de base para serviços de compartilhamento de informações em um museu ou entre vários museus. Outra função da norma é sua utilização como modelo para um sistema de documentação. Neste caso, as Categorias de Informação são “comparáveis aos campos de um formulário impresso ou aos metadados incluídos em sistemas computadorizados” (COMITÉ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2014, p. 39).

Sua publicação, em 1995, foi muito importante para o desenvolvimento da documentação nos museus, tendo em vista seu caráter pioneiro de reunir, em um documento simples, diretrizes que poderiam ser utilizadas por qualquer museu que desejasse criar ou aprimorar seu sistema de documentação, seja qual fosse seu porte (MATOS, 2012, p. 44).

Uma opinião desfavorável às Diretrizes reside no fato de que, embora elas tenham sido criadas no âmbito do Grupo de Normas de Documentação do Cidoc, o produto final não está totalmente em consonância com outros trabalhos desenvolvidos concomitantemente pelo Grupo, como o Cidoc-CRM (CROFTS, 2004, p. 58). Uma das funções que as Diretrizes apontam é justamente o intercâmbio de informações. Porém, o autor menciona o fato de as Diretrizes confiarem apenas no uso da terminologia para que haja consistência nas informações e são apontadas divergências significativas entre elas e as estruturas definidas pelo modelo de dados relacional do Cidoc. O autor conclui que esse fato pode ser visto como uma reação à complexidade proposta pelo modelo de dados, o que teria resultado em uma norma deliberadamente simplificada e distanciada da proposta relacional e centrada no objeto de museu. Outro aspecto mencionado é a ambiguidade da intencionalidade de uso proposta pelos autores, pois é sugerido que as categorias de informação devam ser encaradas como uma especificação para os elementos de informação que necessitam ser registrados, mas as estruturas de dados utilizadas para essa finalidade geralmente são diversas.

Dando prosseguimento à sua análise, Crofts (2004, p. 60) aprofunda essas questões e afirma que as Categorias de Informação são apresentadas de forma muito sucinta, o que impede, por exemplo, o registro adequado de informações contextuais. Para que haja consistência nos dados, é necessário que os campos sejam controlados por regras de catalogação (formato) e que seu preenchimento seja guiado pelo uso de arquivos de

autoridade (conteúdo). Contudo, é ressaltado o valor da norma pelas facilidades que traz no processo de intercâmbio, pois com a simplificação adotada é possível reduzir a complexidade do sistema como um todo para que se possa chegar aos dados essenciais a serem utilizados no processo.

O autor compara, ainda, as Diretrizes a outros documentos, tais como a norma da *African Museums - International Council of African Museums* (AFRICOM), que contém diretrizes para documentação com recomendações diferentes. A AFRICOM publicou, em 1996, o *Handbook of Standards: Documenting African Collections*, fruto da dedicação e trabalho de profissionais de sete museus africanos, em conjunto com o ICOM, durante quatro anos.² O *Handbook* buscava incentivar a implementação de práticas profissionais padronizadas, com o objetivo primordial de combater o tráfico ilícito de propriedade cultural (INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION, 1996). Como o nome já diz, trata-se de manual, sendo, portanto, elaborado com uma estrutura mais complexa do que as Diretrizes, sendo dividido em dois capítulos: um direcionado às coleções de Humanidades (artefatos) e outro às Ciências Naturais. Os campos (*fields* - equivalentes às Categorias de Informação das Diretrizes) são explanados de forma mais pormenorizada, com exemplos mais completos e com os tópicos numerados em forma sequencial, o que facilita sua referência externa e aplicação. As explicações contêm notas de uso que ao contrário de impor regras, buscam indicar certa flexibilidade na utilização das normas, que devem ser feitas de acordo com a necessidade do museu e sempre visando atender aos objetivos já explicitados.

Sem pretendemos nos aprofundar na análise das relações das Diretrizes com outras normas e padrões, salientamos que as Diretrizes obviamente constituem um ponto de partida para o desenvolvimento do Cidoc-CRM e a primeira versão do modelo, publicada em 1998, foi baseada em algumas das Categorias de Informação. Para explicitar essa relação, foi desenvolvido um documento para servir de elo entre as Diretrizes e o Cidoc-CRM (THE CIDOC..., 2001).

Não foi possível mapear o uso e o nível de aderência das Diretrizes, pois a literatura sobre o assunto é escassa. Por outro lado, o Cidoc-CRM tem sido centro de interesse de diversos artigos e publicações, além de casos práticos conhecidos, como o projeto do British Museum.³

---

²O AFRICOM foi fundado em 1991 e um dos principais objetivos do programa é aprimorar e desenvolver o conhecimento na área de museus entre os profissionais africanos, colaborando para reforçar sua ação e posição perante a comunidade internacional.

³ Disponível em:

<http://www.britishmuseum.org/about_us/news_and_press/press_releases/2011/semantic_web_endpoint.aspx>.

4.3.2.1 Estrutura e elementos das diretrizes do CIDOC-ICOM

As Diretrizes estão estruturadas em Categorias de Informação, as quais estão inseridas em Grupos de Informação. Cada Grupo representa determinado aspecto peculiar das informações sobre um objeto e visa a orientar sua descrição de modo a registrar as informações relevantes para a documentação da coleção. O formato dos Grupos de Informação é ilustrado na Figura 8:

Figura 8 - Esquema estrutural dos Grupos de Informação

Fonte: DIRETRIZES, 2014. Compilado pela autora.

O formato dos Grupos de Informação mencionados na Figura 8 é apresentado antes da descrição dos Grupos. Os objetivos indicam os critérios que levaram à inclusão de cada Grupo na descrição, os quais podem ser: *Segurança*, *Responsabilidade sobre o acervo*, *Acesso à coleção* e o *Arquivo Histórico*. São incluídas, ainda, notas de esclarecimento sobre a terminologia autorizada para uso nas categorias. Contudo, embora haja um glossário, os conceitos para esses critérios não são discutidos nem elencados nas Diretrizes.

Ao contrário do AACR2, onde os capítulos são estruturados de acordo com o tipo de material que será catalogado, os Grupos reúnem as informações de acordo com características mais ou menos semelhantes. Porém, algumas categorias acabam por se sobrepor ou poderiam ser agrupadas, como o Grupo de Informação sobre Nome de Objeto e o

Grupo de Informação sobre Título de Objeto. Visando a ilustrar a estrutura das Diretrizes, detalhamos no Quadro 27 os 22 Grupos de Informação as compõem.

Quadro 27 - Grupos e categorias de informação das Diretrizes do CIDOC-ICOM

GRUPOS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO
1) Informação sobre Aquisição	Método de aquisição Data de Aquisição Fonte da aquisição
2) Informação sobre Estado de conservação	Estado de conservação Sumário do estado de conservação Data de avaliação do estado de conservação
3) Informação sobre Baixa patrimonial e Alienação	Data de baixa patrimonial Data de alienação Método de alienação Destinatário da alienação
4) Informação sobre Descrição	Descrição física Situação do Espécime
5) Informação sobre Imagem	Tipo de imagem Número de referência da imagem
6) Informação sobre Instituição	Nome da instituição Nome da instituição subordinada Endereço da instituição País da instituição
7) Informação sobre Localização	Localização atual Data da localização atual Tipo de localização atual Localização usual
8) Informação sobre Marca e Inscrição	Texto da marca/inscrição Tipo de marca/inscrição Descrição da marca/inscrição Técnica da marca/inscrição Posição da marca/inscrição Idioma da marca/inscrição Tradução da marca/inscrição
9) Informação sobre Material e Técnica	Material Técnica Descrição de parte ou componente
10) Informação sobre Medição	Dimensão Medida Unidade de medida Parte medida
11) Informação sobre Associação de Objeto	Local associado Data associada Nome do grupo/indivíduo associado Tipo de associação Função original
12) Informação sobre Coleta de Objeto	Local da coleta Data da coleta Coletor Método de coleta
13) Informação sobre Registro de Objeto	Proprietário atual Depositante Data de entrada Número de entrada Motivo da entrada
14) Informação sobre Nome de Objeto	Nome do objeto Tipo de nome do objeto Autoridade de nome do objeto

15) Informação sobre Número de Objeto	Número do objeto Tipo de número do objeto Data do número do objeto
16) Informação sobre Produção de Objeto	Local de produção Data de produção Nome do grupo/indivíduo produtor Função da produção
17) Informação sobre Título de Objeto	Título Tipo de título Tradução do título
18) Informação sobre Parte e Componente	Número de partes ou componentes Descrição de partes e componentes
19) Informação sobre catalogação	Catalogador Data de catalogação Autoridade
20) Informação sobre Referência	Referência Tipo de referência
21) Informação sobre Direitos de Reprodução	Nota sobre direitos de reprodução Proprietário dos direitos de reprodução
22) Informação sobre Assunto Representado	Assunto representado Descrição do assunto representado

Fonte: COMITÉ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (2014). Compilado pela autora.

Conforme demonstrado na Figura 8, as Categorias de Informação também têm uma estrutura própria, a qual é dividida nos seguintes elementos:

- a) Nomenclatura alternativa: outras denominações possíveis para a Categoria.
- b) Definição: breve delimitação da Categoria.
- c) Exemplos: exemplo do conteúdo informativo que deve ser escrito.
- d) Observações: fornece outras indicações sobre a Categoria e sua utilização.

A estrutura dos Grupos de Informação permite a consulta rápida aos conteúdos que devem ser incluídos na catalogação. A simplicidade intencional traz vantagens no processo de documentação, pois as instruções são diretas e objetivas, dando pouca margem para ambiguidades, e a indicação dos proveitos ocorridos a partir de seu uso reforça sua importância e função, ainda que eles não sejam aprofundados. Os exemplos apresentados são claros, porém podem apresentar repetição de informação, conforme será mencionado nos tópicos seguintes.

4.3.2.2 Elementos selecionados para análise

Dentre os 22 Grupos de Informação apresentados, foram selecionados os cinco grupos que contêm as informações mais próximas aos dados descritivos já analisados neste estudo. Deste modo, buscamos selecionar elementos relacionados aos itens examinados nos

capítulos anteriores onde foram estudadas a Isad (G) e ao AACR2. Os Grupos selecionados são descritos no Quadro 28:

Quadro 28 - Grupos de Informação analisados

GRUPOS DE INFORMAÇÃO	CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO
Informação sobre Descrição	Descrição física Situação do Espécime
Informação sobre Medição	Dimensão Medida Unidade de medida Parte medida
Informação sobre Produção de Objeto	Local de produção Data de produção Nome do grupo/indivíduo produtor Função da produção
Informação sobre Título de Objeto	Título Tipo de título Tradução do título
Informação sobre Parte e Componente	Número de partes ou componentes Descrição de partes e componentes

Fonte: COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (2014). Compilado pela autora.

Prosseguindo na análise, detalhamos a seguir cada um dos Grupos selecionados, incluindo seus Objetivos e Categorias. O elemento descrito é o Grupo de Informação sobre Descrição, detalhado no Quadro 29:

Quadro 29 - Grupo de Informação sobre descrição das Diretrizes do Cidoc

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE DESCRIÇÃO	
Objetivo: auxiliar a identificação do objeto. A descrição deve ser detalhada de modo a facilitar seu rastreamento, quer se tenha ou não alguma imagem do objeto. As informações também podem ser utilizadas em exposições, publicações e referências para pesquisa. Observações: podem ser incluídas informações sobre elementos externos à obra, tais como molduras, bases dentre outros. Pode-se registrar mais de uma descrição para cada objeto.	
Categorias de informação	Exemplos
<u>Descrição física</u> Descrição geral da aparência do objeto.	1,25 cm de comprimento; cor predominante azul com marcas azuis em tom mais escuro, distribuídas uniformemente.
<u>Situação do espécime</u> Utilizado apenas para descrição do tipo de objeto pertencente a coleções de ciências naturais, sendo recomendado o uso de controle de vocabulário para essa categoria.	Parátipo Holótipo

Fonte: COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (2014, p. 51-52). Compilado pela autora.

É interessante notar que foi criado um Grupo para tratar da descrição, e o objetivo do Grupo se aplica a todo processo da catalogação, ou seja, ele não é específico quanto ao

conteúdo que deve ser incluído o que pode gerar dúvidas. Cabe lembrar a definição para catalogação estabelecida pelas Diretrizes:

Compilação e manutenção de informações importantes por meio da descrição sistemática dos objetos da coleção, incluindo a organização dessas informações para formar um arquivo catalográfico dos objetos (COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2014, p. 41).

De todo modo, fica claro que este Grupo está voltado à abordagem dos aspectos físicos do objeto, pois não menciona seus aspectos conceituais. O exemplo mostrado inclui informações de dimensões, que poderiam ser registradas também no Grupo sobre Medição, detalhado no Quadro 30.

Quadro 30 - Grupo de Informação sobre medição das Diretrizes do Cidoc

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE MEDIÇÃO	
Objetivo: Essa informação pode ser determinante no momento de julgar se determinado objeto corresponde a determinado registro, podendo ser especialmente relevante na pesquisa de acervos de ciências naturais, além de possibilitar o planejamento de movimentação e acesso físico ao acervo.	
Categorias de informação	Exemplos
<u>Dimensão</u> <u>Medição</u> <u>Unidade de medida</u> <u>Parte medida</u>	Exemplos: Dimensão: altura Medida: 23 Unidade de medida: cm Parte medida: escultura, excluindo a base
Observações: Se necessário, pode-se repetir essa categoria tantas vezes quanto se fizerem necessárias.	

Fonte: COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (2014, p. 57-58). Compilado pela autora.

Nesse Grupo as Categorias de informação são relacionadas à descrição dos aspectos físicos sobre o documento. Como o próprio objetivo enuncia, são informações essenciais para o manuseio do objeto. Os exemplos ilustram a aplicação a documentos físicos. Conforme dito anteriormente, o exemplo do Grupo de Descrição também incluiu a dimensão física, em metros. Em alguns sistemas, a mesma informação pode ser registrada em campos diferentes, em formatos diferentes com propósitos diversos, como neste caso.

O próximo Grupo estudado aborda os dados relacionados à produção do documento. Conforme descrito no objetivo, neste grupo são fornecidos os elementos que possibilitarão a elaboração do histórico do objeto e para auxiliar na gestão do acervo. O Grupo é detalhado no Quadro 31.

Quadro 31 - Grupo de Informação sobre produção das Diretrizes do Cidoc

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE PRODUÇÃO DE OBJETO	
Objetivo: grupo que reúne informações necessárias à documentação da produção dos artefatos, fornecendo subsídios para a para gestão do acervo e construção de seu histórico. Exemplos: Local de produção: Leeds Data da produção: 01-03-1932 Nome do grupo/indivíduo produtor: Grindley Função do grupo/indivíduo produtor: designer, fabricante Observações: se necessário, pode-se repetir esse grupo para descrever os eventos de produção do objeto (informações sobre seu design, manufatura <i>etc.</i>)	
Categorias de informação	Exemplos
<u>Local de produção</u> Definição: nome do local associado à produção do objeto. Nomenclatura alternativa: Local de criação; Local de fabricação Observações: utilizar a barra ou outro símbolo para separar os componentes.	Exemplos: Karystos/Evia/Grécia/Europa Spurn Point/North Humberside/Inglaterra/Europa
<u>Data da produção</u> Definição: data ou intervalo de tempo associado à produção do objeto. Observações: • Utilizar sempre o mesmo formato para registrar datas, incluindo os quatro dígitos do ano. • Busque registrar as datas com precisão. Caso isso não seja possível utilize convenções padronizadas para registrar datas aproximadas.	Exemplos: c.1883 21-01-1956 1200-1400 600 AC 10 AEC
<u>Nome do grupo/indivíduo produtor</u> Definição: indivíduo, grupo ou organização associada à produção do objeto. Nomenclatura alternativa: Artista; Designer; Executor; Fabricante Observações: • Utilizar a Categoria de Informação de Função de Produção para especificar a relação do produtor com o objeto.	Exemplos: Iroqueses Heals Ltda. Jones, I
<u>Função da produção</u> Definição: “Forma como o indivíduo/grupo, a data ou o local estão associados às origens do objeto, incluindo a criação, fabricação, uso, escavação ou coleta de um objeto ou espécime”.	Exemplos: designer fabricante pintor

Fonte: COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (2014, p. 65-66). Compilado pela autora.

É recomendada a utilização de vocabulário controlado na maioria dos elementos deste Grupo. A Introdução das Diretrizes traz uma seção chamada *Controle de conteúdo e*

terminologia, na qual é indicada algumas diretivas para a utilização de termos controlados que visam a auxiliar o catalogador na construção de registros consistentes e também para auxiliar o pesquisador no momento da recuperação da informação. Embora o assunto não seja apresentado de forma minuciosa, são dados elementos para que o catalogador possa se nortear minimamente com relação a isso. Alguns exemplos de experiências em instituições museológicas são citados e algumas referências são mencionadas, tais como os vocabulários controlados *Art & Architecture Thesaurus* (AAT) e *Union of List of Artists Names* (ULAN), ambos desenvolvidos pelo *Getty Research Institute* e em constante atualização. Outra referência importante para a área são as normas ISO para tesouros (1985 e 1986).⁴ Outro destaque é a indicação de pontuação para separação dos elementos, tal qual ocorre no AACR2. Porém, neste caso, o elemento é escolhido pelo catalogador.

As Diretrizes possuem um Grupo relacionado ao nome dos objetos. A denominação do objeto antes de sua musealização é essencial para sua classificação dentro da coleção e também para que os aspectos relacionados à sua origem e contextualização sejam preservados. São exemplos do campo nome: “crânio”, “retábulo”, “*Rattus rattus*”.

O Grupo detalhado no Quadro 32 traz as Categorias relacionadas às informações sobre o título do documento. Embora não esteja diretamente conectado ao Grupo de Informação Nome do Objeto, eles apresentam certa proximidade, pois ambos são essenciais para a determinação da identidade do documento/objeto. O Grupo de Informação sobre Título de Objeto é definido como “um ponto essencial de acesso às informações sobre o objeto para os todos os tipos de usuários” (COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2014, p. 67). O conceito de ponto de acesso não é aprofundado na norma, mas constata-se que está presente e é um dos objetivos da padronização.

---

⁴ A norma mais recente para a área foi publicada é a ISO 25964: *Thesauri and interoperability with other vocabularies*, publicada em 2011 (Parte 1) e 2013 (Parte 2).

Quadro 32 - Grupo de Informação sobre título de Objeto das Diretrizes do Cidoc

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE TÍTULO DE OBJETO	
Objetivo: sendo, frequentemente, a principal identificação de objetos de arte e outros objetos de valor, o título do objeto é essencial para descrever tais coleções. Observações: este grupo pode ser repetido, sempre que necessário, pois um objeto pode ter mais de um título, e um título pode ser o mesmo para vários objetos. Exemplos: Título: Las Meninas Tipo de título: título do artista Tradução do título: As Damas de Companhia Título: As Damas de Honra Tipo de título: título popular Título: Nossa Senhora e o Menino Tipo de título: título iconográfico	
Categorias de informação	Exemplos
<u>Título</u> Definição: nome atribuído a um objeto ou grupo de objetos pelo artista/criador ou coletor na sua origem, ou títulos subsequentes, sejam especificamente atribuídos, ou geralmente conhecidos para se referir ao objeto. Observações: . Se a obra é intencionalmente desprovida de título, utilizar “Sem título”. . Utilizar a mesma pontuação e letras capitulares como indicado na fonte. . Se houver um nome de coleção, ele deve ser registrado como um dos títulos.	Nossa Senhora o Menino Sem título
<u>Tipo de título</u> Definição: “Natureza do Título registrado.” Observações: • É recomendado o uso de controle de vocabulário para essa categoria.	coleção artista popular série comercial
<u>Tradução do título</u> Definição: Tradução do Título registrado.	<i>Le Grand Lit de Ware</i>

Fonte: COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (2014, p. 67). Compilado pela autora.

Neste grupo, a recomendação para o uso de vocabulários também é mencionada. O Grupo apresenta orientações para o registro de documentos *sem título*, quando esse fato for intencional, e inclui também indicações para registro de títulos atribuído, como ocorre com as normas de Arquivística e de Biblioteconomia.

Quadro 33 - Grupo de Informação sobre Parte e Componente das Diretrizes do Cidoc

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE PARTE E COMPONENTE	
Objetivo: sem esta informação não é possível manter o controle adequado do acervo, assegurar que não haverá perda ou extravio de objetos nem, tampouco, fornecer uma descrição mais detalhada dos objetos para fins de pesquisa. Exemplos: Número de partes ou componentes: 32 Descrição de partes e componentes: 8 painéis, 16 pés, 8 tapeçarias <u>Observações:</u> • Quando os registros de um objeto são realizados em diferentes níveis (por exemplo, jogos e arquivos), a informação de parte e componente descreverá os itens do nível de registro imediatamente posterior. • Para cada coleção, deve-se definir se será feita a descrição de cada parte ou conjunto de objetos separadamente, ou como um único conjunto ou objeto, listando os componentes individualmente por nome e atribuindo-lhes números.	
Categorias de informação	Exemplos
<u>Número de partes ou componentes</u> Nomenclatura alternativa: Volume Número de itens Quantidade Definição: número de partes fisicamente separadas ou separáveis de um objeto ou um conjunto de objetos descritos por registros individuais no nível de registro imediatamente posterior.	Exemplos: 3
<u>Descrição de partes e componentes</u> Definição: breve descrição das partes fisicamente separadas ou separáveis de um objeto ou conjunto de objetos. Observações: • Ao descrever lotes como, por exemplo, um grupo de espécimes em um acervo de ciências biológicas ou geociências, forneça o número aproximado de espécimes do lote. Inclua também o número de espécies, quando for o caso.	Para um retábulo: 2 painéis centrais e 1 asa esquerda Para um serviço de chá: 1 bule de chá (com tampa), 1 açucareiro, 1 leiteira, 6 xícaras e 6 pires Para um grupo de espécimes de um acervo científico: 50 espécimes (aproximadamente), 4 espécies

Fonte: COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (2014, p. 68). Compilado pela autora.

O Grupo de Informação sobre Parte e Componente evidencia uma proximidade com as informações relacionadas ao Grupo de Informação sobre Descrição e ao Grupo sobre Informação de Medição. As Diretrizes do CIDOC-ICOM não fazem referência à metodologia pela qual as Categorias de Informação foram agrupadas. É sabido, porém, que o Cidoc-CRM, modelo conceitual já citado nesta pesquisa, é uma ontologia formal de alto nível.⁵ A origem filosófica da Ontologia está na disciplina da Metafísica. Embora ela tenha adquirido outras

⁵ “Descrevem conceitos muito gerais como espaço, tempo, materiais, objetos, eventos etc., independentes do domínio” (MOREIRO GONZALES, 2011, p. 79).

definições, tanto no campo da Ciência da Informação (CI) quanto da Ciência da Computação, alguns dos princípios filosóficos ainda estão presentes, como é o caso do sistema de categorias, que podem representar certa visão de mundo ou domínio.

As ontologias podem ser resumidas como um corpo de conhecimento declarativo sobre um dado domínio, assunto ou área de conhecimento. Na prática, são hierarquias de conceitos (classes) com suas relações, restrições, axiomas e terminologia associada: na representação da informação, pode-se entender como a soma de uma série de conceitos relevantes que representam o conhecimento compartilhado pelos membros de um determinado domínio (NECHES, Robert *et al*, 1991, p. 40).

Embora o Cidoc-CRM não seja o foco dessa pesquisa, cabe mencionar algumas das suas características, sintetizadas a seguir por Oldman (2014):

- a) É uma ontologia, ou seja, uma forma de representação do conhecimento.
- b) Não tem nenhum campo ou valor obrigatório. Provê uma estrutura semântica para descrever as entidades mais genéricas (incluindo eventos) e os relacionamentos entre eles.
- c) É uma ontologia basicamente empírica, que representa aproximadamente 20 anos de pesquisa internacional.
- d) As diferentes terminologias utilizadas nas instituições não são importantes, pois é prevista uma estrutura ontológica na qual os vocabulários podem ser comparados e relacionados.
- e) Provê uma estrutura para relacionar exemplos de pessoas, lugares, eventos e períodos utilizando a informação e contexto que rodeiam essas entidades.
- f) Tem habilidade de sustentar raciocínio baseado em computador, por meio da junção de fragmentos de informação semanticamente harmonizados.

As orientações dadas pelas Diretrizes são bastante sucintas e pontuais, como já havia alertado Crofts (2004). Não são abordadas as complexidades que podem surgir na descrição do campo título, por exemplo, e passados mais de 20 anos da criação da norma, a escassa literatura produzida sobre ela pode ser um indício da pouca aderência no meio. Diante do exposto, recomenda-se um estudo mais aprofundado acerca das Categorias de Informação das Diretrizes e das bases do Cidoc-CRM, que, embora não sejam seu sucessor declarado, têm abordagens bastante atuais na literatura e na prática museológica internacional.

5 COMPARAÇÃO ENTRE AS NORMAS: AFINIDADES E DISTINÇÕES

A tradição da Arquivística, Biblioteconomia e Museologia tende a enfatizar o que distingue as áreas, não dedicando atenção aos elementos que as aproxima. Isso se deve a duas visões distintas, sendo uma delas fundamentada em práticas “ancoradas no paradigma do acervo” e a outra baseada na “função social de instituições que coletam, estocam e disponibilizam informações” (SMIT, 2000, p. 28). A análise proposta nesta Dissertação busca aproximar as áreas por meio de uma atividade que é comum a todas: a descrição de acervos.

Diante da análise realizada no capítulo 4, buscamos apontar os pontos de intersecção entre as normas. Elas se aproximam, sobretudo, pelo tratamento sugerido na elaboração dos registros que representam o documento. Em termos de estrutura, a consulta às Diretrizes é dificultada em virtude dos Grupos e Categorias não apresentarem nenhum tipo de numeração ou sequência lógica, ao contrário das outras normas.

Tanto a Isad(G) quanto as Diretrizes dialogam com outras regras e recomendam o uso de normas locais, o que explicaria em parte a apresentação das diretrizes de forma mais abreviada do que o AACR2, que tenta ser exaustivo e abranger a maior diversidade possível de materiais. O Quadro 34 traz alguns elementos que aproximam e caracterizam as normas.

Quadro 34 - Caracterização geral das normas

Característica	Isad(G)	AACR2	Diretrizes do CIDOC-ICOM
Ano de Publicação da versão original	1994 -1ª ed. 2000 – 2ª ed.	1967 – 1ª ed. 1978 – 2ª ed. 1988 – ed. revista 1998 – ed. revista 2002 – ed. revista	1995
Conceito de Ponto de acesso	“Nome, termo, palavra-chave, expressão ou código que pode ser usado para pesquisar, identificar e localizar uma descrição arquivística” (ISAD-G, 2000, p. 15).	“Nome, termo, código etc., sob o qual pode ser procurado e identificado um registro bibliográfico. <i>Ver também</i> Cabeçalho”. (CÓDIGO, 2002, Apêndice D-11). Trata de forma distinta na Parte II, não estudada nessa pesquisa.	Não menciona esse conceito, porém recomenda o uso de vocabulário controlado.
Níveis de descrição	O mesmo acervo pode ser descrito em vários níveis, em registros distintos.	Escolhe-se um nível apenas, relacionado ao detalhamento em maior ou menor grau no mesmo registro.	Não se aplica

Fonte: Compilado pela autora.

Os Quadros 35 ao 37 indicam aproximações entre os elementos analisados. Como dito anteriormente, a escolha foi pautada pelos elementos obrigatórios da Isad(G), exceto o elemento Código de Referência, que é um elemento de identificação criado localmente.

Quadro 35 - Comparação do elemento Título

Elemento	ISAD	AACR2	Diretrizes do CIDOC-ICOM
Título	3.1 Área de identificação 3.1.2 Título Título do conjunto Título do item documental Título formal Título atribuído	1.1 Área do título e indicação de responsabilidade 1.1B Título principal 1.1D Títulos equivalentes 1.1E Outras informações sobre o título	Grupo de Informação sobre Título de objeto Categorias de informação: Título Tipo de título Tradução do título
Exemplos	<i>The Boys of St. Vincent [videorecording] : 15 years later</i> <i>Camp plan from 185+12 Carden's exploration, Windicoostigan to Sturgeon Falls to Kashaboive River at station 1562+73</i>	<i>British masters of the albúmen print [microforma]</i> <i>Eingührung in die Blutmorphologie [DGM] = Introduction to the morphology of blood</i> <i>Edgar Wallace [DGM] : the man who made his name</i>	Nossa Senhora o Menino Sem título Título: <i>Las Meninas</i> Tipo de título: título do artista Tradução do título: As Damas de Companhia

Fonte: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2000), COMITÉ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (2014), CÓDIGO (2004).
Compilado pela autora.

Os exemplos do Quadro 35 explicitam as aproximações entre as normas. Um dos exemplos citados menciona um registro de vídeo, que é material já publicado e não inédito, tendo recebido, portanto, tratamento similar pela ISAD(G) e pelo AACR2. No registro do vídeo, é acrescentada, entre colchetes a tipologia documental. Embora essa recomendação não seja explicitada na norma, ela se assemelha à recomendação do AACR, que indica o uso da Designação Geral do Material (DGM) como acréscimo opcional ao elemento título.

As diferenças, porém, se concentram em alguns preceitos apresentados. No caso das Diretrizes, pela natureza dos objetos que abarca, é admissível a inclusão da expressão “Sem título”, para obras que sejam originalmente apresentadas com essa indicação, como no caso de obras de arte. Embora seja um ponto de acesso importante, no caso de objetos e artefatos, tratados como documento, é justificável essa recomendação.

Segundo Cavalcanti (1970), é recomendado em descrição bibliográfica que quando o título é instituído pelo catalogador ele deva ser apresentado no idioma do

documento e informações sobre os objetivos da obra devem constar em notas, em português. As Diretrizes assimilam o conceito de título atribuído na própria definição do elemento:

Nome atribuído a um objeto ou grupo de objetos pelo artista/criador ou coletor na sua origem, ou títulos subseqüentes, sejam especificamente atribuídos, ou geralmente conhecidos para se referir ao objeto (COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2014, p. 67)

Outro fator a ser destacado é a inclusão do título original e de traduções do título, tal qual o AACR2 recomenda para títulos equivalentes, ainda que a responsabilidade pela tradução, nas Diretrizes não seja especificada. Essas possibilidades não são apresentadas na Isad(G) que fornecem duas possibilidades para o registro do título:

Título atribuído (*supplied title*) – Título dado pelo arquivista para uma unidade de descrição que não apresente um título formal.
Título formal (*formal title*) – Título que aparece proeminentemente ou explicitamente na unidade arquivística que está sendo descrita (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 16).

Na Arquivística, vale lembrar que todos os elementos são de abrangência mais ampla, podendo se referir às diferentes unidades de descrição possíveis para o conjunto (fundo, série, dossiê) ou do item documental. Sob o ponto de vista conceitual, porém, não há diferenças significativas na metodologia de descrição. Embora o título seja elemento obrigatório, esse elemento é complementado pelas informações descritas nas outras áreas da Isad(G), como os elementos da área da contextualização.

O Quadro 36 traz a comparação entre as normas para o registro do elemento Data.

Quadro 36 - Comparação do elemento Data

Elemento	ISAD	AACR2	Diretrizes do CIDOC-ICOM
Data	3.1 Área de identificação 3.1.3 Data Data de acumulação dos documentos Data de produção dos documentos	1.4 Área da publicação, distribuição etc. 1.4F Data da publicação, distribuição etc.	Grupo: Produção de objeto Categoria de informação: Data da produção
Exemplos	1904-1960 (Fundo) 1980 1852 March 23 1987 (date of creation)	c1967 1967 printing [1971 ou 1972] – um ano ou outro [ca. 1960] data aproximada [197-] década certa [197-?] – década provável [18-] século certo [18-?] – século provável	Data da produção: 01-03-1932 c.1883 21-01-1956 1200-1400 600 AC 10 AEC

Fonte: Compilado pela autora.

O elemento Data é mais problematizado no AACR2. Todas as normas, porém, oferecem diversas possibilidades para preenchimento. Entretanto, ao se pensar em catálogos automatizados, não seria possível controlar o preenchimento de alguns elementos que requerem controle de vocabulário e de campos formatados e controlados, o que pode ser um obstáculo para a recuperação da informação. O Código admite também a menção explícita da dúvida, ao recomendar o uso do ponto de interrogação.

No caso dos documentos de arquivo a data não se restringe à indicação temporal da criação do documento, como nos museus e bibliotecas. A data de acumulação dos documentos também é elemento que deve ser registrado, pois ele contextualiza a formação do fundo, e dá elementos constitutivos da entidade ou personalidade que o formou.

Conforme apontado por Albuquerque (2006, p. 197), os níveis de descrição no arquivo são focados na tipologia documental, ao passo em que, na biblioteca, eles dão ênfase ao usuário e ao catálogo. No caso das Diretrizes, esse conceito não é apresentado, embora a norma explicita a questão da pesquisa, ela se apresenta como uma recomendação, devendo, portanto, o nível de detalhamento ser definido pela instituição catalogadora, ou seja, elas se propõem a ser um modelo de referência a partir do qual as instituições poderiam escolher os Grupos de Informação de acordo com suas necessidades.

Segundo mencionado anteriormente, o Nível de Descrição é conceituado de maneira diferente na Isad (G) e no AACR2. Em ambos os casos, os níveis adotados podem ser escolhidos de acordo com o catálogo ou instrumento de pesquisa pretendido como resultado da descrição. No caso das Diretrizes do CIDOC-ICOM, a descrição geralmente é feita no nível do item e os critérios para escolha dos Grupos que serão escolhidos é do catalogador e

deve seguir as políticas de informação da instituição museológica que detém o acervo. Porém, é admitida a descrição de itens que são catalogados em conjunto, como é o caso de obras de arte divididas em partes, ou serviços de chá, por exemplo, que são formados por componentes diversos (xícaras e pires). Os elementos do Nível de Descrição são detalhados no Quadro 37:

Quadro 37 - Comparação do elemento Nível de Descrição

Elemento	ISAD(G)	AACR2	DIRETRIZES DO CIDOC-Icom
Nível de descrição	3.1 Área de identificação 3.1.4 Nível de descrição Multinível, do geral (fundo) para o específico (item documental)	1.0 - Regras gerais 1.0D – Níveis de detalhamento da descrição Primeiro nível Segundo nível Terceiro nível	Descreve a obra (item ou conjunto)
Exemplos	Fundo, Seção, Série, Subsérie, Dossiê/Processo, Item documental.	Ênfase na escolha dos elementos	O conceito de nível de descrição não se aplica.

Fonte: Compilado pela autora.

Conforme já mencionado, Lopez (2002, p. 14) apresenta a questão da possibilidade de descrição multinível da ISAD(G) como algo positivo, pois permite a descrição do elemento geral para o particular sinalizando desta forma a estrutura hierárquica do fundo. No caso do AACR2, o nível de descrição é atribuído pelo catalogador, e é realizada em função do tipo de catálogo que se deseja elaborar a partir dos registros. Nesse ponto, as diferenças de objetivo são explícitas, pois a ISAD(G) não menciona a criação de instrumentos de pesquisa. Seja qual for o nível adotado, é importante que a descrição seja a mais precisa possível:

O foco da catalogação deve ser duplo: promover acesso às obras e fornecer descrições claras e precisas que os usuários possam compreender. Isso pode ser obtido com um registro de catalogação completo ou um registro de catalogação mínimo, desde que o catalogador siga os padrões e que a catalogação e a indexação descritivas sejam consistentes de um registro para o outro (HARPRING, 2016, p. 185).

Apresentamos a seguir as características do elemento Dimensão e Suporte. Algumas recomendações das Diretrizes são apresentadas em Grupos de Informação diferentes, mas poderiam estar agrupados, conforme explicita o Quadro 38:

Quadro 38 - Comparação do elemento Dimensão e suporte

Elemento	ISAD	AACR2	DIRETRIZES DO CIDOC
Dimensão e suporte	3.1 - Área de identificação 3.1.5 Dimensão física e suporte	1.5 - Descrição física 1.5B - Extensão do item 1.5 C - Outros detalhes físicos 1.5D - Dimensões	Grupo de Informação sobre Descrição
			Categorias Descrição física Situação do espécime
			Grupo de Informação sobre Medição Dimensão Medição Unidade de medida Parte medida
			Grupo: Parte e Componente Número de partes ou componentes Descrição de partes e componentes
Exemplos	<u>Nível do dossiê/processo</u> 1 folder, containing 38 items <u>Nível do item</u> 1 map 1 poster on paper 1 page in- folio 198 fls. 1 videocassette (92 min.) : sd., col. ; 2 in.	3 lâms. para microscópico ; 23 cm 1 quebra-cabeça 3 v. 327 p. 310 f. em braile 1 cassete sonoro (40 min) 1 filme “loop” (3 min 23s) 1 bobina de vídeo (30 min) 1 disco sonoro (56 min.) : digital, estéreo ; 4 ¾ pol. 1 modelo (4 peças) : poliestireno 271 p. : il. ; 21 cm + 1 atlas	Grupo de Informação sobre Descrição: 1,25 cm de comprimento; cor predominante azul com marcas azuis em tom mais escuro, distribuídas uniformemente. Grupo de Informação sobre Medição: Dimensão: altura Medida: 23 Unidade de medida: cm Parte medida: escultura, excluindo a base Grupo de Informação sobre Parte e componente: Número de partes ou componentes: 32 Descrição de partes e componentes: 8 painéis, 16 pés, 8 tapeçarias Para um retábulo: 2 painéis centrais e 1 asa esquerda Para um serviço de chá: 1 bule de chá (com tampa), 1 açucareiro, 1 leiteira, 6 xícaras e 6 pires Para um grupo de espécimes de um acervo científico: 50 espécimes (aproximadamente), 4 espécies

Fonte: Compilado pela autora.

Este campo apresenta semelhanças expressivas entre as normas. A descrição arquivística tem a possibilidade de se referir às dimensões do conjunto documental, mas todas

as normas prescrevem o mesmo tipo de conteúdo, e o AACR2 e as Diretrizes também preveem descrições de conjuntos.

Um diferencial digno de nota é o detalhamento proposto pelas Diretrizes. Aspectos físicos que possam auxiliar a identificação do documento descrito, tais como a cor predominante, e indicação de tons cromáticos, são registrados, conforme exemplo descrito acima. A quantidade de partes também é uma característica importante que permite a identificação do item. Conforme já mencionado, a descrição realizada em instituições museológicas faz parte do processo de documentação em museus, o qual envolve a coleta de informações extrínsecas ao objeto. A medida também é mais complexa, pois deve prever o objeto em si, ou elementos anexados a ele, tais como moldura, base para escultura, dentre outros.

Com relação ao Campo de Responsabilidade ou Autoria, cabe destacar que, no AACR2, ele está na mesma área do título, pois foi concebido para orientar as regras de elaboração de fichas impressas. O AACR2 é bastante detalhado nesse elemento e traz regras e recomendações para elaboração dos pontos de acesso na segunda parte do Código, enquanto a Isad(G) recomenda utilização da ISAAR(CPF) para criação dos pontos de acesso para nomes e as Diretrizes recomendam utilização de vocabulários controlados.

Com relação à autoria, todas as normas recomendam a indicação da função do produtor. A terminologia utilizada para o elemento, no entanto, é diferente para cada uma delas:

- a) Produtor (Isad-G).
- b) Responsabilidade (AACR2).
- c) Nome do grupo/indivíduo produtor (CIDOC-ICOM).

No caso dos arquivos, o Produtor está vinculado à gênese do documento, enquanto, na biblioteca, é admitida uma maior gama de tipos de autoria, ou seja, existem diversos níveis de colaboração na autoria do documento. Alguns documentos de arquivo podem apresentar essa característica também, mas a diferença reside no fato de a autoria está vinculada à gênese, ao momento da criação do documento. No caso das bibliotecas, nas quais a criação intelectual se manifesta em diversas obras, isso não se aplica. Para certas obras de arte também não, pois uma obra escultórica, fotográfica ou uma gravura podem ser reproduzidas em momento posterior à sua edição original, sem que a presença do autor intelectual seja requerida. Essas diferenças estão relacionadas à natureza de produção de cada documento, mas não representam diferenças conceituais, conforme pode ser visto no quadro

Quadro 39 - Comparação do elemento Produtor/Indicação de Responsabilidade

Elemento	ISAD	AACR2	DIRETRIZES DO CIDOC
Produtor	3.2 Área de contextualização 3.2.1 Nome do produtor Pessoa ou entidade	1.1 - Área do título e indicação de responsabilidade 1.1F Indicação de responsabilidade	Grupo de Informação sobre Produção de objeto Categoria de informação: Nome do grupo/indivíduo produtor Função da produção
Exemplos	Nível do fundo <i>Conseil national de la Résistance (1943-1944)</i> <i>Lucas, Helen (1931-)</i> <i>Johnson, Lyndon B. (Lyndon Baines)</i> <i>Conseil national de la Résistance (1943-1944)</i> Nível do item <i>Les Productions T l - Action Inc. in co-production with the National Film Board of Canada, in association with the Canadian Broadcasting Corporation (Producers).</i> <i>— Canada : Productions T l -Action, Inc.</i>	<i>Baijun ballads [DGM] / [collected by] Chet Williams Piers</i> <i>/ by a group of students with a Korean resource person. ... / written by Jobe Hill in 1812.</i>	Nome Iroqueses Heals Ltda. Jones, I Função da produção designer fabricante pintor

Fonte: Compilado pela autora.

Um dos aspectos apresentados pelas Diretrizes do CIDOC-ICOM é que a Função da Produção pode abranger a responsabilidade pelo fabrico, ou seja, pela execução, enquanto as outras normas indicam a responsabilidade autoral ou criação intelectual. O nome do fabricante, no AACR2, é indicado no elemento 1.4G Lugar de fabricação, nome do fabricante, data de fabricação, não incluído na análise. Outro ponto a ser mencionado é a existência do Grupo de Informação sobre Material e Técnica, o qual traz detalhes físicos que poderiam ser incorporados à Dimensão e suporte da Isad(G) e Descrição física do AACR2 sem prejuízo conceitual.

Pela observação dos aspectos analisados, pode-se afirmar que não há necessidade de proposição de uma nova norma, que pudesse ser aplicável a todas as áreas, pois elas já apresentam proximidades que confluem para o diálogo, apesar das diferenças explícitas. É claro que o recorte da pesquisa apresenta limitações, e não se pretende esgotar essas

discussões nesse estudo, sendo recomendado, portanto, que outros campos sejam analisados para que as normas sejam avaliadas em sua totalidade.

De todo modo, parece-nos viável a proposição de uma estrutura que sirva de passagem entre os elementos de cada norma. Os parâmetros abaixo podem ser moldados a qualquer uma das áreas, pois, mesmo que seja percebida a existência de algumas diferenças terminológicas, elas não representam diferenças profundas, pois se referem, em geral, ao mesmo conceito, conforme pode ser visto no Quadro 40:

Quadro 40 - Passarela entre as Normas

Elemento	ISAD	AACR2	DIRETRIZES DO CIDOC
Dimensão e suporte	3.1 - Área de identificação 3.1.5 Dimensão física e suporte	1.5 - Descrição física 1.5B - Extensão do item 1.5 C - Outros detalhes físicos 1.5D - Dimensões	Grupo de Informação sobre Descrição Categorias Descrição física Situação do espécime
Data	3.1 Área de identificação 3.1.3 Data Data de acumulação dos documentos Data de produção dos documentos	1.4 Área da publicação, distribuição etc. 1.4F Data da publicação, distribuição etc.	Grupo: Produção de objeto Categoria de informação: Data da produção
Nível de descrição	3.1 Área de identificação 3.1.4 Nível de descrição Multinível, do geral (fundo) para o específico (item documental)	1.0 - Regras gerais 1.0D - Níveis de detalhamento da descrição Primeiro nível Segundo nível Terceiro nível	Descreve o item (obra)
Produtor	3.2 Área de contextualização 3.2.1 Nome do produtor Pessoa ou entidade	1.1 - Área do título e indicação de responsabilidade 1.1F Indicação de responsabilidade	Grupo de Informação sobre Produção de objeto Categoria de informação: Nome do grupo/indivíduo produtor Função da produção

Título	3.1 Área de identificação 3.1.2 Título Título do conjunto Título do item documental Título formal Título atribuído	1.1 - Área do título e indicação de responsabilidade 1.1B Título principal 1.1D Títulos equivalentes 1.1E Outras informações sobre o título	Grupo de Informação sobre Título de objeto Categorias de informação: Título Tipo de título Tradução do título

Fonte: Compilado pela autora.

O Quadro 40 inclui apenas os elementos estudados nesta pesquisa e tem fins ilustrativos, pois fornece dados de aproximações entre as áreas. Embora as áreas tenham declarações e princípios sobre os quais as normas são baseadas, os elementos conceituais nem sempre são explicitados nas regras e recomendações. Esse é um dado que colabora para o distanciamento entre a prática e a teoria, o que não é recomendável. No caso dos pontos de acesso, eles podem ser objeto de estudo mais aprofundado, pois o AACR2 os trata na Parte II do código, de forma separada e essa concepção se aplica aos catálogos impressos, pois, no meio digital, as possibilidades de inclusão de pontos de acesso se modificam.

Se as bibliotecas e museus apresentam uma proximidade no campo da representação descritiva, o que pode ser exemplificado a partir do AACR2, que inclui regras para a descrição de objetos (artefatos tridimensionais e realia), o mesmo não pode ser dito sobre os documentos de arquivo, que não são tratados no Código (ORTEGA, 2009b, p. 160). A autora explica que isso se deve porque a Museologia e a Biblioteconomia “se ocupam das informações atribuídas a documentos (por intenção ou não)”, enquanto a Arquivística “relaciona-se à representação de processos administrativos, relativos a transações que ocorrem no tempo”, pelo menos no que diz respeito aos arquivos correntes. Em todo o caso, segundo a autora, as três áreas apresentam uma tendência em comum que é a de transformar suas regras em dogmas vinculados a práticas e não a conceitos. No caso dos museus, vale mencionar que a documentação inclui os processos administrativos e demais ações decorrentes da incorporação da obra ao museu, ainda que de forma diversa dos arquivos.

Seja como for, o AACR2 influenciou a Isad(G), conforme apontou Leão (2006), e também podemos inferir que influenciaram as Diretrizes, tendo em vista que diversos museus se apropriaram de regras do Código para a padronização de nomes de pessoas e entidades (COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2014, p. 40). Porém, ao passo que o Comitê responsável pelo AACR2 dedicou tempo e empenho na construção da RDA, seu sucessor, não há notícias de novos estudos em torno dos outros padrões. Por outro lado, as Diretrizes vão além de uma

norma de descrição, pois esta pretende orientar o processo de documentação em museus em sua totalidade, o que o diferencia substancialmente das outras normas e a coloca em um patamar mais próximo à de um guia para orientar procedimentos de gestão de coleções.

Esse cenário é propício à sugestão de utilização da RDA como um possível campo para experimentação para diálogo, conforme demonstrado a seguir.

5.1 RDA: possibilidades de diálogo

A RDA propõe uma estrutura flexível, na qual o catalogador exerce papel crucial e seu julgamento é importante nas decisões sobre qual instrução escolher. A flexibilidade de estrutura é um ponto favorável, pois pode acolher uma diversidade maior de tipos de material. Sem a pretensão de nos aprofundarmos na RDA, mencionamos brevemente algumas de suas características principais, citadas por Oliver (2011, p. 86):

A RDA baseia-se numa estrutura teórica. Os modelos conceituais FRBR e FRAD fornecem essa estrutura subjacente, que é detalhada e ampliada graças a um conjunto de objetivos e princípios. A RDA tem como foco o registro e a construção de dados que sirvam de suporte à execução bem-sucedida das tarefas de usuário.

Sobretudo, vale lembrar que ela se harmoniza com os modelos FRBR e FRAD e, ao promover a adequação da descrição de acervos às novas tecnologias e ao evidenciar as relações entre os atributos das manifestações e dos itens, o conceito da RDA pode tornar-se ponto-chave para a recuperação das informações em ambiente digital. O Quadro 41 traz uma sugestão para passarelas entre as normas e suas relações com a RDA a partir do elemento título:

Quadro 41 - Interfaces com a RDA

Norma/ Elemento	RDA	ISAD(G)	AACR2	DIRETRIZES
Autoria	2.4.1 <i>Statement of responsibility</i>	3.2.1 Nome do produtor	1.1F Indicação de responsabilidade	Nome do grupo/indivíduo produtor
Data	2.7.6 <i>Date of Production</i> 2.7.6.7 <i>Archival Resources and Collections</i>	3.1.3 Data	1.4F Data da publicação, distribuição etc.	Data de produção
Dimensão física	3.4.1.11 <i>Comprehensive Description of a Collection</i>	3.1.5 Dimensão e suporte	1.5B Extensão do item (incluindo designação específica do material)	Dimensão, medida, unidade de medida, parte medida Número de partes ou componente, Descrição de partes ou componentes
Nível de descrição	1.5 <i>Type of Description</i>	3.1.4	1.0D Níveis de detalhamento na descrição	Não se aplica
Título	2.3.1.1 <i>Scope</i> <i>a) title proper (see 2.3.2)</i> <i>b) parallel title proper (see 2.3.3)</i> <i>c) other title information (see 2.3.4)</i> <i>d) parallel other title information (see 2.3.5)</i> <i>e) variant title (see 2.3.6)</i> <i>f) earlier title proper (see 2.3.7)</i> <i>g) later title proper (see 2.3.8)</i> <i>h) key title (see 2.3.9)</i> <i>i) abbreviated title (see 2.3.10).</i>	3.1.2 Título	1.1B Título principal 1.1D Títulos equivalentes 1.1E Outras informações sobre o título	Título Tipo de título Tradução do título
Título atribuído	2.3.2.11.4 <i>Devised Titles for Archival Resources and Collections</i> <i>In a devised title for an archival resource or a collection, include the name of the creator, collector, or source, if appropriate.</i>	3.1.2 Título		

Fonte: JOINT STEERING COMMITTEE FOR A REVISION OF ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES (2011). Compilado pela autora.

O Quadro 41 apresenta um mero exercício comparativo entre as normas e a RDA, não sendo, portanto, uma recomendação, o que demandaria estudo mais aprofundado sobre a norma citada. Cabe acrescentar, porém, que a RDA contempla procedimentos para a descrição de documentos de arquivo, além de ter se baseado em padrões de metadados das áreas de arquivos, museus e editoras e daqueles trazidos com a *web* semântica (JOINT STEERING COMMITTEE FOR A REVISION OF ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES, 2011). Outro fato a ser lembrado é que o ICA, o *Joint Steering Committee* e o CIDOC-ICOM

estão desenvolvendo possibilidades de trabalho com modelos conceituais para modelagem de dados. Essa harmonização está presente na atuação do *Expert Group on Archival Description* (EGAD - ICA), no modelo Cidoc-CRM, e no desenvolvimento dos FRBR (IFLA). Nesse cenário, ressaltamos a importância de diálogo estabelecido entre a IFLA e o Icom e lembramos que, desde 2003, está em curso uma iniciativa que busca aproximar o modelo Cidoc-CRM com o modelo FRBR para bibliotecas, o que deu origem ao projeto FRBRoo, fato que atesta o direcionamento pra uma interação entre as áreas. O FRBR é um modelo Entidade-Relacionamento, e o FRBRoo é Orientado para Objetos. Seu objetivo não é criar um novo padrão para descrição de dados, mas sim transformar os registros, bibliográficos ou não, em dados abertos, para que possam operar a interoperabilidade no contexto da *web* semântica (LE BOEUF, 2012, p. 436), possibilitando a integração entre os acervos das bibliotecas, arquivos e museus.

Embora cada área tenha se concentrado na descrição de acervos em diferentes momentos, e com a utilização de métodos diferentes em cada processo, todas apresentam similaridades no que diz respeito ao seu desenvolvimento, e se deparam com questões análogas, apresentadas pelas novas possibilidades tecnológicas. O espaço de tempo entre a publicação da Declaração de Princípios de Catalogação (1961) e a Declaração de Princípios de Documentação em Museus (2012), por exemplo, não trouxe nenhum efeito digno de nota nos processos descritivos de cada área.

No próximo capítulo, serão apresentadas as considerações finais do estudo realizado nesta pesquisa. Após a investigação das proximidades entre a Arquivística, Biblioteconomia e Museologia, sob a perspectiva da organização da informação, e por meio da comparação entre os instrumentos descritivos de seus acervos, pretendeu-se estabelecer bases sobre as quais outros estudos, mais aprofundados, poderão ser realizados, sobretudo no campo da Ciência da Informação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa examinou as possibilidades de aproximações entre a Arquivística, Biblioteconomia e Museologia a partir da metodologia da organização da informação dada ao objeto de cada área. Esta proximidade surge devido ao fato de serem, primordialmente, instituições que coletam, organizam e salvaguardam patrimônio cultural, compartilhando, portanto, missões semelhantes, além de partilhar desafios análogos trazidos com a publicação dos acervos na *web*, dentre os quais citamos a necessidade de normalização dos dados para que possam ser recuperados.

Foram analisados os conceitos de documento para cada uma das áreas e foi realizada a abordagem dos aspectos relacionados à organização da informação sob o ponto de vista da descrição de acervos. As definições dadas por cada área ao processo descritivo nos auxiliaram a transpor diferenças de terminologia e a elucidar as especificidades de cada domínio.

Constatou-se que, embora as metodologias descritivas sejam fundamentadas em discussões históricas que envolvem profissionais de diversos países, nem sempre o diálogo entre as disciplinas esteve presente. Este fato reforça a necessidade de aproximação, uma vez que os documentos não são elementos fixos, ou seja, dependendo da função que se atribui a eles, podem pertencer a qualquer uma das áreas, sendo, portanto, necessário estabelecer metodologias consistentes para sua descrição. Esta análise trouxe uma percepção das discussões em contexto global, tendo em vista que foram estudadas normas elaboradas pela comunidade internacional, fruto de discussões e estudos ao longo de décadas, que culminaram com a publicação de diretrizes formadas a partir do estabelecimento de consenso entre instituições e profissionais variados.

É válido lembrar que bibliotecas podem estar subordinadas a museus e a arquivos; arquivos podem estar inseridos em bibliotecas e em museus; e museus podem existir dentro de bibliotecas e de arquivos, ou seja, as fronteiras entre as áreas estão em constante movimento e os acervos dialogam e tendem a se conectar, principalmente no momento da pesquisa e recuperação da informação. É, portanto, essencial que os profissionais percebam as semelhanças que existem a partir de um ponto de vista mais amplo do que as particularidades que delimitam as fronteiras de cada área.

As apreciações realizadas buscaram responder às questões propostas no capítulo 1 deste estudo, na seção **1.4 Objetivos Específicos**, as quais são enunciadas nos tópicos a seguir.

- I. Analisar as relações documentais e discutir o conceito de documentos nas áreas de Arquivística, Biblioteconomia e Museologia.

No capítulo dois, foi realizada uma apreciação com o objetivo de caracterizar e ampliar a compreensão sobre a forma como cada área conceitua seu objeto. Embora diferenças seminais nos modos de produção e circulação de seus documentos sejam evidenciadas, todas as áreas apresentam aproximações no que diz respeito ao potencial informativo que eles possuem. As metodologias para o tratamento informacional estão submetidas às especificidades de cada campo. Porém, o ambiente *web* tende a dissipar algumas dessas diferenças, consequência da transformação do documento em objeto digital, portador de informação.

As relações documentais foram analisadas por meio da comparação de elementos teóricos da Ciência da Informação e por elementos trazidos pelo estudo das definições de documento estabelecidas em cada domínio (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia). Deste modo, foi possível traçar um pano de fundo para a análise dos processos descritivos.

- a) Averiguar padrões existentes para representação descritiva em bibliotecas, descrição arquivística em arquivos e catalogação de objetos de museus e estabelecer possíveis relações entre eles.
- b) Explorar as possibilidades de conciliar práticas descritivas biblioteconômicas, arquivísticas e museológicas com vistas a melhorar o acesso às coleções.

Para responder a essas questões, identificaram-se as normas recomendadas por organismos internacionais já traduzidas para o português. Optou-se pelo estudo de normas elaboradas por organizações que atuam em âmbito internacional, sendo, portanto reconhecidas e tradicionalmente partícipes nas discussões mais avançadas sobre o tema. A avaliação crítica dos campos selecionados permitiu ampliar a visão dos pontos que eles têm em comum. Nesse processo, constatou-se a presença de conceitos análogos na estruturação dos elementos que compõem os registros de informação. Em decorrência das similaridades apontadas no capítulo 5, conclui-se que é desnecessária a proposição de uma nova norma, pois, devido à flexibilidade proposta pela Isad(G) e pelas Diretrizes do CIDOC-ICOM, seria possível adaptar os elementos de acordo com o documento a ser descrito. O AACR2 é mais abrangente, pois abarca uma diversidade maior de materiais e, embora suas regras, baseadas nas ISBD, sejam mais rígidas, não apresentam diferenças conceituais expressivas.

II. Analisar o impacto das novas tecnologias em cada uma das áreas sob o prisma das relações com a Ciência da Informação.

Conforme já mencionado, todas as áreas foram afetadas pelas TIC, obviamente que em graus diferentes. De todo modo, com a proliferação de catálogos e guias de acervos na internet, a representação da informação que vise ao acesso e compartilhamento de informações, pressupõe a presença de alguns elementos que são comuns a todos os acervos estudados:

- a) Uso de vocabulário controlado.
- b) Utilização de metadados e apropriação de recursos da *web* semântica.
- c) Utilização dados normalizados.
- d) Utilização de recursos de interoperabilidade entre dados.
- e) Foco no usuário.

A interoperabilidade de dados, que pressupõe a adoção de recursos tecnológicos sofisticados, por si só, não é suficiente para prover um ambiente no qual os dados sejam disponibilizados, pois ela depende da padronização da descrição dos dados e a utilização de metadados que qualifiquem os registros, para que os sistemas estejam aptos a lê-los.

Dada a tendência para a convergência de diálogo entre as áreas no ambiente digital, é sugerida a continuidade do estudo e o aprofundamento teórico da representação da informação. Nesse cenário, é sugerido o estudo dos metadados desenvolvidos para acervos culturais, pois eles acenam como possível elo entre as áreas. Os metadados são os elementos que dão forma aos conteúdos, que, por sua vez, são padronizados pelos tipos de normas estudadas nesta pesquisa, um estudo que revelou aproximações que tornam possível a fundamentação em prol de diálogos em torno de um objetivo comum: o acesso e compartilhamento de informações. Cabe, ainda, a reflexão sobre modelos conceituais que aproximam arquivos, bibliotecas e museus, como é o caso do modelo FRBRoo. Eles ampliam a questão da recuperação da informação em acervos culturais e opõem-se à tendência ao isolacionismo que tem preponderado nas áreas estudadas, mas que pouco se sustentam no ambiente digital.

Sem a pretensão de esgotar a discussão, propusemos uma reflexão a partir de elementos da Ciência da Informação de forma a indicar caminhos para a compreensão de como as áreas operam no tratamento informacional de seus acervos. Buscou-se articular alguns elementos conceituais e constitutivos de cada área, que, somados aos impactos das novas Tecnologias de Informação e Comunicação e às práticas sugeridas pelas normas estudadas, permitiu identificar algumas intersecções.

As normas estudadas não propõem diretrizes para a representação da informação em meio digital, o que, em um primeiro momento, poderia dar a impressão de termos realizado um estudo anacrônico. Porém, seu mérito está em retratar a realidade nacional no campo. Mais do que isso, as reflexões apresentadas propõem um estímulo ao debate em torno da conexão entre as áreas, de forma a favorecer a comunicação entre os acervos e potencializar o acesso às informações que possuem em seus universos.

Em nossa opinião particular, a necessidade de diálogo entre as áreas é consequência natural das conexões que existem entre os documentos que compõem os acervos dos arquivos, bibliotecas e museus. A prática do trabalho em redes pode ser o cenário ideal para essa confluência de atuação dos profissionais dessas áreas, tendo em vista que, na prática, o documento pode receber tratamento arquivístico, biblioteconômico ou museológico, dependendo da função que a ele é atribuída.

A concretização do diálogo encontra reforço na proposta interdisciplinar imbuída nas discussões teóricas da Museologia, por exemplo. Arquivos e bibliotecas também se beneficiam dessa proposição, sobretudo na atualidade, quando se discute a constituição das entidades híbridas, como os centros de memória, que requerem a presença de profissionais de diferentes especialidades. O compromisso com o acesso à informação deveria, por si só, justificar o empenho dos profissionais e das lideranças para a construção de políticas públicas que favoreçam as instituições de custódia de documentos no sentido de que se estabeleçam práticas de preservação e acesso.

Além dessa motivação, um elemento propulsor para a convergência é a própria missão dessas instituições, que incluem a função de preservação das informações, que permitirão a construção de novo conhecimento para as comunidades nas quais estão inseridas. Sob o ponto de vista da informação e do documento, que são imbuídos de uma função social, a disponibilização desses acervos ocupa papel central nas discussões inseridas no âmbito da Ciência da Informação, que é o caso deste estudo.

O tema da descrição de acervos, por vezes, é tratado de modo puramente instrumental e técnico. Porém, a nosso ver, ele está intrinsecamente relacionado a todos os outros processos de organização da informação, não devendo, portanto, receber uma abordagem limitada e distanciada das outras questões inseridas nos tópicos da Ciência da Informação, por exemplo a representação temática.

Na era pré-internet, na qual cada instituição de memória dispunha de instrumentos de busca impressos, e, portanto, com alcance predominantemente local, as interlocuções eram

menos frequentes. Porém, esse panorama se transformou radicalmente, conforme já foi discutido nesta pesquisa.

Nesse cenário, recomenda-se o estabelecimento de políticas de descrição documental que sejam pautadas em um planejamento focado na missão das instituições e nos seus objetivos. As discussões sobre os bancos de dados a serem adotados são parte desse plano, mas eles não devem sobrepor às discussões em torno dos padrões de descrição e metadados já existentes e construídos a partir da interlocução como realidade no cotidiano das entidades. É recomendado também o estudo aprofundado dos padrões de metadados para a área cultural e suas relações com a representação da informação. Na realidade brasileira, ainda carecemos de mais estudos e discussões acerca dos padrões em desenvolvimento avançado em outros países. Porém, dos quais pouco se conhece e assimila, o que nos leva a um reinventar da roda sem fim.

REFERÊNCIAS⁶

AGUIAR, Giseli Adornato de; SILVA, José Fernando Modesto da. As bibliotecas universitárias nas redes sociais: Facebook, Orkut, MySpace e Ning. 2010. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010. São Conrado. **Anais...** São Conrado: SNBU, 2010. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/snbu2010/pdfs/orais/final_168.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos**: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e Isad(G). 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95536/albuquerque_ac_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 fev. 2016.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. A informação nas áreas de arte: um olhar além das práticas. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (Org.). In: **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007.

ALVES, Juliana Rodrigues. **Patrimônio**: gestão e sistema de informação. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) - Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-06052012-203052/publico/ALVESJR2012.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

ANCONA LOPEZ, André Porto. Alcance da descrição arquivística e o processo de automação. **Registro**, Indaiatuba, v. 88, p. 26, 2003. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/1468974/2142317325/name/Cupins_arquivos_controle_Lago_Paiva_2003.pdf#page=26>. Acesso em: 26 jan. 2016.

_____. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002.

_____. Princípios arquivísticos e documentos digitais. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, v. 2, p. 70-85, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1428/2/ARTIGO_PrincipiosArquivisticosDocumentosDigitais.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2016.

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves. Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico. In: SIMPÓSIO BAIANO DE ARQUIVOLOGIA, v. 2, 2009, Salvador, **Anais...** Salvador: Associação dos Arquivistas da Bahia, 2009, . Disponível em: <http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/Cridi/Publica%E7%F5es/3cna-ricardoandrade_01.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Pioneirismo bibliográfico em um polímata do séc. XVI: Conrad Gesner. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 118-142, 2015. Disponível em:

---

⁶ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/23127/pdf_62>.
Acesso em: 15 jan. 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014.

_____. Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 19-41, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42349/46020>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

_____. Museologia e Ciência da Informação: diálogos possíveis. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 10-27, 2013.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene et al (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BACA, Murtha; GILL, Melissa. Encoding Multilingual Knowledge Systems in the Digital Age: the Getty Vocabularies. **Knowledge organization**, Würzburg v. 42, n. 4, p. 232-244, 2015.

BACA, Murtha; O'KEEFE Elizabeth. **Sharing Standards and Expertise in the Early 21st Century: moving toward a collaborative, "cross-community" model for metadata creation**. 2008. Disponível em: <https://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/standards_expertise.pdf> Acesso em 15 jul. 2016

BARÁBASI, Albert-Laszlo. **Linked: a nova ciência dos networks**. São Paulo: Leopardo Editora, 2009.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

BARBOSA, Elvina Maria Sousa; EDUVIRGES, Joelson Ramos. O formato MARC 21: principais vantagens para bibliotecários, bibliotecas e usuários para a recuperação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO, E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33., 2010. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/O%20FORMATO%20MARC%2021%20principais%20vantagens%20para%20bibliotec%C3%A1rios,%20bibliotecas%20e%20usu%C3%A1rios%20para%20a%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o_0.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BARRETO, Aldo. Uma quase história da ciência da informação. **DataGramaZero**, v. 9, n. 2, não paginado, 2008. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/17637/1/DataGramaZero%20-%20Revista%20de%20Ci%C3%A2ncia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Artigo%2001_Aldo.pdf> . Acesso em: 11 dez. 2014.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BEARMAN, David. Informação em museus em um contexto social. In: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 2., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2014. p. 39-54.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: FREITAS, L. S. D; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EDUFF, 2010. p. 161-174.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BERNERS-LEE, Tim et al. **Semantic web road map**. 1998. Disponível em: <www.researchgate.net/profile/Tim_Berners-Lee/publication/200034151_Semantic_Web_Road_Map/links/00b495273611f87093000000.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2015.

_____. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. 160 p. Disponível em: <https://www.bn.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica_principiosdiretrizes_edicao2.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2015.

BORGES, Maria Manuel. **A rede e as suas utopias**. 2004. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/10878/>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BOTTALLO, Marilúcia. A informação no museu. In: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 1., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011, p. 147-156.

BRIET, Suzanne. **What is documentation?** Lanham: Scarecrow, 2006.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. **Sociomuseologia**, Lisboa, n. 25, p. 5-20. 2006.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 42, n. 5, Jun. 1991.

_____. **Redesigning library services: a manifesto**. Chicago: American Library Association, 1992. Disponível em: <<http://sunsite.berkeley.edu/Literature/Library/Redesigning/html.html>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. What Is a Document? **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 48, n. 9, Sept. 1997.

BUSHEY, Jessica. International Council on Archives (ICA) Access to Memory (AtoM): open-source software for archival description. **Archivi & Computer: automazione e beni culturali**, Corazzano, ano 22, n. 1, p. , 2012. Não paginado.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli; BOTANI, Aparecida Sales Linares. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Sesc, 2015. 110 p.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museus: aquisição/documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1986.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. P. 34-79.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem. **Ciência da informação**, v. 29, n. 3, p. 33-39, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v29n3/a04v29n3.pdf>

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. Comunicação e informação de museus na internet e o visitante virtual. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2126/COMUNICA%C7%C3O%20E%20INFORMA%C7%C3O%20DE%20MUSEUS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 jan. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. A sociedade em rede: do conhecimento à ação política. In: CARDOSO, Gustavo; CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Lisboa: 2006. P. 17-30.

CASTRO, Fabiano Ferreira de. **Elementos de interoperabilidade na catalogação descritiva: configurações contemporâneas para a modelagem de ambientes informacionais digitais**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

CASTRO, Alisson, BARBOSA, Tatiana. Família ISIS: do Microsis ao ABCD. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Alagoas. **Sistemas de informação, multiculturalidade e inclusão social**. São Paulo: FEBAB, 2011. Disponível em: http://www.abcdlibrary.com/docs/artigo_alisson_tatiana_winisis_ao_abcd.pdf. Acesso em: 6 abr. 2016.

CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. **Catalogação simplificada**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1970.

CLEMENT, H. Opening remarks by chairman. In: BOURNE, Ross (Ed.). **Seminar on bibliographic records**, 1990, Estocolmo. Munich: Saur, 1992.

CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

COELHO; TEIXEIRA. **Dicionário crítico de políticas culturais**: cultura e imaginário. São Paulo: Fapesp; Iluminuras, 1997.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Declaração dos princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos**: categorias de documentação do CIDOC. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado, 2014. 76 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR-CPF**: Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias. Paris: ICA, 2003. 2. ed. Disponível em: <<http://www.ica.org/download.php?id=1653>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

_____. **ISAD(G)**: norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/ISAD_g_2001.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2016.

_____. **ISDF**: norma internacional para descrição de funções. Paris: ICA, 2007. Disponível em: <<http://www.ica.org/download.php?id=1664>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

_____. **ISDIAH**: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Paris: ICA, 2008. Disponível em: <<http://www.ica.org/download.php?id=1660>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

_____. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2011.

COOK, Michael. Desenvolvimento na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 125-132, 2007. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/77/77>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

COUTO, Mia. **Os tempos que há no tempo**. Disponível em:

<http://www.forumpermanente.org/event_pres/encontros/ICOM-2013/videos/os-tempos-que-ha-no-tempo>. Acesso em: 31 jan. 2015.

CROFTS, Nicholas. **Museum informatics: the challenge of integration**. 2004. 264 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas e Sociais) - Université de Genève, Suisse. Disponível em: <<http://doc.rero.ch/record/6659/files/these-CroftsN.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CURY, Marília Xavier. Museologia, novas tendências. In: GRANATO, M.; SANTOS, CP; LOUREIRO, MLNM. **Museu e museologia: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, p. 25-41, 2009. Disponível em: <http://www.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_11.pdf#page=25>. Acesso em: 26 jan. 2016.

_____. Museologia: marcos referenciais. **Revista Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 18, n. 21, p. 45-74, 2014.

_____. Museus em transição. In: **Museus: o que são, para que servem?** ACAM Portinari: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2011. P. 17-27. Disponível em: <http://www.sisemsp.org.br/images/Publicacoes/Museus_o_que_sao_para_que_servem.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015.

CUTTER, Charles A. **Rules for a dictionary catalogue**. Washington, DC: Government Printing Office, 1891. Disponível em: <<https://archive.org/details/notesfromartsect00cutt>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

DAHLSTRÖM, Mats; HANSSON, Joachim; KJELLMAN, Ulrika. As we may digitize: institutions and documents reconfigured, **Liber Quarterly**, Haverlee, Belgium, v. 21, n. 3/4, p. 455-474, 2012.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DESVALLEES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DIAS, Eduardo José Wense. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, p. 67-80, 2000.

DÍAZ RODRÍGUEZ, Alfonso. Descripción normalizada: norma Isad(G). **Aabadom**: Boletín de la Asociación Asturiana de Bibliotecarios, Archiveros, Documentalistas y Museólogos, v. 11, n. 1, p. 4-13, 2000. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2988361&orden=214730&info=link>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

DIN, Herminia; HECHT, Phyllis (Ed.). **The digital museum: a think guide**. Washington, DC: American Association of Museums, 2007.

DOCUMENTAÇÃO e conservação de acervos museológicos: diretrizes. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Brodowski: Acam Portinari, 2010. Disponível em: <https://issuu.com/sisem-sp/docs/documentacao_conservacao_acervos_mu>. Acesso em: 15 fev. 2016.

DODEBEI, V. Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1, 2011. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr11/Art_01.htm>. Acesso em: 17 mar. 2015.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 99-117, 2013.

DURANTI, Luciana. A forma dos documentos e sua crítica. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, maio 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/600>>. Acesso em: 26 set. 2015.

_____. The impact of digital technology on archival science. **Archival Science**, Dordrecht, v. 1, n. 1, p. 39-55, 2001.

ECO, Umberto. **A vertigem das listas**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FARNETH, David. Mapeando o futuro: intersecções em gestão de acervos de arquivos, bibliotecas e museus. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEU E PESQUISA, 2., 2011, São Paulo. São Paulo: Grupo de Trabalho Arquivos de Museu e Pesquisa, 2013. p. 37-53.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES. ISBD(M): Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para as Publicações Monográficas (International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications): revisão de 2002. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.ifla.org/archive/ubcim/nd1/isbdM-pt.pdf>>. Acesso em 26 fev. 2016.

FERNANDEZ, Rafael Saad. O uso de softwares livres na gestão pública de acervos informacionais: o caso do Koha nas bibliotecas de São Bernardo do Campo. **Informação & Informação**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 231-248, 2013.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de Ensaio**: estudos de Museologia, Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n. 2, p. 64-74, 1994.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para Acervos Museológicos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987. 2 v. (Série Técnica).

FERREZ, Helena Dodd; PEIXOTO, Maria Elizabete Santos. **Manual de catalogação**: pintura, escultura, desenho, gravura. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1995.

FINNEMANN, N. O. Research libraries and the internet: on the transformative dynamic between institutions and digital media. **Journal of Documentation**, v. 70, n. 2, 2014, p. 202-220.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

FONSECA, Vítor Manuel da. 2015. A descrição em arquivos: um processo em transformação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEU E PESQUISA, 3., 2013, São Paulo. São Paulo: Grupo de Trabalho Arquivos de Museu e Pesquisa, 2015. P. 110-132.

_____. Tendências da normalização nas práticas de descrição arquivística. In: FREITAS, L. S., MARCONDES, C. H., RODRIGUES, A. C. **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: UFF, 2010.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. **Acervo**, v. 20, n. 1/2, p. 23-30, 2007.

FRANKLIN, Jonathan. Google and other challenges: adding value to the catalog of a large art museum library. In: BENEDETTI, Joan M. (Org). **Art museum libraries and librarianship**. Maryland: Scarecrow Press, 2007. Cap. 3, p. 33-37.

FROHMANN, Bernard. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L., MARTELETO, R. M., LARA, M. L. G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 17-34.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Os arquivos, os arquivistas e a Arquivística: considerações históricas. In: COUTURE, Carol, ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

GEMENTE, Gilson. Vinte anos de Donato: um breve histórico do Banco de Dados do Museu Nacional de Belas Artes. In: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 1., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011.

GIVEN, Lisa M.; MCTAVISH, Lianne. What's old is new again: the reconvergence of libraries, archives, and museums in the digital age. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 80, n. 1, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAM-WIKI. Disponível em: <http://nl.wikimedia.org/wiki/GLAM-WIKI_2015>. Acesso em: 15 mar. 2015.

GÓMEZ DUEÑAS, Laureano Felipe. Interoperabilidad en los Sistemas de Información Documental (SID): la información debe fluir. **Códices**, v. 3, n. 1, p. 23-39, 2007. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/20280/1/Interoperabilidad%20en%20los%20Sistemas%20de%20Infor>

maci%C3%B3n%20Documental%20(SID)%20la%20informaci%C3%B3n%20debe%20fluir 1.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. Arquivo do Estado, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: DEMU/IPHAN; 2007.

GORMAN, Michael. AACR3? Not!. In: SCHOTTTLAENDER, Brian (Ed.) **The future of the descriptive cataloging rules**. Chicago: ALA, 1998. p. 19-29.

GUARNIERI, Waldisia Rússio Camargo. A interdisciplinaridade em Museologia (1981). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ARAUJO, Marcelo. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010a. v. 1, p. 123-126.

_____. Museu: uma organização em face das expectativas do mundo atual. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ARAUJO, Marcelo. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010b. v. 1, p. 45-56.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília, DF: IBICT, 1994.

GUTIÉRREZ, Antonio García. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 2, 2006. p. 103-112.

GUTIÉRREZ CHIÑAS, Augustin. Objeto de estudio de la Bibliotecología y estudios de la información. In: RENDÓN-ROJAS, Miguel (Org.)

El objeto de estudio de la bibliotecología/documentación/ciencia de la información.

Propuestas, discusión, análisis y elementos comunes. México: UNAM, 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjB3_mM_ZjLAhVHmx4KHcfrCOYQFggfMAA&url=http%3A%2F%2F132.248.242.6%2F~publica%2Fconmutarl.php%3Farch%3D1%26idx%3D275&usg=AFQjCNHYRNUo4VfnlstYUXQ023xu07hDhg&sig2=uRfNdywICcf8pPGh-FWz0w>. Acesso em: 21 jan. 2016.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da informação**, Brasília, v. 27, n. 3, set. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-196519980003000007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 fev. 2016.

HARPRING, Patricia. **Introdução aos vocabulários controlados: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais**. São Paulo: ACAM Portinari: Pinacoteca de São Paulo, 2016.

HEDEGAARD R. Benefits of archives, libraries and museums working together. In: IFLA GENERAL CONFERENCE, 69, 2003, Berlim. Disponível em: <<http://www.ifla.org/IV/ifla69/papers/051e-Hedegaard.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

HEDSTROM, Margaret; KING, John Leslie. **On the LAM: Library, archive, and museum collections in the creation and maintenance of knowledge communities**. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development. 2003. Disponível em: <<http://jking.people.si.umich.edu/OECD-LAM-published.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **La Norma Isad(G): análisis crítico**. Disponível em: <<http://infolac2.ucol.mx/documentos/ISAD.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

_____. **Archivística general: teoría y práctica**. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

HIGOUNET, Charles. **A história concisa da escrita**. São Paulo: Parábola, 2003.

HJØRLAND, Birger. Documents, memory institutions and information science. **Journal of documentation**, v. 56, n. 1, p. 27-41, 2000. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Birger_Hjorland/publication/235287518_Documents_memory_institutions_and_information_science/links/00b49539471b136269000000.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

HOMULOS, Peter. Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art libraries journal**, v. 15, n. 1, p. 11-13, 1990.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2009.

HUBNER, Edwin; GUILHERME, Roger C. **Software livre para bibliotecas: uma ferramenta para a democratização do acesso à informação bibliográfica**. 2013. Disponível em: <http://bibliodata.ibict.br/geral/docs/software_livre_para_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.

HUVILA, Isto. Archives, libraries and museums in the contemporary society: perspectives of the professionals. In: ICONFERENCE, Illinois, 2014. **Proceedings**. Disponível em: <<https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/47302>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Rede Bibliodata Calco. Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20rede-bibliodata>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION. **Africom: the Icom handbook of standards**. 1996. Disponível em: <http://archives.Icom.museum/afridoc/html_gb/accueil/accueil2.html>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. **International Guidelines for Museum Object Information: the CIDOC Information Categories**. [S.l.]: ICOM, 1995. Disponível em: <<http://network.Icom.museum/cidoc/resources/cidoc-standards-guidelines>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. Site institucional. Disponível em: <<http://Icom.museum/the-committees/international-committees/international-committee/international-committee-for-documentation>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **EGAD strategic work plan**. 2016. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/egad-strategic-work-plan>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Código de ética para museus**. 2009. Disponível em: <http://Icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Codes/Lusofono2009.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação**. 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/icp/ICP-2009_pt.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.

_____. **ISBD: International Standard Bibliographic Description consolidated edition**. 2011. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/isbd/isbd-cons_20110321.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2016.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; _____ (Orgs.) **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008a. p. 9-17.

_____. Ler para escrever. In: BARATIN, Marc ; _____ (Orgs.) **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008b. p. 45-73.

JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 251-260, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/1942/1081>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

_____. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil (1994-2006). In: **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, n. 10, 2010. Disponível em: <<http://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/159>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR A REVISION OF ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES. **RDA: Resource Description and access**. American Library Association; Chicago American Library Association Ottawa Canadian Library Association London Charteres Institute of Library and Information Professionals: 2011.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de diretrizes museológicas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 17-30, 2006.

LARA FILHO, Durval de. Museu, objeto e informação. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 2, 2009. P. 163-169.

LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M. & JACOB, C. (Org.) **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 21-44.

LE BOEUF, Patrick. A strange model named FRBRoo. **Cataloging & Classification Quarterly**, London, v. 50, n. 5-7, p. 422-438, 2012.

_____. El mundo feliz de los FRBR. In: TILLET, Barbara; GÖMPEL, Renate; OEHLISCHLÄGER, Susanne. **Principios de Catalogación de IFLA: pasos hacia un código internacional de catalogación**. Madrid: Ministerio de La Cultura, 2005. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icc/ime-icc-1-es.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016. P. 73-93.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a Isad(G)**. 2006. 81 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LEHNUS, Donald J. **Catálogo descritivo: manual prático contendo 225 modelos de fichas exemplificativas das Regras de Catalogação Descritiva do Código de Catalogação Anglo-Americano (parte II, caps. 6 a 9, regras 142 a 191)**. Brasília: VIPA, 1971. 116p. (Visão da Informática Pura e Aplicada, 2).

LEÓN ALONSO, Aurora. Historia del coleccionismo y de los museos: un objeto para el sujeto, un sujeto para el objeto. In: _____. **El museo, teoría, praxis y utopía**. Madrid: Cátedra, 1978. P. 15-63.

LEWIS, Geoffrey. O papel dos museus e o Código de Ética Profissional. In: BOYLAN, Patrick J. (Ed.). **Como gerir um museu: manual prático**. Paris: ICOM, 2004.

LIBRARY OF CONGRESS. **Prints and photographs reading room**. 2013. Disponível em: <<https://www.loc.gov/rr/print/gm/graphmat.html>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

LIM, Shirley; LI LIEW, Chern. GLAM metadata interoperability. In: PROCEEDINGS OF THE ROLE OF DIGITAL LIBRARIES IN A TIME OF GLOBAL CHANGE, AND INTERNATIONAL CONFERENCE ON ASIA-PACIFIC DIGITAL LIBRARIES. **Proceedings**. Berlim: Springer-Verlag, 2010. p. 140-143. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=1875711>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

LLANES PADRÓN, Dunia *et al.* Complexidade da representação da informação arquivística. 2015. In: ENCUESTRO IBÉRICO EDICIC, 7, 2015. **Anais...** Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2015. Disponível em: <http://eprints.ucm.es/34749/1/394-LLanes_Complexidade-da-representacao-da-informacao-arquivistica.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

LOPES, Luis Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Brasília: Annabel Lee, 2013.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Museus & Word Wide Web: novos ambientes informacionais para as obras de arte. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 14, n. 1, jan./jun. 2004, p. 177-200. Disponível em: <<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/77/1551>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

LUND, Niels Windfeld. Document theory. **Annual Review of Information Science and Technology**, Maryland, v. 43, n.1, p.1-55, 2009. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aris.2009.1440430116/full>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

MACEVICIUTE, Elena. Research libraries in a modern environment. **Journal of Documentation**, London, v. 70, n. 2, p. 282-302, 2014.

MANIFESTO DA IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas, 1994. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/manifestos/manifesto-da-unesco-sobre-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 08 out. 2015.

MANIFESTO IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

MANIFESTO IFLA/UNESCO para internet. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/policy-documents/internet-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

MARCONDES, Carlos Henrique; CAMPOS, M. L. A. de. Ontologia e web semântica: o espaço da pesquisa em ciência da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 107-136, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewArticle/2669>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

MARCONDES, Carlos Henrique. Linked data: dados interligados e interoperabilidade entre arquivos, bibliotecas e museus na web. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 171-192, 2012.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Internet e Arquivologia: instituições arquivísticas, usuários e lei de acesso à informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 28-47, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/download/48652/52723>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

MARQUES, Isabel da Costa. **O museu como sistema de informação**. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em Museologia). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2010.

MARSHALL, Amy; IVEY, Rosamond. Special collections at the Art Gallery of Ontario's E. P. Taylor Research Library and Archives. In: BENEDETTI, Joan M. (Ed.). **Art museum libraries and librarianship**. Lanham, MD: Scarecrow Press, 2007. p. 143-145.

MARTÍNEZ, José Ángel; LARA, Pablo. Interoperabilidad de los contenidos en las plataformas de e-learning: normalización, bibliotecas digitales y gestión del conocimiento. **Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento**, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/8949/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro. SPECTRUM: uma norma de gestão de coleções para os museus portugueses. 2012. 346f. Tese (Doutorado em Museologia) - Faculdade de Letras – Universidade do Porto, Porto, 2012. Disponível em: <<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/13038/2/Tesemestrsistemasdeinformacao000069301.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. Normalização de procedimentos nas colecções museológicas. In: SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO EM MUSEOLOGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA, Porto, 2010. Porto: Universidade do Porto, 2010. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8035.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, n. 1, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147141994000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 fev. 2015.

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994 (Pretextos Museológicos, 1).

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Náira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

MIKSA, Francis. The cultural legacy of the modern library for the future. **Journal of education for library and information science**, State College, 1996, p. 100-119.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

_____. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web**: elementos conceituais. Salvador: EDUFA, 2011.

MOUTINHO, Mário Canova. A construção do objecto museológico. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 4, n. 4, p. 7-59, p. 37-61, 1994.

MUCHERONI, Marcos Luiz; SILVA, José Fernando Modesto da. A interoperabilidade dos sistemas de informação sob o enfoque da análise sintática e semântica de dados na Web. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 3-18, 2011. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewArticle/3622>> Acesso em: 6 maio 2016.

NASCIMENTO, Rosana. O objeto museal como objeto de conhecimento. **Cadernos de Sociomuseologia**, Campo Grande, v. 11, n. 11, p. 37-61, 1998. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/29>>. Acesso em: 26 maio 2016.

NEGREIROS, Leandro R.; DIAS, Eduardo W. Automação de arquivos no Brasil: os discursos e seus momentos. **Arquivista.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 38-53, 2007. Disponível em <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_b9c69b711d_0010723.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.

NECHES, R. *et al.* Enabling technology for knowledge sharing. **AI magazine**, v. 12, n. 3, p. 36, 1991.

OCHOA GUTIÉRRES, Biblioteca y TIC: medios de información y comunicación para la formación de ciudadanía crítica. In: WORLD AND INFORMATION CONGRESS, 78., 2012, Helsinki. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://conference.ifla.org/past-wlic/2012/147-gutierrez-es.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

OLDMAN, Dominic. **The CIDOC Conceptual Reference Model (CIDOC-CRM)**. 2014. Disponível em: <http://83.212.168.219/CIDOC-CRM/sites/default/files/CRMPrimer_v1.1.pdf> Acesso em 14 jun. 2016.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2011.

OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de; MATOS, Maria Teresa Navarro de Brito. As ferramentas da web 2.0 nos websites das instituições arquivísticas nacionais de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa. In: SIMPÓSIO BAIANO DE ARQUIVOLOGIA, 3., 2011, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <<http://www.arquivistasbahia.org/3sba/wpcontent/uploads/2011/09/Oliveira-Matos.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

OPENGLAM. Disponível em: <<http://openglam.org>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramaZero-Revista**, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: <http://dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. A documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 3, n. 1, p. 3-35, 2009a.

_____. **Os registros de informação dos sistemas documentários**: uma discussão no âmbito da representação descritiva. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009b.

OTLET, Paul. **El tratado de documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo.**

Florianópolis: FCC, 2014. Disponível em:

<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_175328Documentacao_Museologica_Gestao_Acervo.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2016.

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA. **A história por trás dos 20 anos da**

internet comercial no Brasil. Disponível em: <<https://www.rnp.br/destaques/historia-por-tras-20-anos-internet-comercial-brasil>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

REZENDE, Yara. Natura cosméticos: quando é virtuoso ser virtual. **Ciência da informação**, v. 26, n. 2, 1997.

RIBEIRO, Rejane M. A tecnologia da informação e comunicação (TIC): fator condicionante da inovação em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 41-48, 2012. Disponível em: <

<http://143.106.108.14/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/557>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

ROBERTS, Andrew. Inventário e Documentação. In: CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Como gerir um museu: manual prático.** Paris: ICOM, 2004. p. 33-54.

RODRIGUES, Ana Célia. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em:

<<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/99/GT%202%20Tt%207-%20RODRIGUES,%20Ana%20C%20E9lia.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

RODRIGUES, Anielma Maria Rodrigues Marques; PRUDÊNCIO, Ricardo Bastos Cavalcante. Automação: a inserção da biblioteca na tecnologia da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em:

<<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/download/3944/3109>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: _____; LOPES, Ilza Leite (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação.** Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 210-230.

Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1442>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade**

digital: uma revisão necessária. 2011, 270 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em:

<http://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.

SÁ, Ivone Pereira de. **A face oculta da interface: serviços de informação arquivística na web** centrados no usuário. 2005. 137 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da

Informação e da Comunicação em Saúde) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; LIMA, Fábio Rogério Batista *et al.* Museu e suas tipologias: o webmuseu em destaque. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/16244/11491>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

SAORÍN, Tomás. Catalogación de objetos culturales y difusión del patrimonio por la Red. **Anuario ThinkEPI**, 2011, v. 5, p. 168-172. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/15949/1/Anuario-ThinkEPI-2011-168-172-Saorin.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

SAYÃO, Luis Fernando. Bibliotecas digitais e suas utopias. **Ponto de acesso**, v. 2, n. 2, p. 2-36, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewArticle/2661>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

SAYÃO, Luís Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique. O desafio da interoperabilidade e as novas perspectivas para as bibliotecas digitais. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 133-148, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/download/530/510>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

SCHMIDT, C. M. S.; SMIT, J. W. De marcos teóricos fundamentais a abordagens contemporâneas da Arquivística: algumas considerações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014. Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/2755/ANAIS-FINAL_GT1.187-202.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 jan. 2016.

SEREN, Tasha; DONOHUE, Deirdre; UNDERWOOD, Lynn Ann. Integrated Art Documentation: The Guggenheim Perspective. **Art Documentation**, Tucson, v. 20, n. 1, p. 31-35, Spring 2001.

SERRA, Liliana Giusti. **Web e biblioteca: 2.0 OU 3.0?** Londrina, jan. 2014. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=806>. Acesso em: 21 jan. 2016.

SHERA, Jesse H., EGAN, Margaret E. Exame do estado atual da biblioteconomia e documentação. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 292p, p. 15-64.

SILVA, Armando B. Malheiro. A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em:

<http://conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivstica.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

SILVA, José Fernando Modesto. **Eu Cutter FRBR, e você?** Londrina: 2012. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=681>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SILVA, José Fernando Modesto. A ISBD: um instrumento de representação descritiva em evolução. In: PALETTA, Francisco Carlos (Orgs.). **Tópicos para o ensino de biblioteconomia**: volume 1. São Paulo: ECA-USP, 2016. 190 p. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002749752.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

SMIT, Johanna W ilhelmina. A informação na Ciência da Informação. **InCID**: revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655/0>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

_____. A documentação e suas diversas abordagens. In: LOUREIRO, L. N.; GRANATO, M.; SANTOS, Cláudia. **Documentação em museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. P. 11-23.

_____. A interoperabilidade semântica entre os diferentes sistemas de informação no museu. In: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 1., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011. P. 33-41.

_____. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.brapi.inf.br/_repositorio/2010/06/pdf_afaeb71e3_0010785.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2015.

SPANHOFF, Elisabeth de Rijk. Principle Issues: catalog paradigms, old and new. **Cataloging & Classification Quarterly**, London, v. 35, n. 1/2, p. 37-59, 2002.

SPECTRUM 4.0: o padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido / Collections Trust. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café ; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://spectrum-pt.org/spectrum-pt-norma/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TÁLAMO, M.F.G.M.; SMIT, J.W. Ciência da Informação: pensamento informacional e integração disciplinar. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v.1, n.1, p.33-57, jan./jul. 2007. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4366076/1.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003. Disponível em:

<http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf9.pdf>. Acesso em: 23 out. 2015.

THE CIDOC Conceptual Reference Model, 2003. Disponível em <<http://www.cidoc-crm.org/scope.html#note3>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

THE CIDOC Conceptual Reference Model: information groups, 2001. Disponível em: <http://cidoc.ics.forth.gr/docs/infogroup_graphics_v2.doc>, 2001. Acesso em: 16 fev. 2016.

THIESEN, Icléia. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção de conhecimento. In: **MAST Colloquia**, Rio de Janeiro, vol. 11. p. 61, 2009.

THOMASSEN, Theo. The development of archival science and its European dimension. In: **The Archivist and the Archival Science**. Seminar for Anna Christina Ulfspärre. Lund: Landsarkivet. 1999. P. 67-74.

THORNES, Robin; DORRELL, Peter G.; LIE, Henry. **Introduction to object ID: guidelines for making records that describe art, antiques, and antiquities**. Los Angeles: Getty Publications, 2000.

TOLENTINO, Vinicius de Souza; ORTEGA, Cristina Dotta. A descrição sob o ponto de vista da catalogação, da bibliografia e da catalografia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 2-18, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/40918/31598>>. Acesso em: 16 maio 2016.

TOMAEÍL, Maria Inês. Redes de informação: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 10, n. 1-2, p. 5-30, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1611/1366>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

UNESCO Division of Scientific and Technological Information and Documentation. In Memorium. **UNISIST Newsletter**, Paris, v. 27, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.unesco.org/webworld/publications/unisist_27_1_99.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2016.

WHITESIDE, Ann Baird. Cataloguing Cultural Objects: New Descriptive Cataloguing Guidelines for the Cultural Heritage Community. **Art Documentation: Journal of the Art Libraries Society of North America**, v. 24, n. 2, p. 16-18, 2005.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2009.

ZORICH, Diane M., WAIBEL, Günter, ERWA, Ricky. **Beyond the silos of the LAMs: collaboration among libraries, archives and museums**. Ohio: OCLC Research. 2008. Disponível em: <<http://www.oclc.org/research/publications/library/2008/2008-05.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2014.